

COLONIAS PORTUGUEZAS

I

Archipelago de Cabo Verde

Estado elemental

DE

Geographia phisica, economica e politica

POR

Ernesto J. de C. e Vasconcellos

CAPITÃO DE MAR E GUERDA,
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LITOGRAPHIA
E SECRETARIO PERPETUO DA SOCIEDADE DE GEOGRAPHIA DE LISBOA



769506



1916

CENTRO TYPOGRAPHICO COLONIAL

Largo da Ansgonia, 27 e 28—TELEFONE 2337

LISBOA



Erratas principaes

Página	Imba	onde se lê	leia-se
3	1	1460	1462
8	8	<i>n'elles,</i>	<i>n'ellas</i>
»	17	<i>terreno</i>	<i>termo</i>
13	12	Antenio	Antão
21	12	navios. A	navios a
29	22	contacto	contracto
36	36	da	de
46	11	transportada	transportada
54	25	vulcanicos	vulcanicos
»	26	fino	fino
60	42	Pigo	Pico
77	6	<i>Forucroya</i>	<i>Fourcroya.</i>
80	25	temo de	temos de
»	39	ave nova	ave de nova

IMP LE

PREFACIO

Tendo publicado em principios de 1903 a segunda edição do livro *As Colonias Portuguesas*, era nossa intenção proseguir desde logo no estudo mais detalhado do Portugal d'alem mar, dedicando a cada colonia um ensaio monografico, a fim de tentar produzir um trabalho moderno, no genero dos *Ensaio sobre a Estatistica das Possessões Portuguesas* elaborados por Lopes de Lima e continuados por Bordallo, mas em que tivesse maior desenvolvimento a geographia physica, politica e economica.

Ocupações officiaes e de varia ordem impediram que o fizessemos então; vimos, porém, hoje cumprir esse encargo que nos impozeramos, começando pela colonia que mais communicações tem e mais proximo fica da metropole, mas que nem por isso é das mais conhecidas entre nós.

O nosso estudo, além da parte geographica é precedido de um resumo historico muito succinto, mas com maior soma de factos do que se encontra em Lopes de Lima.

Consagrando de ha bastantes annos grande parte do nosso tempo e do nosso esforço á Sociedade de Geographia de Lisboa, unica agremiação nacional a que pertencemos, tem sido n'esse meio e sob a sua influencia que proseguiram os nossos estudos sobre assuntos

coloniaes, por serem, sem duvida, os que ali se tem versado com mais perdicção, saber e patriotismo, creando-se uma verdadeira opinião colonial pela propaganda, pela divulgação. E' por isso que nós não quisemos abançarimo-nos a fazer um trabalho de sciencia, mas tão somente uma obra de vulgarisação mais municiosa do que a de *As Colonias Portuguesas*, que appareceu em tempo oportuno e julgamos ter sido de alguma utilidade para o paiz em geral e para o ensino colonial em particular, mercê do acolhimento que cá dentro e lá fóra encontrou.

Fica, portanto, dado ao publico o primeiro estudo da serie, que esperamos poder concluir, acerca das colonias portuguesas e a que se seguirá o da Guiné e successivamente os de S. Thomé e Príncipe, Angola, Moçambique, India, Macau e Timor, para os quaes temos o material preparado.

No presente trabalho algumas gralhas escaparam, que a benevolencia do leitor decerto desculpará.

Setembro de 1915.

O AUCTOR.

CABO VERDE

Resumo histórico:

As ilhas de Cabo Verde foram descobertas em 1460 pelo português Diogo Gomes e por Antonio de Noli navegador genovês.

Investigações modernas provam que Luiz Cadamosto, que n'aquella epoca estava, como tantos outros navegadores e aventureiros, ao serviço do Infante, se quiz falsamente antepôr a Diogo Gomes, razão por que alguns escriptores lhe atribuem a descoberta por não conhecerem a chronica de Azurara e a descripção da viagem de Diogo Gomes existente na bibliotheca de Munich.

A essa viagem faz referencia o manuscrito de Valentim Fernandes de Moçavia, conhecido entre nós por Valentim Fernandes Allemão, e de que existe a copia autentica na Bibliotheca Nacional de Lisboa, que a adquiriu dos herdeiros de Andrade Corvo, como refere o falecido Gabriel Pereira na sua publicação sobre as Ilhas do Atlantico—Chronicas de Valentim Fernandes, publicada na «Revista Portugueza Colonial Maritima», Vol. 6.º 1899 a 1900, de que eramos director.

Senna Barcellos na sua obra «Subsídios para a Historia de Cabo Verde e Guiné» discute proficientemente a questão da descoberta das ilhas caboverdeanas e dá como descobertas S. Vicente e S.º Antão no mez de Janeiro de 1462.

O sr. Immanuel Friedlaender, no seu estudo «*Beitrag zur Kenntnis der Kapverdischen Inseln*» publicado em Berlin em 1913, com uma levandade extraordinaria, sem respeito pela verdade historica hoje inadmissivel, diz que as ilhas de Cabo Verde foram descobertas pelos portugueses, condusidos pelos capitães italianos Luiz Cadamosto a Antonio de Noli em 1446.

Nada mais falso como se acaba de ver. Cadamosto era para o caso um impostor e Noli o roubador do que

de direito devia pertencer a Diogo Gomes, o intrepido marinheiro portuguez.

Fique portanto assente e de vez que Diogo Gomes e Antonio de Noli foram os descobridores das ilhas de Cabo Verde, conforme já disiamos no nosso livro *As Colonias Portuguezas*.

Sainte-Claire Deville, na sua «Statistique Abrégée des iles de Cap Vert,» no Capitulo: Viagem Geologica tambem põe em parallelo Cadamosto e Noli.

Diogo Gomes e Antonio de Noli em viagem da costa d'Africa, navegavam de conserva cada um em sua caravella, mas como a de Diogo Gomes era mais veleira, foi elle que primeiro abordou á terra de uma ilha a que, segundo o costume da epoca, chamaram de S. Thiago, por ser dia do Santo do mesmo nome. Seguindo viagem para Portugal as caravelas separaram-se na Madeira e aconteceu que Antonio de Noli chegou primeiro a Lisboa e pediu ao Rei, que lh'a deu, a capitania da ilha de S. Thiago, ficando prejudicado o verdadeiro descobridor e que n'ella primeiro desembarcara, não lhe encontrando habitantes.

Na chronica de Valentim Fernandes está isto confirmado, embora com divergencia do ano: «A ilha de S. Thiago foi achada no ano de 1463 por Diogo Gomes, almoxarife do paço de Sintra, e porque Antonio de Noli vinha em outra caravela com ele, e veio primeiro a Portugal houve a capitania d'ela.»

Doada ao genovez a ilha, assentou a séde da capitania na *Ribeira Grande*, na parte sul e começou elle a povoal-a.

Luiz de Cadamosto, intitulado-se descobridor das ilhas de Cabo Verde, falsiou a verdade historica na descripção das suas viagens, publicada em 1507 e se em tudo o mais fór tão verdadeiro como na narrativa da descoberta da ilha de S. Thiago, é necessario pôr de sobreaviso o que refere.

Barcellos, na sua citada obra, admite o ano de 1460, para a descoberta da ilha de S. Thiago e das ilhas orientaes, bascando-se no auto de doação feita por D. Afonso V ao infante D. Fernando em 3 de dezembro de 1460? mas a narrativa de Diogo Gomes, feita a Martinho de Bohemia e transcrita por Valentim Fernandes

no codice de Mûnich, vertida do latim por Gabriel Pereira, conforme se encontra no n.º 5 da 17.ª serie do «Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa», conduz-nos a supposição de que o descobrimento foi em 1462; porque Diogo Gomes, depois do regresso do Infante, na armada com o Rei Affonso de volta d'África, recordara a D. Henrique a promessa feita ao rei Nominaus, da Guiné, de lhe mandar sacerdotes; o Infante enviara o abade de Soto de Cassa, com um moço de Camara chamado João Delgado, em 1458.

A 13 de novembro de 1460 morre o Infante D. Henrique e Diogo Gomes, ao fim d'este anno, é mandado por El-Rei verificar se o corpo do morto podia ser trasladado para a Bataíha, como de facto foi. Dois anos depois, refere Diogo Gomes, o Rei D. Affonso, armou uma grande caravella em que o mandou por capitão á terra dos Barbacins, onde chegou ao fim de 12 dias de viagem, encontrando em Zaya as caravellas de Gonçalo Ferreira e de Antonio de Noli. Tendo-se desempenhado do seu mandato, larga se de Zaya para o reino de conserva com a caravella de Antonio de Noli, e, ao fim de dois dias e meio, é que se lhe depara a ilha de S. Thiago e as outras aludidas. Ora como D. Henrique é que tinha a incumbencia e iniciativa das viagens, é claro que se a viagem de Diogo Gomes de que resultou a descoberta, fosse feita em vida do Infante, teria muito naturalmente sido este quem armara a caravella e não D. Affonso. Aquelles *dois anos depois* referem-se evidentemente á data da morte do Infante e não á de 1458 em que é enviado o sacerdote a Nominaus. Seja, porem, como fôr, e só falamos pelos documentos citados, o que é certo é que a epoca do descobrimento do arquipelago de Cabo Verde recae entre 1460 e 1463. As ilhas de S. Thiago, Maio, Boa Vista e Sal, foram como dissémos, as primeiras que se descobriram e as restantes foram depois, segundo se vê da carta de doação passada por D. Affonso em Tentugal aos 19 de setembro de 1462.

Todos os donatarios das ilhas caboverdeanas as começaram a povoar com indigenas da Guiné e casaes levados do reino, mas não pôde restar duvida de que a ilha de S. Thiago, doada a D. Fernando, foi a primeira a ser povoada e que usufruiu grandes regalias, dadas

pela carta de D. Affonso V, em Beja, a 12 de Junho de 1466.

As capitánias passaram tambem por varias mãos e mais ou menos intensamente se foram povoando, segundo a actividade dos dirigentes da administração caboverdeana. Em todo o caso elementos da metropole e da Guiné foram colonisando Cabo Verde. Em 1490 começou a colonisar-se a Boa-Vista e Maio, onde fundou Rodrigo Affonso a industria pecuaria, indo para ali negros da Guiné e outros, levados de S. Thiago para tomarem conta do gado.

Explica-se isto porque até 1500 foi a unica ilha que mais attenções mereceu e por isso é considerada como o ponto irradiante da colonisação do archipelago.

Ahi por 1503 começou a colonisação da ilha do Fogo, como se deprege de dos arrendamentos das receitas publicas, ou reacs, como então se dizia, passados por D. Manuel, um dos quaes tem a data de 23 de Outubro de 1510 e foi feito em Almeirim.

As concessões de arrendamentos das receitas reacs fizeram augmentar muito o povoamento e as duas villas Ribeira Grande e Alcatrases, sédes das capitánias do sul e do norte da ilha de S. Thiago, entraram em relativa prosperidade, e, como tinham trato mercantil com a Guiné, exportavam para a metropole valores importantes em courama, marfim, arroz, cera, milho e pouco mais, recebendo em troca artigos da nossa industria e da hespanhola.

Naturalmente o desenvolvimento do trafego trouxe o da navegação e como o porto da villa dos Alcatrases (N. S.^a da Luz) era desabrigado, começou em 1515 a ser frequentado o porto da Praia de S.^{ta} Maria, para onde os moradores de Alcatrases foram passando e tambem alguns da Ribeira Grande.

A cultura do algodão em S. Thiago e no Maio tomou tão grande incremento, que em 1515 este artigo se exportava para a Flandres. O commercio dos negros então permittido, tambem se desenvolvera bastanté com grande proveito da colonisação.

A ilha do Fogo, que rapidamente se povoara pela facilidade dos resgates na Guiné, começou em 1528 a gosar privilegios identicos aos da ilha de S. Thiago. A

cultura do algodão desenvolve-se indo ali navios buscar-o, para o venderem em Flandres, como succedia em 1511.

Por esta época começaram os francezes a invejarem o nosso progresso colonial, e, por motivos políticos, devido á aliança mais íntima com Castella, os vasos da França começaram a atacar os nossos navios de commercio, sobretudo os que eram empregados no trato entre Cabo Verde e a Guiné.

Em 1515 já se encontravam arrendados a Francisco d'Alfonseca as ilhas Brava, Sal, St. Luzia, ilheos Rombos, Branco e Razo e transitaram então para D. João Pereira, em condições analogas, as outras ilhas de que temos fallado.

No anno de 1532 fora creado o bispado da Ribeira Grande que, pela bulla do Papa Clemente VII, foi elevada a cidade e D. João III, apesar da sua educação jesuítica, creou, por alvará de 12 de Março de 1555 no bispado, as cadeiras de moral e latim.

Durante o dominio da Hespanha, em 1585, foi a cidade da Ribeira Grande arrasada pelos marinheiros da esquadra ingleza de Francis Drake e depois d'isso mandou D. Filipe construir na achada da margem esquerda da ribeira uma boa fortaleza para defesa da cidade.

Como se poderá ter deduzido do que dissemos, cada uma das ilhas caboverdeanas tinha o seu capitão ou donatario, mas é só em 7 d'Agosto de 1587 que Duarte Lobo da Gama recebe carta de capitão-mór do archipelago e que se descentralisou a administração geal, civil e militar da judicial.

O governo dos Filipes para nós nefasto em varios sentidos foi-o para Cabo Verde e Guiné, pois deu lugar a que, no trato mercantil entre estas duas colonias, os nossos navios do resgate fossem atacados por piratas francezes e ingleses com grave prejuizo, pelo que se tornara preciso enviar para a Guiné navios armados para varrerem os piratas.

Em 1598 tornaram os piratas a atacar a Praia, mas o capitão-mór Lobo da Gama com gente armada conseguiu pôl-os fóra.

O desenvolvimto da colonisação de Cabo Verde trouxe consigo a necessidade de melhor se prover á

sua administração, recolhendo receitas para o erário nacional.

Para isso se reconheceu a conveniencia de alargar os poderes dos capitães generaes que em 1600 se passaram a chamar governadores, e Filipe II concedeu aos christãos novos, por alvará de 31 de julho de 1601, a faculdade de passarem ás conquistas livremente, sem licença, e n'elles traficarem; providencia que beneticiou muito Cabo Verde pelo genio mercantil que elles possuíam; mas foi sol de pouca dura, porque em 13 de Março de 1610 uma Provisão regia a revogou.

As melhores condições do porto da Praia despressa deviam fazer com que uma povoação importante ali se edificasse e para isso concorreu poderosamente o alvará de 14 d'agosto de 1614, que obrigou o governador e o bispo a residirem na villa da Praia e os moradores do terreno da mesma villa a vender e exportar para a Guiné só pelo dito porto da Praia; ordenando-se então que nenhum navio fosse traficar á Guiné sem tocar na ilha de S. Thiago.

A tolerancia do ultimo dos Filipes para com os estrangeiros, como os hollandezes que iam sem licença commerciar e fazer contrabando á Guiné e Cabo Verde e os piratas que roubavam as nossas naus que iam ali para receber carregamentos, contribuíram para o estado lastimoso em que D. Francisco de Moura em 1622 encontrou o commercio caboverdeano. Os estrangeiros, levando nos seus navios as mercadorias sem pagarem cousa alguma, fazião diminuir as receitas da colonia e as da metropole, onde não vinham.

Junte-se a isto o pouco escrupulo dos governadores que tomavam para si o commercio da Guiné, prohibindo-o aos moradores e o descuido em que jasia a administração, a ponto de os soldados não terem armamento nem munições, usando apenas azagaias. Os hollandeses, procurando assenhorearem-se dos dominios portuguezes, causavam damno ao commercio do archipelago. Umaz veses iam á ilha de Maio carregar sal sem nada pagarem, outras, assaltavam o porto de S. Thiago, tornando assim precaria a situação de Cabo Verde, ainda agravada pelas desavenças com o cabido.

O dominio dos Filippes, abrindo o commercio da

Guiné aos castelhanos, em detrimento das prerogativas que usufruíam os moradores de Cabo Verde, empobrecceu a colonia e a metropole portugueza deixou de receber os productos que enviava a Flandres, porque os navios de Castella carregavam directamente para Hespanha, de sorte que a aclamação de D. João IV, trouxe aos colonos do archipelago uma era de esperanças. Effectivamente algumas providencias se tomaram para occorrer á penuria em que se encontrava o archipelago, mas os manejos dos holandeses que queriam chamar as nossas attenções para a India, a fim de mais facilmente operarem no Brasil, cujos progressos e riqueza invejavam, não deixavam tranquilla a nossa colonia caboverdeana que, pela sua situação geographica, se prestava á visita das armadas holandesas, que muito incomodavam S. Thiago, tentando por vezes saqueal-a, como succedeo a 8 de maio de 1645; mandando então D. João IV fortificar a cidade da Ribeira Grande e Praia, empregando-se no artilhamento algumas peças pertencentes ás naus neerlandezas, que haviam naufragado na ilha da Boa Vista. Na construção dos fortes da Praia tornou-se notavel o vigario Gaspar Vogado que nada recebeu por este trabalho.

Com estes meios de defesa ficavamos em condições de responder ás imposições dos holandeses e castelhanos, que procuravam fazer escravos para as suas possessões. A elles se juntavam por vezes os ingleses, apesar de se disserem nossos afeiçoados.

Como se construiu a praça Cacheu, onde se pagavam os direitos dos escravos que sahissem dos rios da Guiné e em S. Thiago os que proviessem da Guiné e como as investidas d'aquelles inimigos se effectuassem n'estes dois dominios visinhos, publicou-se, em 15 de Janeiro de 1650, um regimento em que se collocava a Guiné na dependencia administrativa de Cabo Verde como já o estava na religiosa.

A's inquietações em que viviam os moradores de S. Thiago com as importunas naus holandesas, castelhanas e inglesas, vinham juntar-se as discussões entre as auctoridades principaes, cujo porte bastante irregular dava logar ás incertezas na governação. Umás vezes os governadores honrados, sabedores e correctos, eram ac-

cusados e demittidos, outras os pouco probos e cuidadosos eram elogiados.

Com a nomeação de Jorge de Mesquita em 1652, foram avandadas praticar algumas medidas tendentes a desenvolver o trato mercantil com S. Thiago e nomeadamente com a Praia, pelo porto da qual se devia fazer a exportação dos productos do termo da villa, para onde deviam vir residir alternadamente o Bispo e o Governador. Jorge de Mesquita porem taes abusos e irregularidades cometeu que foi syndicado e demittido com justa rasão.

O desenvolvimento gradual que algumas das outras illhas tomaram continuava a incitar a cubiça dos hollandes, sendo para estranhar que alguns portuguezes pilotassem os seus navios para o saque e praticas de escravatara; como succede na ilha de Fogo em 1655, sendo a villa de S. Philippe atacada e saquada por uma nau da Hollanda, dirigida por pilotos portuguezes, custando a expulsar os saqueadores.

A estes actos abusivos e de todo o ponto irregulares, com difficuldade se podia pôr termo, porque se elles vinham de fóra, de dentro tambem surgiam, continuando a haver governadores que mais tratavam de se enriquecer, roubando a Fazenda e exercendo prepotencias, do que administrar com zelo. Bispos, ouvidores e governadores não se entendiam e accusavam-se de varias fraudes. Quando podiam as auctoridades, até sobre os navios que iam ao trato commercial, exerciam verdadeiros roubos, de fórma que a navegação fugia de frequenter os portos, paralisando-se o commercio com prejuizo da fazenda pública. Para isto tambem concorriam as investidas dos corsarios, que atacavam disfarçadamente os navios ancorados nos portos, como aconteceu em 1676 na Praia.

A pouca artilharia que havia estava mal disposta e com falta de munições, não permitindo nem a conveniente defesa, nem a manutenção do respeito pela nossa bandeira. Não obstante os estrangeiros, levados pela fania do nosso commercio ao longo da costa d'África, acorriam a esses centros, e como era nas illhas de Cabo Verde que se fabricavam pannos e roupas para o commercio com o gentio, com tudo arrostavam para os vi-

rem ali comprar, pelo que teve El-Rei em 1687 de prohibir que se vendessem a estrangeiros estes artigos, pela concorrência que ao depois faziam aos nossos traficantes. Esta disposição manteve-se no alvará de 3 de janeiro de 1690, dado á Companhia de Cacheu e Cabo Verde, em que pelo art. 6.º o commercio era só livre para todos os moradores do reino e das conquistas, excepto para os estrangeiros, aos quaes era totalmente prohibido, tanto em Cabo Verde como em Cacheu.

Este monopolio do commercio aos naturaes do reino ou das colonias, dando muitas vezes logar ao contrabando de mercadorias levadas por estrangeiros, defraudava a Fazenda e revoltava-os contra nós. Alem d'isto os abusos das autoridades não cessavam, as estiagens, havidas e repetidas por veses, prejudicavam muito o commercio de Cabo Verde e da Guiné, de modo que no fim do seculo 17.º era diminuta a receita das illhas e pobre o commercio, tendo-se por isso ordenado, mediante consulta ao governador, a revogação da Lei que prohibia o commercio aos estrangeiros; o que se fez por carta regia de 13 de março de 1700.

Cuidou-se então muito das fortificações nos diversos portos mais frequentados e onde repetidas veses appareciam navios corsarios ou de guerra, que praticavam actos illicitos. Mas apesar d'isso não se obistou a que os francezes em 1712, saqueassem a cidade da Ribeira Grande na ilha de S. Thiago, que encontraram sem defesa, porque abusivamente os soldados da sua guarnição ou andavam trabalhando nas fazendas dos particulares mais importantes e guardando os rebanhos do governador pelos montados, ou levavam lenha e refrescos para bordo dos navios estrangeiros, recebendo em troca fazendas por alto preço.

N'este indecoroso desleixo não admira que a cidade fosse saqueada, devendo notar-se que havia tres mil homens aptos para a sua defesa.

Na villa da Praia, tambem na occasião saqueada, não foram poucos os destroços; quando se poude arrebanhar aquella gente dispersa para soccorrer os pontos atacados pelos francezes, estes, julgando não poderem resistir, trataram de accelerar o saque, queimar as casas, roubar a artilharia, engravar outra e destruir

parte da fortaleza de S. Philippe. Na precipitação da retirada para bordo, ao fazerem-se de vóla, perderam um navio que foi dar á costa, e cuja madeira foi toda utilizada pelos nossos para se fazerem reparos para as peças.

O commandante d'esta expedição de corso era Jacques Cassart, companheiro d'armas de Duguay Trouin, o qual parece ter em 1713, saqueado a illhas de Santo Antão.

O archipelago havia chegado á maior penuria, os chamados nobres queriam exercer o supremo mando e tudo comprometiam e intrigavam. Só se cuidava do commercio e a industria era abandonada por nós. As illhas salieiras não estavam aproveitadas e eram os inglezes que exploravam as salinas da ilha de Maio.

Em Lisboa desconhecia-se o valor e a riqueza das illhas e bem assim o que ali se passava. Umás vezes tudo deixavam correr á revelia, outras era o favoritismo que imperava.

Para este estado de cousas e para questões que se levantavam entre as auctoridades e moradores, não concorria pouco a permissão que tinham os governadores para commerciar, o que só veio a revogar-se a 18 de abril de 1720, depois de a tantas desavenças ter dado origem.

O que não podia nem devia continuar era estarem indefesos os portos e as povoações que serviam. Assim, como pelas condições naturaes do porto da Praia, para ali convergiam maior numero de interesses, resolveu-se proseguir na fortificação projectada e começada pelo engenheiro José da Rocha e que consistia na edificação de um forte na planície a leste do porto, visto ter sido a sua falta a causa do saque dos francezes que entraram pelo ribeirão das Eguas.

A lei de prohibição do commercio com os estrangeiros mostrava-se de más consequencias, contra o que as auctoridades do Fogo representaram por ser pobre a ilha, onde sómente se podia negociar em gado cavalhar e este apenas os estrangeiros o adquiriam. Effectivamente, em provisão de 3 de outubro de 1721, excluíram-se as illhas de Cabo Verde e de S. Thomé, a praça de Cacheu e a costa da Guiné, das disposições da lei, que se mantinha unicamente para os governadores,

militares, etc. por serem pagos; mas prohibia-se a venda de pescaria aos estrangeiros. Estas medidas não resolviam o problema das ilhas, onde campeava livre a inuiga. Os chamados nobres queriam para si determinados privilegios, algumas das autoridades continuavam clandestinamente a commerciar, os ouvidores, ciosos do seu poder em face dos governadores, constantemente levantavam conflictos com elles, o que obrigava o governo da metropole a mandar fazer devassas e a substituir autoridades, com grave despesa e prejuizo do serviço publico.

A uma tal situação veio juntar-se mais um dissabor para D. João V, qual foi o da venda da ilha de Santo Antão aos ingleses, feita pelo seu donatario, o Marquez de Gouveia, D. João, em 1724. O marquez, que havia fugido para Inglaterra com uma tal D. Maria da Penha de França, casada com D. Luiz d'Almada, estava em apuros de dinheiro, vendo-se obrigado a effectuar aquella operação; mas El-Rei ordenou a sahida de uma nau de guerra para se ir apoderar da ilha, por ser um dos bens da corôa de Portugal. Tinha isto por fim impedir que os ingleses se fortificassem na ilha, o que não haviam ainda realisado, pois só ali deixaram um feitor, enquanto iam a Inglaterra, buscar colonos e armamento para aquella fim. Expulso o feitor, pelo coronel Alvaro Sanches de Brito, que fora no navio para cumprir a diligencia ordenada por carta de 20 de junho do 1725, ficou a ilha governada pelo capitão-mór Mendonça e Zuniga e de vez incorporada na corôa, não se falando mais no caso, que poderia ter tido para nós serias consequencias, como, opinava o conselho ultramarino no seu parecer de 8 de maio do mesmo anno.

A incorporação da ilha de Santo Antão na administração da corôa, deu logar a que D. João V, em 23 de setembro de 1727, ordenasse ao capitão-mór que lhe fizesse um relatório acerca dos recursos de produção agricola da ilha e tambem da de S. Vicente, inquerindo quaes as especies pecuarias que ali se creavam, se havia nascentes d'agua e se eram distantes do porto, cuja descrição pedia.

Em novembro d'aquelle ano foi tomada extensiva a capitania mór de Santo Antonio ás ilhas de S. Vicente

e S. Nicolau. Como por essa ocasião se mandasse a S. Vicente uma fragata de guerra do comando de Sanches de Brito, levando a bordo um engenheiro para tratar da defesa do Porto Grande, cuja planta foi levantada pelo official de marinha Rodrigues Neves, da guarnição da fragata, foi o commandante reconhecer o interior da ilha para informar o governo da metropole.

E' pena que não se conheçam vestígios da primeira planta hydrografica do porto de S. Vicente e do reconhecimento de Sanches de Brito.

As lutas entre governadores, ouvidores e outras autoridades não cessavam e em 1728 tiveram resultados fataes pelos assassinatos á que deram logar na pessoa do ouvidor, de seus irmãos e tio, bem como de dois serviaes, resultando d'estes actos a mais completa anarchia na cidade da Ribeira Grande e repercutindo-se na Praia; o que tornou difficil ao governo da metropole obter um completo e imparcial relatorio de taes acontecimentos, pois se moviam altas influencias para que se não expusesse toda a verdade.

N'estas condições tornava-se de grande conveniencia pôr em pratica medidas administrativas que, tanto quanto possível, procurassem evitar as pouco decorosas questões entre as primeiras auctoridades da colonia. N'essa ordem de ideas se promulgou a lei de 27 d'agosto de 1731, pondo em vigor nas ilhas Brava, Maio, Boa Vista, S. Nicolau e S.^{to} Antão as leis do reino e creando officiaes de justiça para as fazerem executar. Outras medidas ainda se tomaram para melhorar a administração publica. Cuidou-se tambem da policia municipal, pelo que se determinaram varias posturas.

Em 1732 continuou-se a melhorar a administração publica e elevaram-se á categoria de villas as povoações da Ribeira Grande, de Santo Antão e da Ribeira Brava, de S. Nicolau.

A descoberta da applicação da *urzella* á tinturaria veio animar o commercio das ilhas e o governo de D. João V reconheceu que se tratava de uma boa fonte de receita, pois que o nosso ministro em Londres, vinha de informar que cada tonelada de boa *urzella* valia setenta libras sterlinas.

Como o ouvidor geral já havia arrendado por tres

annos a apanha da *urzella* fez-se rescindir o contracto e a real Fazenda tomou conta d'este ramo de negocio. A falta de policia, porém, deu ensejo ao contrabando d'este artigo, com grave prejuizo do erario, porque era grande a procura para a industria da tinturaria. Em vista d'isto resolveu o governo pôr em praça a arrematação da colheita geral da *urzella*, que foi adjudicada por seis annos a Filippe Balesty e C.^a por 60.000 crusados, segundo o contracto de 12 de novembro de 1740, aprovado por alvará de 20 do mesmo mez.

Tendo a ilha de Santo Antão sido de novo doada ao Marquez de Gouveia, este fez um contracto, para a apanha da *urzella* na ilha, com Christovão Flake e C.^a por 7 annos, á rasão de 330,000 réis por anno, mas o contratador mandava-a apanhar em todas as outras ilhas; pelo que a firma Balesty e C.^a formulou em 1746 uma reclamação, ordenando El-Rei que o contracto Flake fosse annullado.

Comquanto as receitas publicas augmentassem, com esta e outras medidas de administração, não deixaram de dar-se irregularidades varias, praticadas pelos dirigentes das diversas ilhas, e, ás veses, pelas tripulações dos navios que, sobretudo á Praia e ás ilhas salineiras, aportavam, fazendo com que soffressem vexames e prejuizos das receitas que, com alguma energia do governo de D. João V, podiam ter remedio. A falta de meios de defesa e de disciplina nos serviços continuava manifesta; mas depois do falecimento do monarcha, os serviços alguma cousa melhoraram.

Em 1757 a administração do archipelago foi entregue á Companhia do Grão-Pará e Maranhão, que a iniciativa de Pombal havia feito crear em 1755. Nomeou ella para cada uma das ilhas os seus administradores que, diga-se a verdade, prestaram muito bons serviços ao desenvolvimento da colonia; mas como a ilha de Santo Antão ainda estivesse na casa dos Marquezes de Gouveia, só em alvará de 17 de janeiro de 1759 reverteu para a corôa, depois de ter sido justificado em Belem o 5.º Marquez de Gouveia e ultimo duque d'Aveiro; passando então á administração da Companhia em 7 d'agosto d'esse ano.

A Companhia, achando-se pelos seus privilegios só

em campo, se alguma cousa fez de bom para si e para as ilhas, tambem cometteu varios abusos, sobretudo na occasião das crises causadas pelas estiagens que, então como hoje, flagelavam o archipelago, sendo notavel a de 1771, a que o ministro Martinho de Mello, tão bom gerente da marinha e colonias como austero sacerdote, mandou soccorrer, de accordo com a companhia do Grão Pará, por meio de duas galeras carregadas de generos no valor de 30.000\$000 réis, recommendando ao governador, para evitar abusos d'outras vezes praticados, que guardasse os generos em bons armazens, vigiados pela força militar e evitasse que no ministerio d'esses generos, se empregassem frades ou clerigos, procurando pessoas de conhecida reputação e credito. Outras medidas foram ordenadas para a conveniente distribuição dos soccorros em tão desoladora crise de fome e de miseria, uma das mais graves que se registam nos annaes das fomes de Cabo Verde, certamente porque a mortandade se cahêta em mais de 9.000 habitantes. Os serviços que então prestou o governador Saldanha Lobo, foram verdadeiramente herculeos e honrados. A sua caridade era desmedida e a sua luta contra os abusos da Companhia do Grão Pará e dos capitães-móres das ilhas foi incançável. Por isso a sua morte na ilha de S. Thiago foi sentidissima. E tanto mais se deve admirar a sua tenacidade em cumprir os deveres de leal administrador, quanto é certo que aquella companhia gosava na côrte de grandes favoritismos, que só baquearam no governo de D. Maria I, passando a colonia a ser administrada directamente pelo governo como antes de 1757.

Em 24 de Abril de 1773, a camara e habitantes principaes de S. Thiago dirigiram ao Governo da Rainha uma mensagem de agradecimento por os ter livrado do jugo d'aquella Companhia, que durante 20 annos os explorara e que durante a ultima crise de fome tão desca-roavel se tornara.

O conselho ultramarino, tendo em consideração os prejuisos causados pela debeladora crise, cuja mortandade foi talvez maior do que dissemos, propoz varias medidas para acudir a Cabo Verde; entre ellas figura a de se mandarem para as ilhas casaes de gente ociosa para as repovoar e que deviam ser de Moura, Gollegã, Ri-

beira do Sado, Comporta, etc. aos quaes se dariam terras, sementes, instrumentos de lavoura e viveres para o 1.º ano. Esta remessa de braços seria acrescida de 800 a 1000 casaes de pretos da Guiné e pontos vizinhos, para os serviços agrarios.

Em Santo Antão, onde os habitantes viviam ainda no estado de servidão, foi feita uma representação ao governo da metropole para que tal estado acabasse, e, em decreto de 8 de janeiro de 1780, satisfez-se esse desejo, ficando todos livres, como se não houvesse existido a escravidão.

Depois d'este acto de magnanimidade é que se prestou atenção ás indicações do conselho ultramarino, tratando-se então do povoamento das ilhas desertas. Efectivamente em officio de 9 de junho de 1782, dizia o bispo ter ido á ilha de S. Vicente, que estava n'aquelles casos, com um individuo que, mediante a nomeação de capitão-mór, se prestava a ser o director da nova povoação; o que foi aprovado pelo governo, que decerto ignorava a insignificante aptidão dos terrenos de S. Vicente para fins culturais.

O naturalista Feijó, que havia ido para o arquipelago em missão, começava as suas explorações. Fora discípulo do Dr. Vandelli e isso lhe grangeara boa reputação perante Martinho de Melo, que o recomendara para a colónia. Não correspondeu, porem, ao que d'ele se esperava, porque depois se lhe fiseram acusações de varia ordem, não só pelo pouco cuidado com que fazia a remessa de exemplares, como por abusos que para a sua colheita praticava. Apesar das recomendações do ministro, Feijó, não se encomodava, como provou por occasião da erupção do vulcão do Fogo, entre 24 de Janeiro a 25 Fevereiro de 1786, que entulhou o vale de Palha Carga e a Relva, destruindo vinhas e algodoeiros, sem que tivesse proposto providencia alguma, nem sequer estudado o phenomeno.

A comissão do naturalista Feijó, denotava contudo as boas intenções do governo da metropole, que insistia com os governadores para serem devidamente explorados os productos naturaes das ilhas, cujos habitantes eram indolentes, apesar de incitados pelo governador Faria e Maia. A produção do milho era pouca, os algodoeiros não davam algodão para o fabrico de panos, nem para

as permutas habituaes. A goma arabica, extraida dos Imburas (espinheiros), não era devidamente explorada. O anil, que abundava por toda a parte, só servia para a tinturaria local e não se exportava; o mesmo sucederia ao séne e sangue de drago. Enfim era só a urzela que dava algum rendimento.

A nada d'isto se dava importancia, porque eram poucos os momentos para se tratarem das luctas politicas, entre os partidarios do provedor ou ouvidor, contra os que acompanhavam o governador, que não se queria envolver n'essas questões, em que os sectarios dos coroncis João Freire de Andrade e José Maria Cardoso, chegavam a perturbar a tranquillidade publica. Assim vivia a colonia, em meados de 1786, no labor da intriga, em que os frades e os conegos não tinham pequena parcela.

Todas estas questões, que no decorrer dos annos sempre surgiam, não permitiam aos governadores cuidarem dos progressos da colonia. Faziam pouco n'este sentido e isso sem methodo e sem ordem; assim mesmo alguns caboverdeanos activos e emprehendedores procuravam explorar algumas das ilhas, entre elles citaremos Manuel Antonio Martins que em 1793 passou á ilha do Sal, então deserta, para tratar da creação de gado, aproveitando os seus pastos, conseguindo em tres annos exportar bastante para as Antilhas.

Em março de 1791, remeteram-se para Cabo Verde 19 presos e enviaram-se arados, ferramentas e sementes de plantas alimentares, para a colonisação das ilhas desertas.

A 22 de Julho de 1795, foi feita concessão a João Carlos da Fonseca Rosado, morador na ilha do Fogo, para, com 50 serviçaes seus, ir povoar a ilha de S. Vicente, sob obrigação de ali edificar uma egreja e sustentar o parcho. Vinte casaes das ilhas adjacentes já estavam prevenidos para, com outros expedidos do reino, lançarem os fundamentos da colonisação d'aquella ilha. João Carlos foi nomeado capitão-mór de S. Vicente e tomou posse solemne perante o governador.

Na provisão respectiva se regulava o procedimento a haver, para se formar a população, distribuição de terras, abastecimento d'agua, etc. Eram 232 os colonos por quem havia a repartir as terras. A povoação recebeu o

nome de D. Rodrigo, em homenagem a D. Rodrigo de Sousa Coutinho então ministro.

Aos productos de Cabo Verde começou a prestar-se mais atenção e a cuidar-se da cultura do café, milho e algodão e da criação de gado. As terras salitrosas também se exportaram para extração do salitre. Por alvará de 17 de maio de 1798, auctorisou-se a pesca da baleia.

Ao passo que se procurava, embora lentamente, valorisar as ilhas, estas não deixavam de ser investidas pelos navios corsarios que, mercê da quasi nulla defesa encontrada, cometiam verdadeiros latrocínios e roubos nos cofres da fazenda e aos moradores; como succedera ainda em 28 de janeiro do mesmo anno de 1798, na povoação de S. João Baptista da ilha Brava, atacada subitamente por um pirata-corsario francez, que fundiara no porto dos Ferreiros, onde desembarcou gente armada que assolou a ilha, causando grandes prejuizos. Só depois d'isto é que o governo da metropole mandou cruzar para os mares de Cabo Verde uma fragata; mas a guerra declarada pela França a Portugal, em cousa alguma podia deixar tranquillo o governador da colonia, Marcelino Antonio Basto, por saber que nos mares do archipelago, havia corsarios ou antes piratas franceses, capases de praticarem nas outras ilhas, o que haviam feito na Brava.

Incitou por isso o povo caboverdeano a procurar, por todos os meios, resistir a qualquer ataque dos navios franceses, para o que expelliu uma vibrante proclamação datada da villa da Praia em 21 de junho de 1798. Pôs gente de probidade e de sua confiança nos cargos de capitães e sargentos-moires das ilhas e offereceu o seu soldo de 4000 crusados, enquanto durasse a guerra, para auxilio das despesas extraordinarias a fazer.

Ao passo que tão patrioticamente cuidava da defesa, não descurava o desenvolvimento das industrias caboverdeanas.

Cuidou do povoamento dos baldios de St.º Antão e lançou decimas sobre o sal exportado das ilhas da Boa Vista e Maio. A cultura do café, nas ilhas de S. Thiago, St.º Antão, S. Nicolau, toma incremento; podendo

dizer-se que o anno de 1798 marca o começo d'essa cultura n'estas duas primeiras ilhas.

Não deixavam, porem, os navios francezes de nos encommodar, exigindo uma vigilancia constante. Aos seus ataques respondiam os nossos fortes e a guarnição repellia os seus desembarques, no que era coadjuvada pelos habitantes.

Este estado de cousas prolongava-se e augmentava de intensidade, até que em fim de março de 1800, o apparecimento, na Praia, de uma esquadra inglesa, que ali se abasteceu e recebeu recursos monetarios, pôs termo á continuidade dos ataques dos corsarios francezes.

O governador Basto, que não deixava de velar pelos progressos agricolas das ilhas, conseguiu ver augmentar os rendimentos publicos e fazer-se a exportação da ur-sella, milho, algodão, pelles, gado ou carne salgada, e embora o anil e a canna sacharina se não exportassem, davam comtudo para a tinturaria indigena e para o fabrico de assucar e aguardente para consumo. Afim de desenvolver a fabricação da aguardente, que não podia concorrer com a estrangeira, pediu-se para esta ser agravada com imposto de 30 % na importação. A fabricação de pannos luclava em 1804 com difficuldades, por não ser permittida a sua venda aos estrangeiros, pedindo-se para acabar esta prohibição, recorrendo-se ao lançamento d'um imposto de 20 % na exportação para o estrangeiro.

N'aquelle anno, Manuel Antonio Martins começou a explorar a salina natural da Pedra Lume na ilha do Sal, e, para tornar a exploração mais facil, abriu um tunel sob o monte da Pedra Lume. A exportação de sal para o Brasil, animou muito o commercio da ilha.

A politica continental contra a Inglaterra, a pressão feita pela França e pela Hespanha e a fraqueza do príncipe regente e do seu governo, que não se decidia a tomar uma resolução consentanea com os nossos interesses de nação colonial, levaram-nos ao acto desastrado do decreto de 22 de outubro de 1807, fechando os portos portuguezes á navegação inglesa; o que foi considerado como uma declaração de guerra á Inglaterra. As suas esquadras passaram a apresiar os navios portuguezes e uma d'ellas apossou-se da ilha da Madeira,

Tem então logar a fuga do Regente e sua familia para o Brasil, a bordo do nau *Princesa Real*, aos 27 dias de setembro de 1807.

A nau aportou a S. Vicente, sendo D. João aguardado pelo governador D. Antonio Coutinho de Lencastre que, com um certo enfatuamento, lhe solicitou a nomeação de capitão general. Seguindo a nau na sua derrota, ficou o governador n'uma situação critica, perante o estado de guerra em que nós encontravamos, sem bem saber qual a orientação a tomar, contra navios ingleses e franceses que percorriam os mares do archipelago. Perante o poder d'estes navios. A defesa das ilhas deixava muito a desejar. Quando as milicias se organisavam, faltavam as armas. A villa da Praia, como séde do governo, era a que mais tinha meios de defesa, embora imperfeitos. Uma circumstancia imprevista veio melhoral-os, tendo a fragata *Urania* e outros navios aportado á Praia, em 5 de fevereiro de 1809, por mal fundeada ou por descuido garrou, indo bater na ponta sul do ilheu da S. Maria onde se desmantelou. Aproveitou-lhe o governador D. Antonio bastante material de guerra, entre o qual 17 peças d'artilharia com que se guarneceu a bateria do ilheu. As baterias da Temerosa, da Mulher Branca e a da villa, estavam mal guarnecidas e bastante altas para com as peças da epoca baterem os navios e alem d'isto o despejo era grande para com o material, que não tinha a devida conservação.

Se a defesa era util em presença dos perigos da epoca, não era menos vantajoso cuidar da agricultura e implantar a moralidade na administração, não a deixando correr á revelia. As costumadas ciuemeiras e desinteligenacias entre os governadores, ouvidoures e outros magistrados da colonia, não eram de molde a promover os progressos do archipelago. De vez em quando, porém, havia um lampejo de bom senso e aparecia uma providencia vantajosa, como a do alvará de 18 de setembro de 1811, creando a Junta de melhoramentos da agricultura, que tinha commissões filiaes nas diversas ilhas e que prestou verdadeiros serviços dentro da sua esphera de acção; a que se deve juntar a que mandava cuidar da educação dos filhos de Cabo Verde, enviando-se alguns

para o reino, afim de aprenderem cirurgia por conta da real fazenda, como então se dizia.

Ao par d'estas medidas civilisadoras, não deixava de campear a intriga e o pouco escrupulo dos governadores, que não duvidavam de informar com falsidade o governo da metropole e de desbaratar os dinheiros publicos, o que só depois de terminado o tempo dos seus governos se chegava a saber. A distancia, a morosidade de communicações e perfeição com que iludiam o governo central, fazia com que governadores venaes e corruptos passassem, durante bastante tempo, por homens bons e excellentes administradores.

Assim quando o governador Moraes e Castro, que seguira na corveta *Perola*, tomou posse em 14 de março de 1813, encontrou os serviços n'um desleixado abandono. No cofre existiam apenas 2 contos de réis e e um deficit anual de cerca de 20 contos. O pagamento ao pessoal civil e eclesiástico estava em atraso e não chegava o dinheiro para pagar á tropa, pelo que o governador foi obrigado a licenciar os soldados.

D'esta sorte os navios de guerra e de corso praticavam actos contra o direito internacional nos mares do archipelago e por vezes nos proprios portos.

Para cumulo das nossas desgraças, deu-se em 1816 uma nova erupção no vulcão do Fogo com prejuizos materiaes muito sensiveis.

Como se vê a administração insular caminhava aos baldões, ao acaso, no meio de tantos contratempos. Não havia aquelle espirito de sequencia que tanto era, então como hoje, para desejar na administração da colonia. Parece até que essa continuidade visava apenas a intriga e a desordem sem escrupulos.

As notas de bom senso eram assim intermitentes, ora se dava incremento á pesca e se regulamentava o seu exercicio, como se fez na Boa Vista em 17 de maio de 1818, para a companhia organizada pela familia Martins; ora se dava a um dos seus mais prestantes membros, Manuel Antonio Martins a administração do contracto da urzela, com obrigação de compra de toda a que apparecesse á venda ao preço de 40 réis o arratel: impondo-se ainda varias condições como consta da provisão de 18 de setembro d'aquelle mesmo ano.

A Junta de melhoramentos da agricultura, pela sua comissão da ilha de Fogo, promovia em 1820 o desenvolvimento da cultura do algodão, determinando que os proprietários que o não semeassem perdessem os direitos aos terrenos, que deviam ser aforados a outros. Tornou-se obrigatória a plantação da vinha, sendo por isso que ainda hoje ela ali existe, dando origem ao insignificante fabrico da *mijareta*.

N'este estado de cousas, os reflexos da revolução do Porto, em 21 de agosto de 1820, fizeram-se sentir, pelo que o comandante da ilha da Boa Vista, João Cabral da Cunha Goodolphim, aos 21 de março de 1821, aclamou ali a constituição, desobedecendo ao governador Pusich, que era inimigo da familia Martins. Em 1821 foi este substituído, por decreto de 10 de abril, lavrado no Rio de Janeiro, por Luis Ignacio Xavier Palmeirim nomeado governador e capitão general de Cabo Verde; mas que nunca tomou posse.

As intrigas continuavam porem entre os partidarios do antigo governador D. Antonio e de Pusich contra varios influentes das ilhas, entre os quaes, o Martins era accusado de varios actos pouco patrioticos e pouco licitos, nos mil negocios em que o seu genio emprehendedor se metia; alem d'isto tambem o acusavam de, no Rio de Janeiro, intrigar contra algumas autoridades civis e ecclesiasticas de Cabo Verde. Passatempo que ainda hoje, em Portugal, é materia vulgar, sobretudo entre os que nada fazem e nada valem; sabendo somente criticar coisas de que nada percebem com um despiante extraordinario.

Os écos da revolução de 1820 repercutiram-se pois em Cabo Verde, pondo o governador em serios embaracos, ao ver organizada a Junta governativa provisoria constitucional que, em 12 de maio de 1821, enviou uma circular aos comandantes das ilhas e Praças da Guiné, dando-lhes conhecimento do novo governo.

Algumas ilhas acceitaram condicionalmente as deliberações da Junta, outras fiseram-o sem restrições.

Tendo a Junta, como se pode concluir, deposto o governador, que ainda era Antonio Pusich, conservou-lhe contudo a guarda d'honra até ao momento em que, no mez de setembro, retirou para a metropole. Os seus bens

foram presa da rapinagem e ao depois embargadas, mas de Lisboa foi ordem para tudo lhe ser entregue.

N'um estado de indecisão sobre qual procedimento politico se deveria adoptar, pois havia partidarios da nova constituição e do regimen ainda legal, foi vivendo, com maiores ou menores dissensões, o archipelago, até que D. João VI, tendo recolhido a Lisboa, accitou as bases da constituição, que jurou em 1 de outubro de 1822.

N'esto anno teve logar a celebre revolta dos moradores da ribeira do Engenho, na ilha de S. Thiago, que deu que faser á Junta, a qual não conseguiu dominá-la, apesar das delicias que para isso empregou.

No entanto o antigo governador Pusch, não perdendo a animosidade que o movia contra o cidadão Manuel Antonio Martins, homem de grande actividade, influia em Lisboa, na promulgação do celebre decreto de 16 de julho de 1822, em que havia disposições que visavam mais a ferir os interesses de Martins, do que a prover beneficios para Cabo Verde, como este demonstrara em uma *Memoria* que publicara n'aquelle mesmo anno em Lisboa, quando já era deputado pelo archipelago. Pena foi que não tivesse ainda tomado assento quando se discutio o projecto, que deu origem ao decreto a que se allude.

O novo governador, João da Matta Chapuzet, recebeu o governo, que lhe foi entregue pela Junta governativa, em 16 de fevereiro de 1823, encontrando tudo em completo estado de desordem e indisciplina.

Expondo ao governo central a situação em que achou a ilha de S. Thiago e pedindo recursos para debellear os males encontrados, recebeu em 4 de julho de 1823 a noticia de que D. João VI havia sido reintegrado nos seus antigos direitos, pelo que mandou festejar o acontecimento e proceder como de ordinario em casos analogos, para o que fez a proclamação de aquelle mesmo dia. Tal era a actividade que desenvolvera, perante estas lutas de constitucionaes e absolutistas.

Este governador fez bons serviços ao archipelago, e, na Praia, perpetuou-se o seu nome, dado á praça onde fica o deposito da agua de Mont'agarro, que abastece a cidade. Fez tambem terminar a revolta do Engenho sem exercer violencias; manteve a disciplina e procurou au-

gumentar os rendimentos publicos, embora houvesse reclamações contra o negocio da urzela, o melhor do archipelago, ao tempo ainda nas mãos de Martins, de quem muitos se queixavam, mas que poucos excediam em actividade e serviços prestados ás ilhas.

A questão dos poderes e auctoridade do commandante militar do Fogo, trouxe encomodos ao governador Chaguzet, que, apesar dos seus bons serviços, foi substituído em 1826 pelo capitão de mar e guerra Godinho de Vasconcellos, o qual exerceu o cargo durante o reinado de D. Miguel, em que se fez o novo contracto para a arrematação da urzela, a começar em 1 de janeiro de 1830 e a terminar em 31 de dezembro de 1832.

A fome, que pela falta de chuvas se declarou durante os annos de 1830 a 1833, produziu uma enorme crise em Cabo Verde, tendo morrido muita gente e muito gado, sem que o governo enviasse quaesquer soccorros. Apenas o negociante Manuel Antonio Martins mandou vir de Gambia dois navios carregados de milho, e da America, como esmola, vieram oito navios com mantimentos. Junto-se a isto as lutas politicas da época, que tambem em Cabo Verde se reflectiam. O governador D. Duarte da Costa de Sousa de Macedo, muito affeiçãoado a D. Miguel, nem por isso tinha meios de alcançar qualquer socorro para atenuar a crise, tendo por veses de occorrer á fome dos pobres com os seus proprios recursos.

Aclamada a rainha D. Maria e havendo D. Duarte sido substituído do governo, ficou a gerencia da colonia entregue á Junta governativa que, em 15 de janeiro de 1834, envia ao governo da metropole o relatório detalhado sobre o desgraçado estado do archipelago, onde tanta intriga nada permitia fazer, tendo ainda soffrido a horrivel estiagem a que se fez referencia.

A provincia tinha então o deficit de 37 contos de réis, e, sem o auxilio do governo central e de uma sã administração, nada continuava a poder fazer-se. Era tempo de pensar-se no desenvolvimento da agricultura, protegendo a cultura do café, a creação do gado e a arborisação. Medidas que se applicavam principalmente á ilha de Santo Antão, por ser sem duvida uma das ilhas

agricolas do archipelago e que mais importava colonisar.

Era a prefeitura de Cabo Verde, formula civil de governo então encontrada, que promovia estas providencias, devidas, com certeza, ao prefeito Martins e ao secretario geral Lopes de Lima, official da armada, que deixou o seu nome vinculado ás nossas colonias, por serviços que depois lhe prestou.

Pretendeu-se desenvolver a cultura da vinha em St.º Antão, mas bem depressa se promoveu a sua substituição pela cultura de milho e pela do café, que ainda hoje é do melhor que se produz na colonia.

O prefeito Manuel Antonio Martins, que tantos serviços vinha prestando á provincia, era objecto de uma guerra tenaz, por parte dos seus invejosos inimigos; mas, homem ativo e emprehendedor, soube ser superior aos seus detractores, até que a revolta do batalhão provisório, na Praia, a 22 de março de 1831, em favor de D. Miguel, dando lugar a roubos e atrocidades e em que o prefeito, talvez obrigado pelo chefe da revolta, sargento Lopes, arvorado em major, teve de publicar um bando compromettedor e violento para os principaes habitantes da Praia, deu origem á sua destituição do cargo e á sua prisão. Para isso não concorreu pouco a fama de miguelista, que tinha o commendador Martins.

Effectivamente os roubos, saques e mortes, que os revoltosos fiseram, para o restabelecimento do governo de D. Miguel, que chegaram a aclamar, mereciam um correctivo severo e energico, que não chegaram a ter, por se haverem evadido n'um navio para a America os seus principaes influentes. Os moradores, que se haviam retirado para o interior da ilha, dirigidos por alguns officaes de milicias, marcharam então sobre a Praia e restabeleceram a ordem.

Martins, acunhado de miguelista e por isso reputado conivente na revolta, dirigia em 6 de abril de 1855 ao governo, um longo officio narrando os factos, pedindo um inquerito. Em sua defesa acudiu o consul dos Estados Unidos em Cabo Verde, na *Gazeta de Nova York* de 14 de maio d'aquelle anno.

Se estes factos ensombream a sua reputação, os seus grandes serviços á colonia não ficarão esquecidos.

O resultado de tudo e o peor foi o governo portuguez ter

de pagar uma indemnisação a uma firma franceza, que os revoltosos haviam defraudado, mas que só se satisfiz em 1841, sendo governador Fontes, pae do fallecido estadista Fontes Pereira de Mello, ao tempo tambem em serviço na colonia, onde executou alguns trabalhos hydrograficos, como o das cartas dos portos de S. Vicente e da Praia, cujos originaes foram por nós encontrados em 1892, no então revolto archivo do ministerio das Colonias.

Em 1835 o governador Pereira Marinho, que encontrou a Colonia n'um estado verdadeiramente lastimoso, creou as companhias de pesca, com o fim de prover ao sustento da população, furtando-a assim ás crises que as estíagens promoviam, como poucos annos antes succedera.

As condições da provincia de Cabo Verde não melhoraram durante o governo de Marinho, que se limitou a propôr medidas iniquas, algumas das quaes visavam mais a prejudicar os interesses do ex-prefeito Martins, do que ao bem e progresso da colonia. O que Marinho propunha ao Visconde de Sá, então ministro da marinha e ultramar, relativamente á ilha de S. Vicente, que pintava com vividas cores, como sendo uma das mais ricas do archipelago, era um puro engano. S. Vicente, tirando-lhe o seu magnifico porto, a sua situação geographica, não pode ter outros elementos de riqueza, pelo menos ainda não foram encontrados. De resto a colonia continuava n'um estado lastimavel e com muita difficuldade podia satisfazer os seus compromissos.

O governador Domingos Correia Arouca, que tomou posse do governo de Cabo Verde, em 11 de julho de 1836, substituindo Marinho, que havia preparado as cousas para a sua eleição de deputado ás côrtes, tratou de dar parte ao governo do estado em que encontrara a colonia, cuja administração lhe fôra confiada, mas o seu antecessor, que seguia uma politica partidaria opposta, não se apresentara a dar a posse do governo e antes se ausentara para a Brava, onde começou a urdir um trama contra o governador Arouca; conseguindo por fim revoltar contra elle algumas ilhas, e, enquanto Arouca permanecia no Fogo, fez-se proclamar governador na Praia, dando logar a que intervisse a fragata franceza, *Triumphant* que restabeleceu Arouca no governo, le-

vando a seu bordo Marinho e alguns afeiçoados; mas esta revolta, promovida pela ambição de Pereira Marinho, deixou muito dividida a política no archipelago, como reflexo do que succedia na metropole, porém, mais sensível em Cabo Verde, não só por causa do meio, como por causa do predomínio de certos influentes bem conhecidos.

O que é certo é que Marinho se declarou um acerrimo inimigo de Correia Arouca, a quem accusou violentamente.

Nos «Subsidios para a historia de Cabo Verde e Guiné,» publicado por Senna Barcellos, vem tratada esta questão, com todo o detalhe na Parte IV a pag.^a 129 e seguintes.

Largando da Praia a *Triumphant*, a revolta proseguiria ainda se não fosse a cordura e energia do alferes José Xavier Crato que, pela sua influencia, aconselhou os soldados a seguirem o caminho do dever, merecendo por isso todo o elogio que, creio, lhe ficou devendo o governo.

Mas Pereira Marinho, tendo conseguido ir para Bissau, affim de mais facilmente retirar para Lisboa, preparou ali a sua recondução no governo, valendo-se da proteção do Visconde de Sá da Bandeira, a quem não duvidava prestar informações particulares.

Efêtivamente conseguiu ser reconduzido, por ter o governador Arouca pedido a sua exoneração, dada a pouca confiança que lhe merecia a força publica, excitada por Marinho.

E' claro que a volta de Marinho ao governo da provincia, não trazia a tranquillidade que a colonia necessitava para se desenvolver, pois queria menos politica e mais administração. Tinha razão. Mas o vicio é tão invetrado que ainda hoje perdura.

Foi então uma epoca de perseguições em Cabo Verde, de que uma das victimas foi o cidadão Manuel Antonio Martins, duramente caluniado.

A tranquillidade só se estabeleceu com a nomeação do governador João de Fontes Pereira de Mello.

Durante o governo de Marinho este influu no animo de ministro Sá da Bandeira para que se mudasse a

capital para S. Vicente e varias diligencias se fiseram n'esse sentido, chegando a projectar-se a planta da cidade de Mindello, que devia ser a nova sede do governo; mas a falta de recursos obstou a que tal se possesse em pratica.

S. Vicente só tem a recommendal-a para o apetecido fim o seu magnifico porto, faltam-lhe porem os recursos agricolas de que dispõe S. Thiago. Foi por isso, sem duvida, que o decreto de 11 de junho de 1838, referendado por Sá da Bandeira, se não cumpriu.

Esta questão tem vindo até nós, pois que por vezes tem surgido de novo, havendo adeptos de um e outro lado. A nós parece-nos que, no dia em que a provincia de Cabo Verde possa ter um regimen administrativo analogo ao que tem os Açores, serão formados ali dois districtos, tendo o de Barlavento a capital em S. Vicente e o do Sotavento na ilha de S. Thiago.

Como dissemos a importancia de S. Vicente provincia e provém do seu magnifico porto, cuja situação se fez salientar perante a Companhia Inglesa das Indias, que tinha ao seu serviço 200 grandes navios na carreira das Indias. Embora não se fizesse qualquer contacto com a Companhia, é certo que a esplendida posição do porto grande de S. Vicente, ficou bem evidenciada e que com o desenvolvimento de relações com os mares do sul e com o oriente, mais e mais se accentuou.

Esta circumstancia foi a pouco e pouco fazendo sentir a necessidade de ali se constituir uma povoação que fosse a capital da ilha, como de facto hoje vemos.

A provincia de Cabo Verde, arrastando uma vida difficil com o estabelecimento do regimen liberal, em que as intrigas e revoltas, mais ou menos graves, campeavam, era digna de melhor sorte. Se de vez em quando apparecia o clarão illuminante da tranquillidade, que deixava proseguir a administração sensatamente, bem depressa era offuscado por novas dissensões partidarias, que de todo em todo a maculavam.

Sá da Bandeira, já então colonial distinctissimo, algumas medidas de fomento patrocinou, como a da cultura do tabaco, cujo producto devia ser comprado, pelo menos em parte, pelos contractadores no reino. Esta importante medida de fomento é imperiosamente necessaria hoje, com

aplicação a todas as nossas colonias que em abundancia produzem aquella planta.

Entrando na posse do governo de Cabo Verde o capitão de fragata João de Fontes Pereira de Mello, os intrigantes e os politicos azedos da colonia, tiveram de sopear os seus impetos, porque Fontes vinha assignalar uma epoca de paz, de administração justa e de progresso. Era bem preciso,

Uma das suas primeiras medidas foi ordenar que se fizesse o estudo scientifico dos portos principaes, e o das fortalezas, disseccamento de pantanos, construção de cacs, pesquisa e estudos hydrologicos, exploração de mineracs, arborisação e viação publica. O encarregado d'estes serviços foi seu filho, que tinha provimento de engenheiro, Antonio Maria Fontes Pereira de Mello, que depois foi o notavel estadista que ligou o seu nome a tantas obras no paiz, e que pela sua illustração e saber, se tornou credor de todos os elogios.

Ao passo que promovia taes estudos, indispensaveis para precederem uma boa administração, isentou de direitos por dez annos os utensilios, ferramentas e machinas agricolas; e cuidou da organisação militar da provincia. Regularisou a administração da Santa Casa da Misericordia e fundou um hospital para 50 doentes.

Quando Fontes entregou o governo da provincia ao seu successor Paula Bastos, tendo havido a restauração da Carta em 10 de fevereiro de 1842, um novo periodo inquietante surgiu em Cabo Verde, com a premeditada revolta de que era chefe o alferes Manuel Antonio Leite e que foi descoberta a tempo de evitar-se. Tinha por fim o roubo dos habitantes da Praia e a fuga dos rebeldes no brigue de Nozolini que era esperado da Guiné, e de que se apoderariam.

A isto succedeu-se a revolta de Bissau, a que foi necessario acudir com medidas energicas, tomadas pelo governador Bastos, que teve de suspender garantias na ilha da Boa Vista e outras, afim de fazer recrutamento de praças para se enviarem para Bissau, seguindo no brigue *S. Boaventura* a na escuna de guerra *Harriett*.

Salvo estes incidentes e com a preparação deixada por Fontes, o governo de Paula Bastos, sob o ponto de vista administrativo, foi bom e a provincia lucrò muito

com elle; porque a cultura da purgueira se fazia em grande escala e a produção do sal assegurava um excellento rendimento para o cofre provincial. Foi uma sensata medida d'este governador a da criação de uma companhia de pesca na Boa Vista, para o que concedeu varios privilegios aos pescadores, isentando-os do recrutamento militar e de varios encargos a que eram obrigados, com a condição de exercerem a pesca trez vezes por semana.

Apezar da honestidade com que procediam estes governadores, não cessava o consul inglez John Rendall de nos intrigar com o seu governo, alcinhando-nos de escravaturistas; em quanto elle no seu estabelecimento commercial da ilha da Boa Vista procurava passar aos direitos aduaneiros, os productos em que traficava.

A pretendida escravatura era um pretexto, não só para que as autoridades inglesas da Serra Leoa se intromettessem na vida interna das praças da Guiné, mas para que, nos portos do archipelago, nos vexassem exercendo, sem resultado, o direito de visita em navios mercantes, obrigando-nos a constantes reclamações.

Em 2 de abril de 1847 ás 7. h 30.^m da noite deu-se uma erupção no vulcão do Fogo, arrojando grande porção de lava sobre o sitio da Relva, com prejuizo das propriedades que ali havia. A erupção foi precedida e seguida de tremores de terra, que se sentiram na ilha Brava. No dia 15 sentiram-se grandes explosões. Nos sitios da Antoninha e Relva abriram-se varias crateras, d'onde irromperam torrentes de lava, projectando uma d'ellas um enorme penedo, que foi cahir no mar com grande estrondo. Nos sitios do Matinho e Bombardeira, a lava arrastou varias edificações.

Esta epoca ficou tambem assinalada por uma revolta dos familiares da viuva Martins, seus empregados e serviços, contra a autoridade superior da ilha do Sal, cre-se que por abusos por esta cometidos. Foi pouco depois pela segunda vez nomeado governador de Cabo Verde Fontes Pereira de Mello, chefe de divisão que, por decreto de 13 de maio de 1848, ficou provido no cargo por trez annos, tomando posse n'esse anno. O ex-governador D. José de Noronha e Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello foram eileitos por Cabo Verde, deputados

as cortes. Data de então a entrada na politica do que foi depois um parlamentar e um distincto homem d'estado. Foi Cabo Verde que teve a honra de o conduzir á tribuna parlamentar, onde tanto o seu nome havia de brilhar.

O segundo governo de Fontes foi um governo de ordem como o primeiro e varias medidas foram tomadas no sentido de desenvolver a agricultura e dar mais desenvolvimento ao porto de S. Vicente, onde se estabelecera um deposito de carvão por concessão de 18 de novembro de 1850, feita á Royal Mail Steam Packet para fornecimento dos vapores da carreira do Brasil. O governador Fontes deu todas as facilidades para que o deposito progredisse e para que o porto de S. Vicente fosse escala para o Brasil e Africa. Teve com o Bispo algumas difficuldades de jurisdicção, que foram removidas pelo governo central.

Na Guiné houve varios conflictos e irregularidades, sendo para notar o patriotismo de Honorio Barreto, Nozolini, Xavier Crato e outros patriotas que muito favoreceram a nossa soberania em alguns pontos dos rios Casamansa, Cacheu e Geba. Para lastimar é que os seus patrioticos exemplos, não tivessem sempre toda a sequencia que era para desejar.

Afim de desenvolver o ensino no archipelago, foi promulgado o imposto chamado de subsidio litterario, que recahia sobre a cultura da canna sacarina, sobrecarregando assim as ilhas de Santo Antão, S. Nicolau, S. Thiago e Brava as unicas onde essa cultura existia, contra o que sensatamente reclamaram os agricultores de S.^{to} Antão, os que maiores difficuldades tinham em enviar os seus filhos a educar para a Brava, onde o lyceu se estabelecera.

Um dos inconvenientes da administração central do archipelago, era a constante mudança da sêde do governo, de ilha para ilha, segundo a sympathia dos governadores e muitas vezes segundo as circumstancias do clima.

Acarretava despesas, confusões no archivo da secretaria geral, que andava n'uma faina constante de encaixotamento, com prejuizo de varios processos que, ou ficavam truncados ou mesmo se extraviavam casual ou propositalmente. Não deixou a camara municipal da Praia de, em 2 de novembro de 1850, representar contra o

systema nomado das sédes governativas, fundando-se na riqueza, população e importância da ilha de S. Thiago. Não bastavam os flagellos da politica dos caboverdeanos que tanto dificultavam a administração, ainda de vez emquando surgiam as crises agricolas causadas pelas estíagens; para não falar nos perigos naturaes, como o de 19 de fevereiro de 1852, em que teve logar uma nova erupção no vulcão da Ilha do Fogo, que desde 1817 se encontrava sem actividade.

Das quatro crateras que se abriam, apoz um violento estrôndo, brotaram torrentes de lava, que entulharam o valle adjacente á povoação do Corvo. Essas crateras, por muito juntas, converteram-se logo depois em uma só; mas o que é certo é ter a ilha ficado privada de uma zona de productividade que aos seus recursos agricolas, já de si apoucados, fazia grande falta.

No entanto alguma coisa se ia adiantando, quanto á administração insular, não só porque se escolhiam melhores funcionarios, como a facilidade de communicções que se ia desenvolvendo, mercê do aproveitamento do porto de S. Vicente, para escala dos navios que se dirigiam para o Brasil e que ali podiam receber carvão, agua e refrescos. Embora a companhia dos vapores ingleses abusasse um pouco, construindo um caes em logar improprio, é certo que ali chamou a concorrência dos vapores. Tambem o consul britannico John Rendall procedeu de forma idêntica, apossando-se de um terreno adquirido illegalmente, onde fez uma casa e uma ponte que arrendava para o serviço carvoeiro.

Parece que o commandante militar de S. Vicente, Jeronymo Pusich deu certas facilidades, de que não podia dispôr, para que essas installações se fizessem, sem se attender, nem á estética, nem ás conveniências da povoação e do proprio porto. Para obstar a que taes irregularidades proseguissem e se fizessem aquisições de terrenos sem legalidade, o governador Fortunato Barreiros reuniu o conselho de governo e tomou varias providências, tendentes aquelle fim. Assim creou-se a Commissão Municipal, com a precisa autonomia, e instituiram-se os logares de juiz ordinario e juiz de paz, com os respectivos escrivães.

Para fazer face a estes encargos, crearam-se receitas

desde logo e outras foram propostas pela Comissão Municipal.

Tambem o governador Barreiros fez construir o fortim d'El-Rei, contiguo á Matiota e dominando o ancoradouro, e mandou demarcar o terreno para a cidade de Mindello, cujo delineamento lhe mereceu todo o cuidado. Emfim pode bem dizer-se que o brigadeiro Fortunato José Barreiros foi o creador da cidade de Mindello. Não só em relação a S. Vicente o governador Barreiros mostrou o seu tacto administrativo; tambem em relação á Praia elle se evidenciou. A sua iniciativa se deve a nomeação de comissões de instrução publica, de agricultura, de saneamento, commercio e obras publicas, as quaes funcionaram com actividade e intelligencia á excepção da de agricultura.

Como dissemos o governo de Fontes e depois o de Barreiros, foram dos mais prolificos. A administração da justiça, bem precisa no archipelago, devia melhorar com a criação das duas comarcas—a de barlavento e a de sotavento—determinada pelo decreto de 17 de setembro de 1851. Para sede das comarcas escolheram-se as ilhas mais centras d'aquelles dois grupos: S. Nicolau e S. Thiago.

Era tempo de se pensar na colonisação das provincias ultramarinas, mas necessitava-se de prover as despesas que tão importante medida trazia ao thesouro. Para isso seguiu-se um processo, talvez injusto, de sobrecarregar as colonias, quando no inicio devia ser a metropole que teria de suportar as despesas da colonisação, momento quando ella vae beneficiar paizes estrangeiros. Seja, porem, como for é certo que o decreto de 30 de dezembro de 1852, creava um fundo especial de colonisação, formado pelo producto dos direitos de importação do vinho e aguardente, de produção portugueza, nas provincias ultramarinas.

Era d'este fundo que, pela portaria de 30 de outubro de 1858, se ordenou ao governo da provincia de Cabo Verde, para fazer o pagamento das despesas do sustento dos colonos mandados para o archipelago.

Não temos documentos que nos mostrem se a introdução de colonos em Cabo Verde foi avultada; mas não o cremos, porque no estado em que as ilhas se

encontravam, não seria prudente uma colonisação intensa. Pouco abundantes d'agua, sujeitas a grandes estiagens e consequentemente á escassez de colheitas, as crises de fome succediam-se, o que poria em embaraço não só os colonos como os nativos. De 1855 a 1857 não houve colheita nas ilhas de S.^{to} Antão, Boa Vista, Sal, S. Nicolau e Fogo, devido á falta de chuvas. Apesar das acertadas providencias do governador, foram enviados da metropole comestiveis e tomaram-se disposições para occorrer á carestia de subsistencias, tendo-se remetido 150 milioes de milho e 440 arrobas de arroz.

Na Praia abriu-se venda de mantimentos por conta da Fazenda, afim de evitar a exploração.

De 1858 a 1860 houve crises parciaes nas ilhas de S. Thiago, Brava e Maio; mas em 1863 e 1864 a estiagem foi geral em todo o archipelago, dando origem a uma das mais tremendas crises. Alem das providencias acertadas que o governo provincial adoptou para atenuar os effeitos da crise, abriram-se no reino e ilhas adjacentes, varias subscrições para debellar a fome que assolava Cabo Verde. Mendes Leal, que então era ministro da Marinha e Ultramar, expediu a portaria de 20 de dezembro de 1863, regulando a melhor forma de empregar os soccorros enviados e que eram de duas especies: uns gratuitos para os velhos, enfermos, desvalidos e creanças, outros como compensação de trabalho.

A fome era tão geral entre a gente do campo, que difficil se tornava vendel-a, apesar das providencias adoptadas. A distribuição de soccorros alimenticios, a abertura de obras publicas, não conseguiram senão em parte atenual-a.

Permitio-se a sahida de colonos livres para os portos onde tyvessemos consules; davam-se-lhes pequenas glebas de terreno na provincia de S. Thomé e Príncipe e bem assim os primeiros recursos para installação, afim de se obviar á crise da provincia, que era revestida de todo o seu cortejo de horrores.

Ao passo que outras providencias ainda se tomavam, aconselhavam-se os habitantes dos campos a que não deixassem de, na estação propicia, proceder ás sementeiros, para o que se lhe dariam todas as facilidades e

procurava-se mesmo alargar as culturas, para o que, em julho de 1863, se remeteu uma grande porção de sementes de algodão para distribuir pelos agricultores, mandando-se-lhes as respectivas instruções.

Apesar das providencias adoptadas, foi grande o numero de mortes em homens e gados.

Os que não morreram, ou emigraram ou ficaram arruinados; de sorte que os vestigios da crise ainda perduraram por alguns annos, sendo preciso continuar a remessa de soccorros.

Da ilha da Madeira enviaram-se em março de 1866 bastantes plantas de canna sacharina, para augmentar a cultura na provincia de Cabo Verde, dotando-a com mais elementos de resistencia contra as crises, que tanto a affectam.

A ilha de S. Vicente, onde a faina do carvão não abrandava, foi das que menos soffreu, pelo trabalho remunerado que os seus habitantes e os emigrantes das outras ilhas ali encontravam. Identicamente a ilha do Sal, vivendo apenas da industria salineira, tambem dava trabalho aos que ali occorriam em sua demanda.

Uma das causas que poderosamente influiu nas grandes crises de Cabo Verde, residia na pouca divisão da propriedade, não obstante a abolição da lei dos morgados e capellas. Os grandes proprietarios não arroteavam em geral as suas terras que, em muitas das suas parcelas, ficavam incultas, de sorte que a massa da população não podia retirar do solo os productos de que mais necessitava para a sua alimentação, que a um limitado numero de generos se reduzia.

A lei da abolição dos morgados foi promulgada em 19 de maio de 1863 e mandou-se pôr em execução pela portaria regia de 10 de outubro de 1864. Nas ilhas agricolas, sobretudo na de S. Thiago, onde as grandes propriedades morgadias eram em avultado numero, uma nova phase da propriedade se devia obter, desde que a divisão das terras permitisse uma mais cuidadosa e selecta cultura, dando maior abundancia de produção; mas os vestigios do trabalho não livre e as exigencias dos antigos senhores de escravos, não deixaram pôr em evidencia os beneticos resultados d'aquella lei. Efficazmente estava-se atravessando um periodo de transição

entre o regimen da escravidão, abolida pela lei de 28 de abril de 1858, e o da completa affrancia. Não admira por isso que não fossem desde logo tão amplos quanto deviam os resultados da abolição dos morgallos, e, portanto, da concentração da propriedade em um numero restricto de pessoas.

Actualmente a ilha em que, a divisão da propriedade é maior é na Brava, por isso ali também as crises são menos sensiveis, falando de um modo geral.

O que é fóra de duvida, lamentavel é ter de dizel-o, é que as crises de fome em Cabo Verde, com todos os seus males, tem sido um factor importante para o desenvolvimento das obras publicas. As estradas, ou antes os trechos de estradas, devem-se ás crises, porque só n'estas occasiões se lhes dá incremento, para emprego de trabalhadores, que pelo salario obtido conseguem manter-se e ás suas familias, que morreram á mingua por não poderem tirar da terra, secca e arida, os productos, de que se alimentam.

As crises, devidas ás estiagens mais ou menos prolongadas, durante um ou mais annos consecutivos, como tem succedido, são a grande difficuldade da administração caboverdeana. Tendo de comer, o caboverdeano pouco se lhe importa melhorar os processos de cultura, effectuar plantações novas, ou evitar que sejam destruidas as existentes, para se promover assim a regularidade das chuvas e assegurar a produção alimentar, que se limita a bem poucos generos.

Bem sabemos que aos governos cabe grande responsabilidade, por não haverem procurado fazer plantações de especies apropriadas ao clima e á natureza dos terrenos; mas não nos devemos adiuirar que isso succeda, quando é certo que nem ao menos se levantaram as cartas de cada uma das ilhas; o que nos parece se deveria ter feito, desde que uma administração regular se estabeleceu no archipelago. O que n'esta materia existe, limita-se a bem pouco: levantamento das cartas dos portos por solicitação e proposta da *Commissão de Cartographia* e uns esboços de cartas das diversas ilhas, publicadas pela mesma commissão: a que juntaremos as que se encontram no Roteiro de Cabo Verde por Senna Barcellos, que foi o official encarregado d'aquel-

les levantamentos, que vieram preencher uma importante lacuna na cartographia caboverdeana. São estes apenas os trabalhos portugueses contemporâneos relativos a Cabo Verde.

Os esboços, a que se fez menção, eram decerto imperfeitos; mas não havia melhor dentro e fóra do paiz. A' sua existencia deve Friedlander, o ter podido fazer com tanta rapidez os esboços topograficos, que se encontram no final da sua obra, a que atraz fizemos referencia, e que o professor Walther Bergt tambem utilisou.

Para que uma boa administração se possa effectuar, bem como os inherentes trabalhos de fomento, é indispensavel e urgente mandar proceder ao levantamento methodico das ilhas de Cabo Verde. Por nossa parte temos feito tudo quanto na nossa esphera de acção cabe, para que isso se pratique. Novamente fica feito mais este apello aos poderes competentes.

É impróprio que estrangeiros venham aos nossos territorios realisar estudos, que a soberania portugueza de lha muito deveria ter ordenado.

Postas estas considerações sobre a falta que deixamos apontada, vamos, por assim dizer, proseguir no esboço historico que temos traçado.

É certo que o desenvolvimento de relações entre a metropole e as colonias, pelo augmento da navegação estrangeira e nacional, o conhecimento mais perfeito dos processos a empregar na administração ultramarina e a escolha de funcionarios mais sabedores, conjugada com a acalmia politica que depois de 1852 o paiz vinha atravessando, deviam trazer um consequente melhoramento na administração e promover o acabamento de odios politicos e de interesses que até aqui notáramos.

A carta organica das provincias ultramarinas de 1 de dezembro de 1869, promulgada pelo eminente estadista Rebello da Silva, que, se não fóra outras medidas de largo alcance por elle doadas ás colonias, lhe bastaria para vincular o seu nome na historia colonial portugueza com letras de ouro, veio trazer aos nossos dominios a descentralisação relativa, porque elles tanto anciavam e que foi um bem para o seu desenvolvimento.

Os corpos consultivos e deliberativos creados em volta dos governadores, vieram acabar com as prepoten-

cias, com os jogos de interesses e de odios, a que por varias vezes nos referimos.

Em Cabo Verde, aquelle decreto organico trouxe a tranquillidade administrativa, pelo menos, a ponto de se dizer que em não havendo escassez de chuvas ou estiagens completas, o governo corria á maravilha.

Enquanto a Guiné lhe esteve sujeita as difficuldades só d'aquí lhe provinham: mas desde a separação determinada pela lei de 18 de março de 1879, que constituiu a Guiné em provincia independente, só ficaram as crises para perturbar Cabo Verde.

O porto Grande de S. Vicente, que via aumentar o seu movimento maritimo e com ele o da povoação do Mindelo, para cujo melhoramento se destinara, em 1854, o produto do imposto de importação de 100 réis por tonelada de carvão, adquiria no arquipelago uma grande importancia. A vña do Mindelo queria fóros de cidade, a que se julgava com direito; o que lhe foi reconhecido pelo decreto de 14 de abril de 1879.

Com a fundação da Sociedade de Geografia, em 1875, iniciou-se um periodo de revisvicencia colonial e as nossas provincias ultramarinas começam a merecer as atencões do publico e dos governos, graças á propaganda patriótica d'aquella sociedade e tambem a influencia da Commissão Central Permanente de Geografia, creada por decreto de 17 de fevereiro de 1876, e que mais tarde foi encorporada naquella colectividade.

Andrade Corvo, então ministro da Marinha e Ultramar, consegue a carta de lei de 12 de abril de 1876, autorisando o governo a contrair um empréstimo de 1000 contos de reis, destinado a obras publicas nas colonias, sendo Cabo Verde contemplada com a verba de 100 contos para melhoramentos materiaes, pela portaria de 7 de Setembro de 1877. Com tão exigua verba pouco se poderia fazer alem de alguns projetos e estudos.

Os emprehendimentos que Andrade Corvo desejava levar a effeito, foram cometidos ás commissões de obras publicas, então nomeadas e de que faziam parte funcionarios technicos distintos, muitos dos quaes posteriormente legaram os seus nomes a notaveis trabalhos na administração colonial.

Essas expedições, como se lhes chamava, foram o

foco donde irradiou um uma nova era para o ultramar portuguez.

Começou-se a perceber que as possessões portuguezas, não eram só terras para degradados. O horror á Africa, perdeu-se desde então quasi por completo. Quando outras vantagens não houvessem tido essas expedições, tiveram esta, que não foi pequena, para o progresso das nossas colonias.

Andrade Corvo, nos seus «Estudos sobre as Provincias Ultramarinas», falando do desenvolvimento das receitas em Cabo Verde em relação a épocas anteriores, refere-se á grande falta de medidas auxiliares de fomento que ali se notavam, dizendo:

«A lenta evolução do trabalho livre, e a feracidade do solo nos valles que se abrem por entre serranias, tem produzido este augmento de riqueza, mas sem o auxilio poderoso da arte. Nem estradas; nem bom aproveitamento das aguas, onde as ha; nem caes de embarque para mercadorias; nem pharoes que tornem seguro o accesso aos portos; nem machinas de trabalho; nem arborisação regular das montanhas; nenhum, emfim, d'este grandes meios que a civilisação dispõe para atenuar, ao menos, as difficuldades que a natureza oppõe ao trabalho, se haviam até ha pouco empregado para melhorar as ilhas de Cabo Verde.»

Effectivamente assim era, apesar d'aquella sua iniciativa, até quasi se entrar no anno de 1883; mas a influencia perfinaz e patriótica da Sociedade de Geographia, mais uma vez se fez sentir ao elaborar o plano de pharolagem do archipelago caboverdeano, começado pouco depois a ter execução, mercê do governador Antonio do Nascimento Pereira Sampaio que foi ali o seu promotor. Tambem o estudo da meteorologia já lhe havia merecido as atenções, ao pugnar pela fundação de um observatorio em S. Vicente.

Apesar da evolução ser lenta, ella ia-se fazendo; não concorrendo pouco para isso a medida governamental tomada, a repetidas instancias, pelo poder central, no decreto de 18 de dezembro de 1882 em que se prohibia que, para o archipelago de Cabo Verde, fossem mandados degradados. Esse decreto abrangia tambem, muito sensatamente, a provincia de S. Thomé e Príncipe. Qualquer

d'ellas devia ser um centro de trabalho livre e não de trabalho forçado. O degradado não era decerto um elemento civilisador para a colónia.

Bom foi que se houvesse acabado com tal pratica e pena é que se não tenha estendido ás demais provincias africanas.

Cabo Verde, pela natureza do seu clima, pela indole dos seus habitantes, pela proximidade da metropole e numerosas communições, a muitos parecia dever dar-se-lhe uma organisação administrativa que se aproximasse do regimen dos Açores; mas não o entendeu assim o legislador de 1892 que dotou o archipelago com uma carta organica mais centralisadora do que o decreto de 1869.

Desde então a administração caboverdeana tem sucessivamente progredido e hoje não teriamos duvida, se governassemos, de dar a esta colónia o regimen das illhas adjacentes, que os progressos da navegação e da telegrafia, só por si justificariam, quando não considerassemos o estado relativamente adiantado da provincia.

O ARCHIPELAGO DE CABO VERDE

GEOGRAFIA FISICA

Situação. — O archipelago de Cabo Verde está situado no oceano Atlantico norte, entre os paralelos de 17° 13' e 18° 47' de latitude norte e entre os meridianos de 22° 15' e 26° 22' de longitude oeste de Greenwich. E' formado por 14 ilhas e ilheus principaes, distribuidos em dois grupos que, em razão do vento dominante, o geral do nordeste, tomam o nome de ilhas de barlavento e ilhas de sotavento: nas primeiras, ao norte, comprehendem-se as de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, ilheus Branco e Raso, S. Nicolau, Boa Vista e Sal, das quaes as primeiras estão dispostas em uma linha seguindo a orientação de W N W para E S E ficando a ultima, a do Sal, ao norte da Boa Vista, e ambas mais separadas d'aquelas, formando como que um sub-grupo.

Nas ilhas de sotavento, dispostas tambem sensivelmente em uma linha recta orientada de E N E para W S W, inscrevem-se as de Maio, S. Thiago, Fogo e Brava, tendo esta pelo norte os pequenos ilheus do Rombó, de que o de Cima e o Grande são os mais importantes.

A disposição dos alinhamentos d'estes dois grupos convergindo para o lado de leste aproxima, é claro, as suas ilhas mais orientaes. Boa Vista e Maio, entre as quaes se levanta o Baixo de João Valente ou João Leitão, perigo de que os navios tem de acautelarem-se.

O archipelago não se ergue todo ele acima de um mesmo pedestal, antes se divide em tres sócos onde assenta. No mais occidental emergem as ilhas do grupo de barlavento desde Santo Antão até á de S. Nicóu; no de oriente as do Sal, Boa Vista, Maio e S. Thiago e no do sul Fogo, Brava e ilheus do Rombo.

Entre estes tres pedestaes encontra-se, ao que parece, a grande profundidade do Atlantico que, com insignificantes diferenças, observámos entre a ilha de S. Thiago e o banco continental, na direcção do rio Gumbia e de que o perfil existente na Sociedade de Geografia dá uma idea.

As duas ilhas mais occidentaes do grupo de barlavento, Santo Antão e S. Vicente, formam entre si um canal, no sentido de N.E.-S.W., muito frequentado pela navegação transatlantica entre a Europa e os mares do sul, constituindo por isso uma excellente posição strategica o porto grande de S. Vicente, que ali se abre na costa N W da ilha d'este nome.

* **Superficie.** — As ilhas de Cabo Verde abrangem uma superficie total de 3,928,5 km.² sendo as maiores as ilhas de S. Thiago, onde está a séde do governo provincial, com 980 km.² e a de Santo Antão com 784,5 km.² Das ilhas habitadas a mais pequena é a Brava que tem a superficie de 56,5 km.²

No quadro que ao diante publicamos encontram-se as áreas de todas as ilhas alem de outros elementos que resumem a chorografia caboverdeana.

* **Nome.** — Os navegadores portuguezes, tendo passado o Cabo Branco e a bahia de Arguim, foram seguido para o sul em derrota de descoberta, encontrando a costa arenosa e despida de vegetação do Sahara occidental, até que para além do rio Senegal, costeando a bahia de Yof, se lhes deparou um pequeno promontorio, com algum arvoredo, verdejando ao longe, dando por esse motivo ao seu ponto mais avançado o nome de Cabo Verde.

Segundo Azurara foi Diniz Dias, nobre escudeiro de El-Rei D. João, que poz o nome ao promontorio do Cabo Verde, quando por mandado do Infante D. Henrique, foi á descoberta em uma caravela que este lhe deu.

Descoberto mais tarde por Diogo Gomes e Antonio

de Noffi o archipelago que nos occupa, deu-se-lhe o nome d'aquelle cabo por ser, sem duvida, o ponto que mais proximo da costa africana lhe ficava.

Sob a ponto de vista physico não ha, porém, razão para isso, como diz Reclas, porque a grande profundidade que medeia entre o cabo e o archipelago e a distancia, que os separa, 300 milhas, o não justificam; contudo o nome portuguez perdurará, e ainda bem, para que não lhe aconteça o mesmo que a tantos outros, que a toponymia estrangeira tem mudado e adulterado.

Aspecto e litoral. As ilhas caboverdeanas, que formam o mais importante grupo insular das nossas colonias, não apresentam exteriormente a coloração verde da vegetação tropical, porquanto são na apparencia aridas, embora no interior, ao longo das suas innumeradas ribeiras, o aspecto mude completamente e as culturas mais interessantes d'estas ilhas, sobretudo nos anos de chuva, mostram-se em todo o seu esplendor.

O marante que, em dia excepcionalmente claro e limpido, viaje entre S. Thiago e o canal de S. Vicente, ao chegar a meio do caminho, tem occasião de observar um quadro encantador, na contemplação de quasi todas as ilhas, que hade ver desenharem-se sobre o horizonte em volta, projectando no firmamento as suas altas montanhas de caprichosas linhas.

O litoral das diversas ilhas caboverdeanas é muito recortado, formando varias bahias, enseadas e calhetas, que facilitam o trafego mercantil, não só a pequenas embarcações de cabotagem, como a navios de grande lotação.

Entre os portos possui aqui Portugal um dos seus primeiros portos em movimento de navios e o unico grande porto de escala, em pleno oceano Atlantico, onde a grande navegação encontra meio de facilmente satisfazer as suas mais justas ambições. É a magnifica bahia de S. Vicente, surgidouro vasto e seguro, permitindo aos maiores transatlanticos procurarem-o, a qualquer hora do dia ou da noite, e communicarem com todas as partes do mundo por meio da estação do telegrapho submarino.

O abastecimento de carvão é feito com a maior rapidez para o que as companhias, ali estabelecidas,

possuem o melhor material. A aguada e refrescos tambem se obtem com relativa facilidade, porque embora a nascente d'agua do Madeiral, canalizada para o porto, não seja sufficiente para o abastecimento geral e não se tenham procedido a convenientes pesquisas e captação nos vales de nordeste do Monte Verde, nas encostas do noroeste da serra do Monte da Cara e na Calhetinha, a vizinha ilha de Santo Antão oferece um bom manancial de boa agua potavel, que do Tarrafal e em breve da Meza, sobranceira ao porto dos Carvoeiros, será transportada em barcaças para abastecimento do porto Grande, o que se faz com bastante simplicidade e em boas condições economicas.

Actualmente, para mais beneficiar o porto Grande de S. Vicente, trata-se da montagem de um posto de telegrafia sem fios, para complemento dos nove cabos submarinos que ali amarram.

Para se apreciar a importancia do porto Grande de S. Vicente como estação carvoeira, basta mencionar que entre setenta e quatro dos maiores depositos d'este combustivel, existentes em differentes partes do mundo, só tres importaram mais carvão do que o nosso porto no mez de junho de 1890: foram Malta com 48.832 toneladas, Port-Said com 89.880 toneladas e Singapura com 38.688 toneladas, sendo a importação em S. Vicente de 36.636 toneladas, e tem progressivamente augmentado d'então para cá, na média annual, tanto assim que em 1912 a importação de carvão, para fornecimento aos navios que frequentam o porto, foi de 281.759 toneladas. N'este anno o numero de navios entrados em S. Vicente foi de 1.696 com um total de 6.136.781 toneladas, circumstancia que coloca este porto em terceiro lugar entre os portos portuguezes.

O novo estabelecimento carvoeiro, que a casa Blandy ali deve constar junto ao morro do Fortim d'El-Rei, com uma grande ponte em pilares de cimento armado, na parte acostavel aos grandes navios, decerto avolumará a tonelagem d'este magnífico porto, em volta do qual, pode dizer-se, gravita a vida economica do archipelago de Cabo Verde.

Abre-se o *porto Grande* ao NW. entre as pontas de *João Ribeiro* a NE. e a do *Môrro Branco* SW.

Um pouco fóra da linha destas pontas e a cerca de 1200 metros da primeira fica o *ilheu dos Passaros*, com 80^m de altitude, onde se construiu um farol com o alcance de 15 milhas. Por ambos os lados do ilheu se pode entrar no porto sem perigo algum. O farolim vermelho na testa da ponte da alfândega, auxiliará o navio para fundear.

A linha entre aquellas duas pontas é a corda do arco em que se desenvolve o porto. Do lado de leste os *montes de S. Antonio e Pico Vigia*, bem como outras montanhas, que se levantam até ao massiço do *Monte Verde* e d'elle fazem parte, abrigam o ancoradouro; do lado de oeste a cordilheira do *Monte da Caru* exerce idênticas funções. Entre uns e outros fica o vale chamado *Ribeira Julião*.

No recanto sueste do porto fica a cidade do Mindelo, com o seu caes e pontes de serviço das casas carvoeiras da ilha.

O *morro do Fortim*, na parte leste, avança um pouco sobre o mar e dá logar á pequena *bahia da Matiota*, onde amarram os cabos telegraphicos, entre o morro e a ponta de João Ribeiro.

O porto Grande, offerece um bom ancoradouro aos navios, não obstante se notar alguma ondulação, que em cousa alguma os prejudica.

A situação geográfica da ilha de S. Vicente combinando-se com a da vizinha ilha de Santo Antão, juntando-se-lhe as boas condições do porto Grande, torna este de uma alta importancia como base naval, e, pena é, que não se tenha dotado dos meios próprios para lhe dar a eficiencia precisa, mormente quando a nação nossa aliada e nós mesmo, tanto carecemos da valorisação de um tal porto, que nos cumpre levar a effeito sem detenças.

Em todo o litoral das ilhas caboverdeanas não se encontra outra bahia nas condições de amplitude e segurança do porto Grande de S. Vicente. Existem sem duvida no archipelago alguns pequenos portos e fundeadouros, que muito bem servem á navegação inter-insular e de todos esses os mais seguros e frequentados são os que ficam a sotavento nas diversas ilhas. Esses portos servem ordinariamente para o trafico local nas suas

relações com os dois portos mais frequentados pela grande navegação e que são aquelles: de que acabamos de fallar e o porto da Praia, na ilha de S. Tiago, por estar ali a séde do governo provincial.

No quadro geográfico ficam mencionados, nas respectivas ilhas, todos esses portos e por isso só nos referimos aqui aos que reputamos terem maior interesse.

O porto da Praia, no sul da mais vasta ilha de todo o archipelago, é relativamente bom e seguro, mas não está livre das maresias que ás vezes ali se notam, levantando uma forte *calema* ou ondulação que obriga os navios a mudarem de fundeadouro, ou mesmo fazerem-se ao largo. Succede isto de maio a julho, que é a quadra das maresias, em que acontece reventar o mar em cinco braças de profundidade.

Abre-se este porto ao sul entre a *ponta das Bicudas* a leste e a *ponta Temerosa* a oeste e a que mais avança sobre o mar. Um pouco a dentro d'esta ponta e encostado a ella, fica o pequeno ilheu de Santa Maria, onde em tempo estava um deposito de carvão, para o que mui bem se presta, por que, entre o ilheu e a terra ha espaço para todo o material fluctuante para o serviço carvoeiro.

Na ponta Temerosa, está um farol de 4.^o ordem, de 15 milhas de alcance, com luz fixa branca. No fundo do porto, a norte do ilheu, sobre a ponte da alfandega, está a luz do porto, constituída por um farolim vermelho de 3 milhas de alcance.

A cidade da Praia, levanta-se sobre um bloco de rocha, terminando em plataforma, orientado a NE. e cercado pelos vales da *Fazenda* e da *Fonte Anua*, indo terminar na *Praia Negra* e na praia da *Varzea da Companhia* ou *Praia Grande*. E' n'esta que, pelo lado oeste da cidade, fica a alfandega e a ponte de desembarque.

Da *Praia Negra* para a *ponta das Bicudas* existem varias pontas, separadas por algumas abertas ou vales, como o *Ribeirão das Eguas*, cahindo abruptamente sobre o mar e terminando por um cimo achatado, a que dão o nome de *Achadas*.

Os vales em volta da cidade, de formação apaulada, estão hoje dissecados e cortados de vaías de drenagem,

com proveito para a hygiene da povoação, que tem melhorado bastante.

Na ponta Temerosa construiu-se o lazareto. A leste da ponte da alfandega fica o antigo caes d'alyenaria, projecto do engenheiro Januario Corrêa d'Almeida, que depois recebeu o título de Conde de S. Januario, em homenagem aos seus serviços como colonial distincto que foi.

Entre os portos secundarios, devemos mencionar o do *Tarrafal*, no extremo norte da costa occidental de S. Thiago e cuja bahia se desenvolve entre a *ponta do Atum*, ao sul, e a *ponta Preta*, ao norte, na qual está um farolim de luz fixa branca, com o alcance de nove milhas.

A leste da ponta do Atum fica, a povoação do *Mangue do Tarrafal*, assente em rocha escarpada. Com quanto o porto seja pequeno, é muito seguro e ali se pode ancorar em todas as quadras do anno. Do lado de leste o *monte Graciosa*, abriga da intensidade do vento todo o porto.

Ultimamente foi dada a concessão para ali se montar um deposito fluctuante de carvão, com o que deve lucrar o porto, destinado a servir de entreposto maritimo do concelho de Santa Catharina, e talvez mesmo do grupo de sotavento, porque é, sem duvida, o melhor porto d'este grupo, embora não seja o mais vasto. Necessita, porem, de que se construa um bom caes para desembarque.

Alem do porto do Tarrafal, achamos de interesse referir-mo-nos tambem ao pequeno porto da Furna, na costa nordeste da ilha Brava, por onde de ordinario se faz acesso a povoação de S. João Baptista, a principal da ilha e séde da sua administração.

O porto da Furna, não deve deixar de ser visitado por quem percorra as caboverdeanas; semelha a uma concha como a de S. Martinho, ao norte da Lagôa d'Obidos, mas é cercado de altas montanhas e visto d'alto, diz o nosso distincto camarada Fontoura da Costa, no seu belo estudo sobre os portos de Cabo Verde, publicado nos *Annaes do Club Militar Naval*, no anno de 1902, que parece, em determinadas posições, um lago n'uma antiga cratera e assim deve ter sido.

É muito frequentado pelas embarcações de cabotagem, que na quadra das brisas ali vão proceder a varios concertos no casco.

Para se procurar o porto da Furna, demanda-se o pharol da ponta Jalunga, vindo do Fogo, e depois costeia-se a ilha em direcção de sudoeste, até que se esteja em frente da abertura do porto, entre a ponta Badejo e a ponta do Forte, e se descortine o edificio da alfandega, podendo então entrar-se na Furna, onde se fundeia largando ferro pelo sudoeste da ponta Badejo e perto d'esta, amarrando o navio pela pòpa com dois viradores passados para a terra; tal é a pequenez do porto. O navio fica assim com a pròa para fóra e pronto a sair. Uma estrada de cerca de 4 km.² liga o porto com a povoação que ao cimo fica, rodeada de bem cuidadas plantações.

O litoral das ilhas caboverdeanas não tem junto perigos para a navegação costeira, além dos que existem em toda a costa nordeste da Boa Vista, na costa norte do Maio, ao norte da ponta do Sol em Santo Antão e no baixo de João Leitão, de que já falamos. Outros pequenos baixios só importam para uma minuciosa descrição, propria dos roteiros marítimos.

Geologia. — Não podendo apresentar um estudo detalhado da geologia do archipelago, daremos apenas alguns caracteres geologicos das ilhas, cujo periodo de formação parece ser anterior ao das Canárias e dos Açores.

O dr. Cornelius Docher, no seu interessante livro, *Die Vulcane der Capverden Inseln und ihre Producte*, diz que estas ilhas tem todas crateras e rochas eruptivas, havendo duas, Santo Antão e Fogo, que são exclusivamente compostas de cinzas e lavas; mas nas outras notam-se tambem rochas crystallinas, granito, syenite e foyaité (rocha pela primeira vez encontrada no monte Foya a oeste de Monchique), bem como marmores metamórficos e rochas sedimentares.

Da existencia de rochas crystallinas antigas e dos fósseis jurassicos encontradas por Friedlaender, na ilha do Maio, conclue este districto vulcanologista que ha relações entre as caboverdeanas e o systema do Atlas a que egualmente pertencem as Canárias, no que até certo ponto

concorda com Doelter, que já dissera que as ilhas de Cabo Verde pertenciam ao continente africano,

Os terrenos de mais antiga formação, que se evidenciam em mais larga escala nas ilhas do Sal, Boa Vista e Maio, onde se encontram calcareos mezozoicos com fosséis, como verificou Friedlaender, fazem supor a existencia de um continente; problema que subsequentes estudos não de resolver, agora que lhe foi dado um grande impulso pelas conclusões daqueles dois sábios geologistas e pela confirmação da existencia de massas calcareas no Maio, Boa Vista e S. Vicente e no fronteiro continente africano.

As ilhas que primeiro se formariam, a julgar pelos efeitos da erosão, seriam as de Maio, S. Thiago, Boa Vista e S. Vicente, enquanto que as do Fogo, Santo Antão e S. Nicolau seriam mais recentes.

A disposição rectilínea da emergência das ilhas dos dois grupos de sotavento e barlavento, condiz com a orientação das cadeias das suas montanhas que é sensivelmente leste-oeste como em S. Nicolau, Santo Antão e mesmo o Fogo; mas também devemos notar que as ilhas orientaes, com o baixo de João Leitão, mostram outra cadeia de montanhas no sentido norte-sul. Como em todas as caboverdeanas existem vulcões isolados, orientados, na sua maioria, n'aqueles dois sentidos, mostra-nos isso a existencia de fendas n'essas mesmas direcções.

A ilha do Maio (*) não teve uma grande actividade vulcanica. A rocha mais frequente é a phonolite, formando vários cumes em sino, devendo posteriormente surgir o vulcão *Monte Penoso* (380^m) que é provavel se ligue com o monte *Santo Antonio* a 2 km. e que é um vulcão normal estratificado, donde irromperam as lavas em veios, por seis cones de erupção distintos, através das formações sedimentares. Effectivamente, embora dos seus montes corresse lavas, vê-se que tudo as-

(*) Na ilha do Maio os desvios da agulha magnetica são extraordinariamente variaveis. Os filões de basalto, na maior parte, são fortemente magneticos e a desvios da agulha, nos pontos que se compõem d'esses filões, variam em curtas distancias de 10° e mais.

senta em rochas mais antigas, compostas de calcareos marítimos e grés que cobrem toda a superfície da ilha entrecortados por filões de basalto; denunciando restos de um continente que poderia estar em relações com as rochas crystalinas analogas das ilhas de S. Vicente e S. Thiago e compostas de rochas semelhantes a sienite e diorite, que se notam no Chão da Estancia, Figueira Secca, etc.

Em S. *Thiago*, onde os vestigios vulcanicos são numerosos, é interessante a planura *Achada Falcão*, que apresenta correntes de lava suavemente inclinadas para W. e NW. tendo interpostas canadas de tufo pouco espessas que, em contacto com a lava, se mostram carregadas de ferro, apresentando uma cor vermelho-acastanhado.

A encosta da *Achada Falcão* para o occidente é mais escarpada do que para oriente.

Sobre a *Achada* formaram-se pequenos cones cratericos, como o monte *Chegão*, na base SW. da Serra da *Malagueta* (1300^m), o monte *Aguas Podres* mais a oeste e o monte *Machouti* a leste. As escorias e lapilli que se encontram na estrutura d'estes cones, confirmam a existencia de crateras secundarias.

As correntes de lava que formam o planalto e os seus declives, mostram que a *Achada Falcão* não é mais do que uma vasto campo, onde houve uma intensiva acção vulcanica, manifestada pela formação dos cones a que aludimos.

O *Pico da Antonia*, ponto mais alto da ilha, pela disposição das correntes de lava, pelos fundos valles que d'elle descem e pelos cones cratericos que em volta se lhe notam, foi decerto o centro de erupção vulcanico principal de S. Thiago.

Ao sul do *Pico* existe uma planura que desce gradualmente para o lado do mar e que não é mais do que um campo de lava, interrompido por erupções mais recentes. Em volta e na vertente sul da ilha notam-se varios vulcões secundarios, que forneceram escorias e lavas. Um dos mais importantes é o monte *Vacca* no sopé da planura chamada do *Iheu*, por ter um elevado cone.

O monte *Vermelho*, ao occidente da Praia, é um cone moderno de escorias e lava. A acção de erosão fez

aqui desaparecer as formas características das antigas crateras.

Doelter supõe que o *Pico da Antonia*, como dissemos, constitue a cratera principal, cujo cone é ainda visível, apesar da erosão, elevando-se de uma planura, da qual se observam alguns vestígios ao sul, e que devia ter sido circundada por uma parede craterica. Esta, em consequência das explosões, foi aberta do lado do norte, rasgando-se um grande valle na caldeira com 12 km. de largura e onde se formaram os pequenos cones secundarios a que fizemos referencia. A sua parte plana é o que se denomina *Achada Falcão*, a 700^m de altitude, e não constitue como á primeira vista parece, a antiga e grande cratera.

Além dos vulcões ha diversas cupulas em forma de sino, compostas de phonolite como o monte Graciosa (645^m), a leste do qual se notam outras cupulas circundadas de lavas basalticas.

Dos numerosos cones que se elevam por toda a ilha, constituindo outras tantas pequenas crateras, sahiram torrentes de lava que, ao sul da ilha, são em geral formadas de basalto com nephelina e limburgite.

Na ponta das Bicudas, ao norte da ilha, existe uma rocha de ferro magnetico titanifero.

A ilha do Fogo não é mais do que um vulcão estratificado semelhante ao de S. Thiago, consistindo n'um massiço mais antigo que, a cerca de 1500^m de altitude, é coroado por uma planura de que se eleva o novo cone de lavas basalticas com olivine e com um cone interior.

A Brava é formada essencialmente de aglomerados, tufo e correntes de lava, que consistem em phonolite com feldspatho. O centro de erupção foi no ponto de maior altitude da ilha, decerto o Pico das Fontainhas (920^m) que é de lava compacta, tendo ao sul dois fundos de cratera, planos e bem conservados. Na Brava existem doze restos de crateras, a que em geral dão o nome de *covas*.

O vulcão que deu origem á **ilha de Santo Antão** é uma alta montanha de crista comprida de SW. a NE.

A montanha conica, **Topo da Corôa**, está ligada a uma planura de 1600^m d'altitude que era naturalmente o

chão da grande cratera de 6 km. de diametro e cujo valle de circumvalação ainda existe, apesar de em parte destruido por erupções ultteriores dos pequenos cones. No interior da cratera eleva-se o alto cimo do *Topo* que tambem tem uma cratera e á roda ha outras pequenas crateras, tres como: *Siderão*, *Panelta de Pasto*, *Campo Redondo*, *Covão*, etc.

Segue-se a crista longitudinal, formada por uma serie de vulcões, que estariam ao mesmo tempo em actividade, e que no seu declive sul tem outras crateras pequenas, cujos cones se notam por toda a parte.

Na parte oriental, em volta do *Pico da Cruz* (1990^m), encontram-se as lavas escuras, em geral basaltos, alteradas com camadas de tufo e de lapilli, escorias e pedra pomes.

A cratera da *Cova* ligada por um espigão ao *Pico da Cruz* está muito bem conservada e contem no seu fundo plano escorias basálticas.

Toda a região NE. desde a *Garça* até ao *Paul*, é de lavas separadas por camadas de lapilli, de basaltos com nepheline e feldspatho. As phonolites indicam que a *Cova* deve ter sido um poderoso centro de erupção.

Para occidente da *Agua das Caldeiras*, na *Achada Lagôa*, a crista dorsal da ilha alarga-se e numerosos cones vulcanicos de pedra pomes branca e castanha e de tufo fino se notam por toda a parte.

O calcareo só se encontra no campo do *Morro Atravessado* e na *Ponta do Sol*, mas este é o calcareo marinho.

A *ilha de S. Vicente* é um vulcão simples; constituido de muito fortes correntes de lava, que se estendem em fórma de capa em todas as direcções. Veios enormes interrompem o valle de circumvalação, em cuja costa exterior se produziram pequenas crateras secundarias. No interior do valle craterico reconhecem-se as formações sedimentares.

As correntes de lava são de fraca inclinação e são raras as massas projectadas soltas,

A planície que constitue o valle da ribeira Julião, e que em colinas se eleva gradualmente, consiste em basalto e feldspatho e na parte que se estende para a bahia de S. Pedro encontra-se a foyaita.

No declive para Salamansa existe uma nascente d'agua amarga (sulfato de soda).

Ao cimo encontra-se um calcareo amarelo compacto no meio da rocha vulcanica.

A ilha é cercada por tres cadeias de montanhas separadas umas das outras: a N. E. a do Monte Verde (610^m), ao sul a do Madeiral (680^m) e a SW. a do monte da Cara (460^m) que são formadas por tufos e leitos de lavas que se inclinam para o exterior, devendo assim a sua origem a um centro eruptivo, que deve ter actuado no centro da ilha.

Na ilha de S. Nicolau o seu nó orografico é formado por um massiço vulcanico de que o cimo mais alto o monte Gordo tem 1275^m de altitude. E' n'este ponto que se separam as duas grandes cadeias de montanhas da ilha, uma que se dirige para leste e outra para o sul.

O cimo do Monte Gordo é formado por um cone de tufo e no bordo da grande cratera d'aquelle massiço encontram-se outros cones de tufos e cinzas, que possuem diminutas crateras.

As duas pyramides do monte Martins (1200^m) são constituídas por aglomerados compactos e lavas, destacados por erosão e fratura do monte Gordo.

Em volta do monte Gordo existem vales de erosão abundantes d'agua.

Crateras de tufo notam-se por varios pontos, sendo algumas de origem submarina. Nas encostas de alguns montes, como o de Joaquim Matias, vêm-se signaes da antiga costa maritima abrupta e de fumas cavadas pela rebentação. O monte Bissau, na cordilheira leste—oeste a 500^m de altitude, é um cone de tufos de pendentes rapidos, vendo-se os restos de uma cratera.

N'esta ilha são muito evidentes as linhas de praia ás vezes a 200^m de altura.

Na costa nota-se em alguns vales a existencia do calcareo marinho, mas ha rochas com olivina e outras fonolíticas.

A ilha da Boa Vista apresenta uma cobertura de calcareo marinho moderno na parte baixa da costa e uma superficie bastante extensa a oeste da ilha é coberta de areia solta recente. O mesmo succede ao norte

entre a Ponta do Sol e a ponta Antonia. As salinas ao sul de Sal-Rei foram em parte cobertas por estas areias moveis.

Rochas basalticas sustentam volumosas rochas fonolíticas; por baixo d'ellas existem rochas crystalinas, que se pôdem vêr nos peços abertos e nos leitos secos dos ribeiros. Estão em larga escala karstificadas. Deu isto logar á implantação da industria ceramica, podendo mesmo, por um certo aproveitamento, fabricar-se a porcelana.

De um modo geral pôde dizer-se que a Boa Vista é muito semelhante á do Maio, sob o ponto de vista geologico.

A actividade vulcanica deu-se aqui tambem em pequena escala e em muitos pontos; mas as formações vulcanicas mais modernas deram-se abaixo do nivel do mar, antes da emersão da ilha.

Os calcareos contendo sílex encontram-se no ilheu de Sal-Rei e a pequenas profundidades perto da costa.

A ilha do Sal, é mais plana e deserta do que as que lhe ficam a sul; em grande parte, está coberta por um pedregal raso, formado de pedacos soltos de basalto, de maior ou menor volume. A Serra Negra (90^m) ao sul da ilha é coberta de uma capa de basalto, possuindo algumas fendas, em que se encontram depositos de antigas nascentes quentes.

As salinas junto á povoação são exploradas por lixiviação na camada de sal que existe no fundo.

As erupções basalticas foram precedidas da produção de rochas vulcanicas, fonolites ou traquites.

O calcareo mezozoico do Maio, está representado pelos numerosos sílex encontrados no porto da Pedra Lume.

Orografia — Pelo que respeita á orografia do archipelago, muito haveria a referir se tivéssemos de ser detalhados na sua descripção que resumiremos, dizendo apenas que as ilhas mais importantes pelo seu relevo são as do Fogo, S. Thiago, S. Nicolau e Santo Antão, cuja formação vulcanica se acha perfeitamente tratada por Cornelius Doelter. A ilha do Fogo, que bem se pode supôr como tendo constituido toda ella um grande vulcão, é a unica que, depois da descoberta, tem manifestado actividade vulcanica, havendo as ultimas erupções

tido logar em 1852 e 1857. O seu *Pico*, tem uma notavel altitude de 3220 metros, conforme foi determinado pelo filicido naturalista Felix de Brito Capello, quando em 1855, por ordem do governo, visitou o vulcão, dando d'elle uma interessante descripção, que reproduziremos succintamente e que era acompanhada de um esboço topografico das crateras.

«Dentro de uma vastissima planicie que não tem menos de 14 a 15 milhas de circumferencia, rodeada por uma alta muralha de rochas cortadas verticalmente, e de 1000 metros de altura, eleva-se uma enorme pyramide conica, truncada na parte superior, aonde é terminada por uma coroa de rochas negras, recortadas, e de aspecto singular. O aspecto d'esta especie de obelisco monstruoso, isolado no meio d'aquelle vasto circo todo coberto de cinzas e arcias negras, produz necessariamente uma sensação indefinivel, *sui generis*; dir-se-hia ser o resto de enorme fogueira que mãos gigantes ali tivessem preparado!»

Não é possível fugir a uma sensação de isolamento, e (permitta-se a expressão) aniquilamento de si mesmo que experimenta quem observa aquelle espectaculo... e, se não com olhos do corpo, pelo menos com os do espirito, passa em revista todos os phenomenos, todos os movimentos, todos os horrosos cataclismos que tiveram logar, desde a formação da ilha, até ao desfecho, ou, o que é mais provavel, até este grande intervalo de acto, d'aquelle grande drama geologico».

O Sr. Immanuel Friedlaender, que em 1912 fez uma importante viagem de estudo ao archipelago de Cabo Verde, cujos resultados publicou em volume illustrado e com mapas de que a traducção foi publicada pela *Sociedade de Geografia* por nossa iniciativa, determinou a altitude do Pico do Fogo, achando 2850 metros, embora no mapa da ilha a equidistancia das curvas indique 2900^{ms}, altitude que diverge bastante da que 57 annos antes fora determinada por Felix Capello. Outras altitudes, achadas em diferentes epochas e referidas em varias obras nacionaes e estrangeiros, divergem tambem d'aquellas e por isso continua a ser uma questão a resolver essa altitude do vulcão, que Sainte-Claire Deville fixou em 2790 metros quando o visitou.

Não ha duvida que para o estudioso a ilha do Fogo é a mais interessante, seguindo-lhe a de Santo Antão.

As erupções que ali se tem dado e de que ha noticia, são em maior numero do que as citadas por Friedlaender. Assim, Antonio Joaquim Vieira Botelho da Costa, no seu erudito artigo «A ilha do Fogo de Cabo Verde e o seu vulcão», publicado na V serie do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, cita uma erupção em setembro de 1596 e mais as de 1599 a 1604 anteriores ás enumeradas por aquelle vulcanologista, segundo o qual a de 1675 é a primeira de que diz ter noticia. Esta erupção parece que foi una das mais violentas, porque foi acompanhada de um terramoto bastante forte, que deu lugar á fuga de muitas familias para a ilha Brava. As lavas que então expeliu a cratera, destruíram as sementeiros nos arredores do vulcão. Seguem-se as de 1675, 1683, 1757, 1761, 1769, 1785 ou 1786 entre 24 de janeiro a 25 de fevereiro e que principiou por um abalo de terra e violentas detonações no interior do Pico, d'onde se ejectaram escórias, cinzas e pedras; abrindo-se bocas de espaço a espaço por onde as torrentes de lava e fogo cobriram a parte ENE. do vulcão, correndo até ao mar, entulhando-se o vale de Palha Carga, e, sobre a planície da Relva, destruiu vinhedos, plantações de algodoeiros e varias palhotas. As cinzas ejectadas espalharam-se a grandes distancias e obscureceram a atmosfera. As de 1799 e 1816 em que a lava correu para NE. até ao mar; e a de 1847 que teve lugar a 9 de abril com ejeções em varios pontos entre a Relva e o sitio da Antoninha, havendo brotado de um d'elles um grande penedo que foi cair no mar, causando as lavas muitos estragos. Ainda se registam as erupções de 1852 em fevereiro e a de 27 de junho de 1857, que se renovou em novembro no sitio da Mãe Joanna e na Bombardeira.

O Dr. Walter Bergt, illustre professor em Leipzig, no seu interessante artigo acerca da *Cartografia Contemporanea das ilhas de Cabo Verde*, diz, repetindo o parecer de Stübel, que a ilha do Fogo «é um exemplo modelar d'uma montanha vulcanica do typo Somma-Vesúvio».

Actualmente o vulcão do Fogo continua dormindo o

largo sermo em que entrou em 1858, exalando apenas algumas fumarolas com enxofre, denunciando que está na sua fase de mais fraca actividade. Amanhã pode retomar novo periodo activo. Quem poderá negal-o?

A ilha de S. Thiago, a maior das caboverdeanas, tem cerca de 57 kilometros no seu maximo comprimento e atravez d'esta extensão se distinguem tres systemas montanhosos: o da Serra da Malagueta, ao norte, corta normalmente aquella linha atravessando a ilha entre a ponta do Mangue a leste e a ponta d'Água Doce a oeste. O seu monte mais elevado tem 1000^m de cota. Segue-se o systema do Pico da Antonia cujo massiço central occupa a maior parte da ilha. O Pico da Antonia é a ruina de um vulcão-estrato, em volta do qual se vêem lavas e tufos. A parte superior conserva ainda a altitude de 1.355,^m embora a erosão tenha desgastado a sua superficie, bem como numerosos desmoronamentos hajam alterado a parede escarpada da cratera, cujo declive se nota a leste do pico.

Centros eruptivos mais antigos se encontram a sueste da grande cratera, taes como os montes de Ruy Vaz (850^m), Serrado (750^m) e Gonçalo Afonso (230^m). Este acha-se coroado por um manto de basalto e n'aquelles notam-se abundantes tufos vermelhos modernos e lapili.

Em compensação d'estes antigos centros de erupção, outros mais modernos se observam, como o Monte Vacca (400^m) e o monte Facho (150^m). O monte Vermelho, tambem moderno, é constituído por dois cones perfeitos, tendo o mais alto 180^m de cota do nivel.

Entre o massiço do Pico e a Serra da Malagueta existe a depressão ou fractura que forma a planicie de Santa Catharina, onde existem varios cones de cinzas modernos, vendo-se uma parte, entre a Ribeira dos Flamengos e o Ribeirão Manoel, limpa d'esses cones, que se denomina Achada Falcão.

No norte da ilha o monte Graciosa (620^m) constitue o terceiro systema montanhoso, de S. Thiago, embora mais pequeno. Uma planicie de cerca de 150 metros de altitude media, separa o monte Graciosa da serra da Malagueta.

Na vertente meridional do Graciosa podem observar-se os calcareos marinhos, que se notam tambem no

sul da ilha, onde as formações em plataforma se encontram. Numa d'estas formações assenta a cidade da Praia, a que já alludimos quando descrevemos o porto.

No grupo de barlavento, as duas ilhas mais notaveis sob o ponto de vista orografico, são Santo Antão e S. Nicolau. Esta é formada de duas cordilheiras a mais extensa das quaes segue leste-oeste e a outra dirige-se para sul em direcção á ponta da Vermelharía. No ponto de cruzamento fica o massiço vulcânico que toma o nome de monte Gordo a 1.275^m de altitude, tendo a noroeste os dois picos do monte Martins (1.200^m) formados de conglomerados compostos de lavas destacadas do monte Gordo por fractura. Em condições talvez analogas fica a nordeste o pico do Cachaço, separado por uma planicie onde está o sítio e as plantações do Cachaço. Daqui deriva a Ribeira Brava, junto da qual está a villa do mesmo nome e séde da administração da ilha de S. Nicolau.

A cadeia de montanhas que segue do monte Gordo para leste, tem a sua linha de maior altitude muito proxima da costa norte da ilha, indo terminar no monte Dagú que, a 215^m de cota, fica sobranceiro aos Castelhanos. Para o sueste até á ponta Preta, estende-se uma região ondulada cortada de vales profundos, e formada de lavas. Nesta parte oriental da ilha e na linha de costa desde os Castelhanos até ao Carriçal, veem-se bancos de calcareo marinho. Na vertente sul d'esta cadeia até á grande bahia de S. Jorge, estendem-se varios cones cratericos isolados, como o Aito Simão (550^m) Monte Café (640^m), monte Manoel Alexandre (350^m) e outros. Na cordilheira que se dirige para a Vermelharía e na vertente para a ribeira da Preguiça, ergue-se o monte das Fontainhas a 800^m de altitude. Mais ao norte, a cerca de 3,5 km. fica o Calejão, onde está a residencia episcopal olhando para o campo da Preguiça. Do alto da serra, mas na vertente occidental, tem origem a ribeira do Cabeçalinho que corre para a bahia do Terrafal, porto a sudoeste da ilha entre as pontas da Escada e Cacinbra.

Como já dissemos, a ilha de Santo Antão tem a disposição dos seus principaes montes no sentiplo leste-oeste, formando os flancos o monte Topo da Coroa (1.950^m), a oeste, e o Pigo da Cruz (1550^m), a leste.

O seu ponto dominante é o Topo da Corôa, com uma altitude de 2.300^m (*), sobre o nível médio do oceano, constituindo um cone vulcânico que se eleva acima de um platô de altura média 1500 metros, o qual foi levantado topograficamente pelo distinto geólogo dr. Cornelios Doelter, tendo antes sido visitado e descrito pelo dr. Frederico Hopfer, exímio medico que foi do quadro de Cabo Verde, e que se exprime da seguinte forma:

«A' proporção que o viajante, ascendendo, se aproxima do monte, cuja forma, visto de uma certa distancia, é regular, desaparece a configuração conica, o declive vai-se tornando mais suave; mas as desigualdades da encosta obrigam a bem afadigosa ascensão a pé, pela qual, vencido o ponto mais alto, se vê logo que o monte é bipartido, separados os cabeços por intervalos de perto de 100 metros.

A porção mais septentrional representa as orlas de uma bacia, cuja capacidade é de 40 metros de profundidade sobre a circumferencia de 150 metros.

Esta cratera de um valeão extinto é feita em variedades de escorias, testificando antigas erupções. Não contém nenhuma nascente de agua potavel ou mineral, como é tradição corrente no paiz.»

O Topo da Corôa termina pelo ocidente a cunheteira dorsal da ilha, descabindo rapidamente sobre o mar; d'elle se domina o vasto platô de que falamos e onde se notam numerosos cones vulcânicos, cujas crateras extintas têm diversas formas, sendo as mais notaveis as do Morro Traversado, 1.687^m; Campo Redondo, 1.700^m e Covão 1.800^m. A leste do Topo da Corôa, e seguindo a esse rumo, corre a espinha dorsal da ilha, tendo por cumes mais elevados o Topo de Moroços, 2.100^m e o Pico da Cruz, seu extremo oriental, com 1990^m de altitude.

Estas altitudes são extraidas da carta de Doelter.

(*) É notavel a grande divergencia que se encontra na determinação das altitudes entre Doelter e Friedlaender. Este apresenta-as muito inferiores ás achadas por aquelle, como se vê entre as do Topo da Corôa e do Pico da Cruz. Para o 1.º por exemplo, achou Doelter 2.300^m e Friedlaender 1.950^m e assim por diante. É portanto ponto ainda a averiguar.

Para o Pico da Cruz achou Friedlaender 1.550^m! Todas as altitudes determinadas pelo barometro por este vulcanologista, são sempre inferiores ás determinadas anteriormente por Doelter e outros scientistas.

Entre o platô vulcanico do Topo da Coroa e o Pico da Cruz destacam-se, alem do Topo de Moroços, o de Alto-Mira, o Chão da Lagôa e a Agua das Caldeiras.

Dois vales de grande sulco, como que separam o platô da cunheira dorsal, que vae estreitando para leste, perdendo o caracter planaltico passado o Topo de Moroços. São os vales da Ribeira da Cruz para o norte e o da Ribeira das Patas para o sueste. Este, na sua parte superior, adjacente ao platô, tem um notavel alargamento em forma de circo, que talvez represente uma cratera de abatimento, e no qual se notam alguns filões abruptos e salientes. No fundo corre a ribeira sobre uma forte camada de cascalho.

A espinha dorsal da ilha, coroada de pomites e lapilli aos monticulos, tem um maior pendor para o lado norte do que na vertente sul, onde se notam dispersos varios cones secundarios de erupção.

Do lado do Pico da Cruz, para o norte e nordeste da Agua das Caldeiras e da bem conservada cratera da Cova, observam-se os vales profundos e abruptos da Ribeira Grande, Ribeira da Torre, Ribeira do Paul e da Jancla.

Na convergencia das duas primeiaas d'estas ribeiras, junto ao mar, abre-se um portal, ao fundo e ao centro do qual se vê a antiga povoação da Ribeira Grande.

Na costa occidental da ilha, sobre a qual a vertente do planalto vulcanico do Topo da Corôa, tem uma forte inclinação, podemos observar os vales profundos de encostas a pique, das ribeiras de Monte Trigo e do Tarrafal, onde se veem camadas de tufos e lavas.

E' da ribeira do Tarrafal que brota uma bella nascente d'agua potavel, que arrosa o vale e de que se abastece o porto de S. Vicente, para onde é transportada em barcas d'agua.

Como se deve ter notado, a ilha de Santo Antão, a julgar pelo seu relevo de grandes altitudes, pelos profundos vales e ravinas que a sulcam, é uma das mais interessantes do archipelago de Cabo Verde.

As demais ilhas tem menor importancia orografica. S. Vicente, por exemplo, é bordada de cadeias de montanhas a que já aludimos. A de sudoeste tem a dominante o monte da Cara (460^m); a do sul, onde assentam o Madeiral (680^m) e o Madeiralsinho, é a mais extensa, e o vale da ribeira Julião, ao norte de ambas estas cadeias, divide-as da cadeia de nordeste, onde se salienta o Monte Verde (710^m). Parece que um centro eruptivo, no meio da ilha, deu origem, repetimos, áquelle systema de montanhas.

A ilha Brava, embora pequena em area, tem interesse orografico, devendo nós consideral-a em seguimento á ilha de S. Vicente.

A parte central da Brava é occupada pelo Pico das Fontainhas, que erecto se eleva a 920^m de altitude, acompanhado do lado sul por dois fundos de cratera: o Fundo Grande (800^m) e o Campo das Fontes (830^m). Em volta d'este agrupamento, mas alongando-se um pouco para norte, fica o planalto da ilha a 740^m de altitude media e que Friedlaender considera como resto de uma antiga cratera central. A NNE. d'este planalto está situada a Povoação de S. João Baptista cerca de 450^m de cota de nivel e ligada com o porto da Furna por uma estrada na direcção de NE—SW.

As costas, sobre o mar, são muito ravinadas e de forte pendor, de sorte que a curva de nivel de 600^m passa em media a 1500 metros do mar; apenas á NE. o declive do planalto para a ponta Jalunga e ponta Incenso, é mais suave e de baixas coimas.

Friedlaender faz notar que, em sua opinião, a ilha ainda não está no seu periodo estavel, uma elevação parece dar-se e os tremores de terra são frequentes.

A cerca das tres ilas orientaes: Maio, Boa Vista e Sal, diremos que a sua orografia não tem importancia.

São ilhas de abundantes planicies; assim se pôde dizer. No Maio a parte de maior relevo encosta-se a leste e a sul e os seu montes mais altos são o Monte St.º Antonio (235^m) a NE., os Montes Grande (230^m) e Branco (220^m) a leste.

A ilha da Boa Vista tem a NE. entre a praia da Boa Esperança e o Orvatão, a chamada Serra do Norte, correndo de NW para SE. com alguns esporões. Os

pontos mais elevados de norte para sul são o monte Agudo (280^m), Pico Forcado (390^m) e o Pico Estância (350^m). Entre estes dois picos forma-se um vado em planura, que dá passagem para a costa de leste em direcção ao Morro Negro, e, pelo vale da Agua do Cavallo, para as veilhas salineiras, existentes entre a Ponta do Rife e o Monte Calhat (320^m).

Peia encosta sul do Monte Agudo, correm aguas para a ribeira Larga, affluente da Ribeira d'Agua que, vindo da direcção do Pico da Estancia, segue a NW, indo passar no Rabil para desembocar no porto de Sal-Rei.

Em volta da ponta da Varandinha, levanta-se uma serie de uns sete montes, de que os mais altos são a Rocha da Estancia (350^m) e o Pico de Santo Antonio (370^m).

Por ultimo a ilha do Sal contém apenas ao norte o Monte Grande (380^m) formado de tufo e lapilli; o Morro de Leste (275^m) na parte norte da costa oeste, e, marcando o termo norte da bahia da Mordeira, o Morro de Rabo de Junco (160^m). De resto notam-se pequenos cones isolados com escorias, atestando a ação vulcanica.

Para completar a descripção orographica das caboverdeanas, deve examinar-se o quadro geografico adiante.

Hydrografia — Nas ilhas de Cabo Verde não existem rios; apenas algumas ribeiras e torrentes, que seria interessante estudar, se o levantamento topografico do archipelago estivesse feito; o que infelizmente se não dá. É uma falta imperdoavel que ainda não foi preenchida. Varias vezes tem as estações competentes proposto que isso se realisasse, sem que tal se conseguisse. Incorremos assim na justa critica dos estrangeiros. Forçoso é confessal-o.

Nó entanto nada mais util do que esse estudo, em nuas ilhas formadas na sua maioria de terreno rochoso e só em partes, mais ou menos extensas, apto para a agricultura, não obstante a apparencia de secura, que se observa devido á diminuição das chuvas a que não se tem sabido ou podido obviar. Unicamente as ilhas de S. Nicolau, Santo Antão e a Brava fazem excepção aquella apparencia. Os seus vales, de antiga formação, possuem correntes d'agua que sem difficuldade se

distinguem. Nas demais ilhas não succede o mesmo, apesar de, nos seus vales, se poder encontrar agua a uma profundidade variavel.

A ilha do Santo Antão é de todas a que mais ribeiras possui, levando quantidades d'agua apreciavel. No quadro geografico são ellas enumeradas bem como as das outras ilhas.

A Brava, porém, é a que menos sofre da falta d'agua, devido á sua cultura, á pequena superficie e ás suas numerosas nascentes. As ribeiras da Aguada e da Agua-fria contem agua. A primeira nasce proximo do Monte Verde corre a ESE, e vai sair na enseada da Aguada ao norte da Ponta Mercia, a segunda brota nas encostas do Chão Grande e dirige-se para leste, desaguando em frente do ilheu Baixona. Outra linha d'agua a citar é a da Lavadura que se dirige para a Fajã d'Agua a NW.

Das ilhas a que especialmente tísemos referencia, resta-nos falar da de S. Nicolau que contem algumas ribeiras, conduzindo agua em quantidade apreciavel, taes como a Ribeira Brava, que tem origem no sítio do Cachapo, e, correndo a leste até á villa, se encurva para norte desaguando na Praia, ao norte da ilha. Os vales que se notam para noroeste até á Estancia do Braz, conduzem bastante agua, sendo o principal o vale de fratura denominado Fajã, mas uma parte valiosa desta agua corre subterranea para sair na fonte chamada Agua dos Anjos, uns 500 metros a leste da Estancia do Braz e perto da costa norte.

São curiosos os vales que, do monte Gordo, descem para norte e que fazem lembrar os *cañons* do Colorado em pequena escala. Todos levam bastante agua e o mesmo succede aos do sul, mas o mais importante é o da ribeira do Cabeçalinho e a sua alluente Ortelã. Na parte oriental, os vales do Juncalinho, ribeira Alta e dos Castelhanos, levam alguma agua, mas os vales da vertente sul como os da ribeira Soca, ribeira da Figueira, do Carrçal e outras pouca contem.

A ilha de S. Thiago, pela sua importancia territorial e agricola, merece ainda, a par d'aquellas, menção especial. Do seu planalto central e do massiço do Pico da Antonia dirigem-se para a costa NE, da ilha conduzindo agua, os

vales dos Flamengos, de Mato Sancho, ribeiras dos Picos e dos Orgãos dirigindo-se ao porto de S. Thigo, e a ribeira de S. Domingos que desce das alturas do Monte Ruy Vaz para S.E. e vai desaguar pelo sul do Monte Negro. Para a costa oeste correm em direcção a sudoeste a ribeira da Barca e ribeira dos Engenhos que nasce no monte do mesmo nome, recebendo um afluente proveniente do Pico da Antonia, e por fim a ribeira do Inferno. As ribeiras da Antonia e Grande correm para o sul indo a primeira desaguar em porto Góveia e a segunda na cidade velha, na costa meridional da ilha.

A ribeira da Barca e a ribeira do Salto, recebem aguas da Serra da Malagueta, bem como a ribeira da Praia que corre para noroeste um pouco a sul de Chãbon. Dos vales que correm para a Praia, só a ribeira de S. Jorge merece menção.

Clima. — A circumstancia do archipelago de Cabo Verde se encontrar situado na zona do vento geral de nordeste, que *de novembro a julho*, augmentando de intensidade, vem refrescar a atmosfera, influe no clima caboverdeano dando-lhe melhores condições do que as do vizinho continente africano sob a mesmalatitude. A'quele periodo do anno, dão os naturaes o nome de *tempo das brisas*, que constitue a quadra mais benigna. A temperatura diminue, chegando por vezes na Praia a 15° centigrados, o trabalho torna-se mais facil e a salubridade mais garantida.

O vento dominante é o do quadrante N.E. embora na cidade da Praia os registos acusem o de leste e na do Mindelo o de E.N.E., o que cumpre attribuir a circumstancias locais devidas á influencia da inclinação dos vales e á situação das montanhas; é, porém, certo que durante cinco annos consecutivos se deu o caso de haver na Praia 596 dias de vento N.E. e 354 de vento E.

Nos meses de *agosto, setembro e outubro*, tem lugar a estação das chuvas, o *tempo das aguas*. N'esta quadra a atmosfera torna-se pesada, o ceu forra-se de nuvens, a temperatura aumenta, chegando por vezes a 33° e ha maior humidade, chovendo abundantemente. Como é o tempo quente e a epoca dos trabalhos agricolas, em que se despente maior actividade, as doenças

desenvolvem-se, dando lugar ás celebres *carneiradas*, nome porque se distinguem as desintrias, anginas e corizas, que por esta época se fazem sentir no archipelago.

A quantidade de chuva que ali cae é desigualmente distribuída pelas diversas ilhas, n'algumas das quaes falta por vezes, phenomeno que em varios períodos se generalisa.

A irregularidade das chuvas tem-se attribuído á falta de vegetação ou arborisação das ilhas, mas devemos pensar tambem em que ellas estão no limite da chamada monção do sudoeste, a qual é attribuída a um desvio do geral do sueste no Atlantico sul, para os focos de aspiração continentaes da região da Serra Leão, e que passa o equador para o norte com a direcção de sudoeste. Poucas vezes, porém, atinge as latitudes do archipelago, muito menos aquecido do que a massa continental a que alludimos.

Effectivamente na Praia as maiores quantidades de chuva caem com ventos do quafrante SW, registando-se os de WSW-SSW-SW4W-S4SW. D'outras vezes, porém, embora em menores quantidades, registam-se chuvas com ventos de SSE-SE4S-ES4E-SE S4SE. Com ventos de entre NE. e E. é pouco vulgar chover. Quer dizer, os ventos que tocm percorrido grandes superficies sobre o Atlantico, são geralmente os que dão as chuvas a Cabo Verde, quer se desviem do sul para oeste ou para leste.

E' na epocha das chuvas que a zona das calmas equatórias se desloca mais para norte do Atlantico, atingindo as alturas de Cabo Verde e em que portanto os ventos d'aquellas direcções mais raream e d'ahi a razão principal, quanto a nós, das estiagens das ilhas caboverdeanas, sendo ainda assim as de sotavento as que menos padecem d'esse mal como vamos ver, tomando para typo S. Thiago e S. Vicente, onde as observações meteorológicas abrangem um periodo de anos bastante grande, para se tirarem conclusões elucidativas do assumpto.

E' evidente que as condições locais das diversas ilhas, como as altitudes e maior ou menor vegetação, influem sobre o regimen das chuvas, e, por isso, torna-se muito necessario cuidar da arborisação adequada das diversas ilhas de Cabo Verde, procurando as essen-

cias que ali se acinemat e multiplicando a cultura das que lhe são proprias. Mas a monção do sudoeste a que nos referimos, quando succede attingir as ilhas, deve influir mais sobre o grupo de sotavento do que sobre o de barlavento, tanto mais quanto a algumas d'estas ilhas lhes faltam as grandes altitudes e a arborisação.

A observação vem confirmal-o, como se prova pelos registos pluviometricos da Praia e do Mindello, por onde vemos que durante um periodo de 12 annos (1894-1905), a quantidade de chuva cahida na Praia foi de 2878,2 ^m/_m, enquanto que no Mindello foi apenas de 512,7 ^m/_m ou seja cerca de um quinto da quantidade de chuva cahida na Praia.

Durante os mezes de janeiro e fevereiro, apparecem ordinariamente as *lestadas*, verdadeiros desvios dos ventos geraes, que, afastados do seu curso maritimo, passam sobre as planicies quentes e arenosas do norte do Sudão, indo bater no archipelago onde crestam e arrasam tudo, impellindo nuvens de poeira, o que fazia dizer aos nossos antigos marinheiros, que *nas ilhas de Cabo Verde até as velas dos navios se fazem amar ellas*. Esta era a nota caracteristica de ser aquelle vento o verdadeiro *harmatan* dos arabes.

As *lestadas*, são uns dos grandes flagelos da agricultura caboverdeana, á qual não bastava já a crise que as faz atravessar, a falta de chuvas que em alguns annos se dá, para suportarem mais este mal. Debaxo do ponto de vista medico tambem ellas são bastante nocivas, dando origem a doencas dosapparelhos visuaes e respiratorio.

Apesar d'estes inconvenientes, ha n'estas ilhas locais que gosam da justa fama de possuirem bons climas. O da Brava, por exemplo, tem no archipelago grande reputação. Na ilha de S. Nicolau consideram-se extremamente salubres os sitios do Cabeçalinho, Monte Gordo, Cachaço, Fajão e Caranujo, onde os habitantes possuem grande robustez, attingindo edades avancadas, de 80 a 100 annos. O clima é muito agradavel e fresco na quadra que decorre de novembro a junho. A ilha do Sal, não obstante ser quasi um pedregal com diminuta vegetação, tem um clima quente e secco e pode reputar-se

sacã. Dominam como n'outras ilhas os ventos NE. e ENE. por vezes impetuosos. Quando acontece chover tem isso lugar durante a noite, mas são raras as trovoadas. N'um período de tres annos observaram-se as temperaturas seguintes: maxima 32,98; minima 19,97; media 25,98.

Só nas ilhas de S. Thiago e de S. Vicente se fazem feitas observações meteorológicas com regularidade, e, pelo numero d'annos colligidos, podemos estabelecer a seguinte tabela comparativa entre as duas ilhas.

DESIGNAÇÃO	PRAIA	MÍDELLO
Pressão media	758,8	762
Temperatura max. ^a media.....	28,3	26,8
» min. ^a »	21,0	20,9
» media.....	25,0	24,4
Humidade	69	68
Chuva (milímetros)	54,7	12,0

OBSERVAÇÕES :

A temperatura media mais ou menos elevada na Praia justifica-se pela maior aproximação do Equador.

Em Mjadello os ventos predominam do quadrante NE. Na Praia, embora succeda o mesmo, nota-se muito maior numero de dias de vento do quadrante SE.

A ilha de S. Thiago não desmente a reputação de salubridade das demais ilhas, só causas ou influencias locais a contradizem, mas são em geral todas de facil remedio, quando se ponham em pratica os meios que a boa hygiene aconselha. Nas regiões altas, onde as aguas se não refecem formando lagôas e pantanos, gosam os habitantes de robustez e boa saúde.

A vizinha ilha do Fogo é uma das mais salubres do archipelago, devido a sua morfologia e estrutura. O seu clima é, na parte meridional, quente e seco, enquanto que no norte, na região dos Mosteiros, é frio e humido,

sobretudo nos pontos altos. Na vila de S. Filipe a temperatura media á sombra é de 25.º, a maxima regula por 31,5 e a minima por 20º. No sitio dos Mosteiros, região agricola, é raro deixar de chover na quadra propria, não obstante as estiagens a que todo o archipelogo está sujeito. Quando chove em abundancia, é interessante observar as ravinhas de que é cortada a vertente exterior do grande e primitiva caldeira, d'onde se levanta o Pico do Fogo. Levam muita agua n'essas ocasiões e formam-se verdadeiras cascatas ou cachões, a que lá chamam *espanadeiros*, e, como a ilha é das mais produtivas, o povo aproveita grandemente essas torrentes.

O quadro geografico a que por mais de uma vez nos temos referido, completa a informação sobre as illas a que não fizemos referencia especial.

GEOGRAFIA ECONOMICA

Sob o ponto de vista economico, podemos tambem dividir as ilhas de Cabo Verde em dois grupos: ilhas agricolas e ilhas salineiras, sendo estas formadas pelas tres ilhas orientaes, Maio, Boa Vista e Sal, que partilham um tanto ou quanto do caracter desertico, já pelo seu pequeno numero de habitantes, já pela sua mesquinha vegetação. Nas demais ilhas, conquanto nem todas se possam propriamente chamar agricolas, algumas ha que, pelos seus caracteres, se aproximam das ilhas orientaes. S. Vicente, Santa Luzia e os ilheus estão n'este caso, sem embargo de todas exteriormente serem de aspecto arido com exceção da Brava. Nas ilhas de S. Thiago, Santo Antão, S. Nicolau e Fogo ha regiões mais ou menos amplas, mais ou menos ricas em agua, correndo ou brotando nos profundos e largos vales, onde a vegetação se desenvolve.

Tem por isso interesse bastante, o estudo da flora caboverdeana que, podemos discl-o, ainda não está completo, apesar do muito que se tem feito.

Como referimos na parte historica, mandou para Cabo Verde o governo da metropole o naturalista Feijó, que mais se preocupou da politica local do que dos estudos da sua missão.

Intermittentemente se procurou fazer o estudo botânico de Cabo Verde por determinações do governo, e

citando de memoria, lembramos os estudos do Barão de Barth, Welwich. Conde de Arpoare e ultimamente pela Missão Agronomica a Cabo Verde, a que juntaremos as herborisações dos Srs. João Cardoso e Augusto Barjona, como contribuições valiosas para o conhecimento da flora caboverdeana.

E' certo, porem, que os principaes trabalhos d'este genero em Cabo Verde, tem sido realisados por estrangeiros entre os quaes o D. Schmidt, que ali herborisou demoradamente descrevendo no *Beifrage zur Flora der Capverdischen Inseln* cerca de 155 especies, pertencendo umas 66 á flora propria do archipelago. N'essas especies não se comprehendem as cultivadas por importação recente.

O typo da vegetação, essencialmente atlantica, no dizer de Reclus, assemelha-se á da zona temperada, oferecendo talvez um aspecto mais setentrional do que poderiamos ajuisar pelas latitudes do archipelago.

Recentemente publicou o distincto professor da Universidade de Lisboa, Sr. D. Antonio Pereira Coutinho, como resultado do seu estudo sobre o Herbario de Cabo Verde, o catalogo especifico a que chamou *Herbarii Gorgonei* da universidade de Lisboa, contendo 311 especies classificadas.

Tambem o nosso presado amigo e eminente director do jardim Botanico de Coimbra, havia publicado o catalogo das plantas colecionadas pelo Sr. Cardoso, em que fez a determinação especifica de muitas plantas desconhecidas.

Indicaremos algumas especies mais interessantes das illhas caboverdeanas, apresentando em primeiro logar as plantas cultivadas, entre as quaes figuram o cafezeiro (*Coffea arabica*), Purgueira (*Jatropha curcas*), Ricino (*Ricinus Communis*), Milho (*Zea Mays*), Batata doce (*Ipomea Batatas*), Mandioca (*Manihot Utilissima*), Feijão do congo (*Cajanus indica*), Mameca (*Arachis hypogaea*), Feijão (*Phaseolus vulgaris*), Papaeira (*Carica papaya*), Tabaco (*Nicotiana tabacum*), Anoneiras (*Annona reticulata*) e *A. Muricata*), Canna de Assucar (*Sacharum Officinarum*), Bananeira (*Musa Sapientum* e *M. Paradisiaca*), Goiabeira (*Psidium pomiferum*), Mangueira (*Mangifera indica*), Tamarindo (*Tamarindus indica*),

Acacia Martins (*Parkinsonia aculeata*), Bella Sombra (*Thespesia populnea*), Espinheiro (*Acacia alba*), etc.

De entre estas especies as que pelo seu valor economico merecem menção especial são o café e a purgueira. O café, foi introduzido pela primeira vez na ilha de S. Nicolau, em 1790, d'onde passou para a de S. Thiago e outras ilhas. É notavel que S. Nicolau tem hoje de importar café para o seu consumo, porque os seus habitantes cortaram os cafezeiros para cultivarem a canna sacarina.

Em Santo Antão, S. Thiago e Fogo é que se produz principalmente o café de Cabo Verde, genero estimado na metropole, onde obtem muito bom preço.

É para sentir que esta cultura não mereça aos cabo-verdeanos os cuidados que seriam para desejar, pois, pode dizer-se, que o cafezeiro não é cultivado, mas tão sómente explorado.

As optimas qualidades do café produzido, bem mereciam o aperfeiçoamento dos processos culturais. O consumo augmentaria não só no paiz como no estrangeiro, e, em Portugal, ha razão para o supôr, porque cada habitante só consome $\frac{1}{2}$ killo de café por anno, ao passo que na Hollanda o consumo é de 10 kilos por habitante. No mercado de Lisboa o café de Cabo Verde é usado para enriquecer os outros cafés coloniaes, por meio de convenientes lotações.

A purgueira é a planta mais explorada em todo o archipelago. Dadas as boas condições em que ella se produz, o governo provincial não descurou a sua divulgação e em varias épocas fizeram-se sementeiras e plantações de estacas d'esta euphorbiacea em S. Thiago, Fogo, Brava, Maio, Boa Vista e S. Vicente; mas parece que o melhor criterio não presidiu á escolha dos locais para essas plantações, porquanto o desenvolvimento e fructificação da purgueira dependem da exposição, natureza do terreno e altitude. Deve-se procurar sitio abrigado do vento em altitudes de 200 a 800 metros e terreno argilo-arenoso:

Contra a propagação da purgueira ha causas locais que é difficil remover; uma d'elas reside no desleixo dos pastores que não evitam que vagueiem os gados pelas plantações, destruindo uns as plantas novas e outros os fructos antes da maturação. Outra causa reside na fabricação do

sabão indígena, por ser preferida para isso a cinza da purgueira, que é muito rica em potassa. A isto podemos ainda acrescentar a sua utilização para combustível e a doença que a tem invadido.

Os gados, bovino e caprino, são efectivamente causa da destruição das plantas em Cabo Verde e tem de ser combatida com toda a energia.

A semente da purgueira é sem duvida o primeiro producto, que figura no quadro das exportações de Cabo Verde, d'onde é absorvido pela industria portuguesa.

A purgueira dá-se em todas as ilhas, mas é em S. Thiago e no Fogo, onde mais largamente se explora.

O milho, sendo a base da alimentação do caboverdeano, é cultivado em todas as ilhas e mais largamente em S. Thiago, Fogo, Brava e Santo Antão, pelos terrenos mais se prestarem para isso. N'esta cultura, como em outras, impera a rotina, de sorte que é primitiva.

Não se prepara convenientemente a terra, nem se aduba, nem fica pousio.

Com estes processos, só em anos de excepçoes condições de produção, o milho dá para consumo e ainda algum é exportado. Esta circumstancia é favorecida pela qualidade do milho cultivado, que é o chamado *milho da terra*, variedade de grande produção, mas de evolução lenta, como disse o nosso presado amigo Alfredo Barjona de Freitas, na sua conferencia realisada na Sociedade de Geografia de Lisboa. Exige essa variedade muita chuva, mas do tarde que são as menos persistentes em Cabo Verde. Conviria portanto ensaiar nas sementeiras outras variedades d'esta util graminea. No Fogo e na Brava cultivam-se tres variedades de milho: *branco*, *amarelo* e *sangue de touro*.

A mandioca, se por um lado não a deviamos colocar na flora economica de Cabo Verde, porque nem sequer chega para consumo local, nem está divulgada, por outro devia merecer toda a atenção dos agricultores, porquanto é uma das euphorbeaceas que mais resiste ás seccas e ao vento, e, portanto, a sua cultura é adequada ao meio, podendo explorar-se em larga escala, porque é um alimento proprio dos paeses quentes e de facil amanho. Seria mesmo um bom auxiliar de alimentação dos caboverdeanos. Na Brava, no Fogo e em S. Nicolau é

onde mais se lavra esta planta procedente do Brazil, havendo a mandioca de casca branca, o *ai-pin*, e tambem a de casca roxa.

Para alimento, ralam-se os tuberculos, depois de descascados, secando os ao sol e em vasos de cobre, ou então cortados os tuberculos em talhadas que se deixam secar ao sol e são depois pisados no pilão, constituindo o *pirão*. A farinha da mandioca de S. Nicolau é reputada superior a do Brazil, por conservar mais principios nutritivos.

Convença-se pois o caboverdeano que deve dedicar-se ás culturas das plantas alimentares, mais apropriadas ao clima das ilhas, e esta é uma d'ellas, podendo o excedente da produção para consumo, ser empregado nas industrias da fecula e derivados e na fabricaçãõ da tapioca.

Outro producto interessante para o insular, é a cana sacarina que se poderia empregar, e se emprega, na fabricaçãõ da aguardente, que é igual ou melhor do que a celebre aguardente de Paraty, e na industria assucareira, a que os plantadores deveriam principalmente dedicar-se, desde que na metropole o assucar tivesse a protecção merecida e não o desfavor em que é tido. Não se comprehende que sendo as colonias portuguezas produtoras de cana d'assucar, este ainda seja importado do estrangeiro. E' uma doutrina economica que custa a entender!

Por outro lado, e é verdade, não basta a protecção da metropole, é necessario que o agricultor caboverdeano abandone os processos rotineiros de que usa e abusa; que trate da selecção das plantas, da irrigaçãõ dos terrenos e da sua adubaçãõ que lhe seria muito facil, pelo emprego dos adubos de aves, dos ilheos do Rombo, e dos de peixe, em que os mares do archipelago abundam.

Ao Estado cumpre sustentar ali um horto modelo, pelo menos, para ensinamento dos agricultores; os quaes, pela vista e pelo exemplo, facilmente apprehenderiam os melhores processos de cultivaçãõ.

A aproximação d'esta colonia da metropole é uma excelente condiçãõ para que ella possa, n'um certo numero de productos, para que é apta, concorrer com vantagem com as demais. O café, o assucar, os fructos,

com fretes mais baratos do que os das outras colonias mais longinquoas, lutariam com grande vantagem com iguaes generos de S. Thomé, Angola e Moçambique.

A montagem de uma officina para fabrico de assucar, em local situado em posição acessivel e central, em relação ás ilhas productoras de cana, que dispusesse de duas boas chalupas de vela com motor, para o transporte rapido das varas cortadas e dando o governo um premio anual aos agricultores que melhores exemplares apresentassem na fabrica, seria o mais seguro processo de desenvolver a cultura da cana e de dar emprego a muitos braços que se vêm na colisação de emigrarem, para exercerem a sua actividade longe da sua patria. A cana, depois de cortada, pode aguardar uns cinco dias para entrar no trapiche e nenhuma das ilhas está fóra d'este raio d'ação, porque seria principalmente nos vales da zona baixa, perto dos portos, onde se encontrariam as plantações e nas que ficassem mais distantes usaria-se dos caminhos de ferro transportadores por meio de cabos aereos, que não exigem abertura de estradas.

Em Cabo Verde, cultivam-se tres variedades de cana sacharina, duas das quaes são originarias de Cayena, a cana branca e a preta, sendo esta empregada nos terrenos de sequeiro em S. Nicolau.

A cana d'assucar apesar do que vimos de dizer, occupa ainda assim um lugar importante na agricultura cabo-verdeana, não só para o fabrico de aguardente, consumida quasi na totalidade nas ilhas, como para a do assucar mascavado, que não chega para o consumo.

A aguardente produzida em 1912 foi de 509.400 litros e o assucar apenas montou a 93.902 kilos. A produção de melaço attingio 61.206 litros. O assucar é proveniente de S. Thiago. A aguardente é fabricada nas ilhas de Santo Antão, de S. Thiago, S. Nicolau e Brava; das quaes a primeira e as duas ultimas fabricam o mel da cana.

Tendo falado das plantas cultivadas mais uteis, sob o ponto de vista economico, para o archipelago, o que não quer dizer que outras, como o tabaco, deixem de tomar desenvolvimento apreciavel sob o mesmo aspecto, passaremos a indicar algumas das plantas subespontaneas de Cabo Verde, seguindo tambem o processo de

considerar as de mais immediato resultado para a economia da provincia.

Entre aquellas citaremos o Polon ou poilão (*Eriodendron anfractuosum*), Calabaceira (*Adansonia digitata*), Amendoeira (*Terminalia Catappa*), Tinta (*Indigofera tinctoria*), Carrapato (*Foracroya gigantea*), Manipo (*Spondia Lutea*), Baboza (*Aloe vulgaris*), Bombardeiro (*Calotropis procera*), Algodoeiro (*Gossypium punctatum*), etc.

O anil é uma leguminosa que se começou a cultivar no principio do seculo dezoito, mas que deixou de ser-o, tornando-se uma planta subspontanea muito espalhada em todas as ilhas, servindo principalmente para os usos dos indigenas.

Como muito bem diz o Sr. Barjona de Freitas, merecia a pena resuscitar esta cultura, visto que a tinta poderia lutar com vantagem com o anil chinês de produção alemã, dada a baratesa da mão d'obra em Cabo Verde e o custo diminuto do transporte.

O processo de extração do anil, segundo aquele Sr., é o seguinte: «côhem-se as folhas da planta em floração, pisam-as em pilões e fazem da massa bolos, que conservam, secos ao sol. Na ocasião da applicação, preparam lixívias de cinza de purgueira ou bananeira, com a densidade sufficiente para fazer sobrenadar um ovo, a qual elles mais habitualmente reconhecem pela prova gustativa, lançam-lhe a massa d'anil e ao fim de dois ou tres dias agitam repetidas vezes no liquido os pannos a tingir secando-os nos intervalos em cordas, donde es-correm para a vasilha da tinta, até adquirirem o tom desejado».

O carrapato ou pitceira, para que se começa a olhar com alguma atenção, é uma amarelídea que se encontra em algumas ilhas, acima de 300 metros de altitude e cujo eixo florifero é bastante longo entre 5 a 7 metros.

Das folhas depois de batidas, por um processo analogo ao que os nossos camponeses empregam para o linho, retiram-se filamentos de grande resistencia com que os indigenas fabricam cordas. O eixo florifero é empregado como vigamento das habitações indigenas.

A industria recorre hoje, para muitas applicações, ás

fibras vegetaes e por isso a multiplicação do carrapato, de reconhecida identidade com o aloes verde da Martinica, é de grande vantagem para os caboverdeanos. Parece que efectivamente os agricultores se estão dedicando a sua plantação, que até aqui era empregada, como em Portugal se empregam as piteiras, nos valados nos extremos das propriedades. Talvez por que a multiplicação do carrapato se faz espontaneamente pelos muitos bolbilhos das hastes fructiferas, cremos que lhe está reservado um largo futuro em Cabo Verde.

N'outras colonias esta cultura, bem como a do *sisal* e outras analogas, estão dando remuneradores resultados, que esperamos se obtenham tambem em Cabo Verde.

O carrapato encontra terreno favoravel em todas as ilhas caboverdeanas.

Entre as demais plantas d'este grupo ainda consideraremos a bombardeira e o algodoeiro, como dignas de cultura pelos resultados economicos que devem trazer á provincia.

A primeira é um arbusto de cerca de 1^m de altura ou pouco mais, largamente representado nas regiões baixas dos paizes quentes, no sul da Asia, Estreitos, Timor, Nova Guiné e na Africa equatorial. Das suas fibras fazem os timorenses boas cordas e o latex é usado para amaciar e tirar os pellos dos couros dos animaes, como refere o Sr. Costa Andrade que fez parte da Missão Agronomica de Cabo Verde.

O fruto da bombardeira, que é uma capsula delhiscente, contém uns filamentos, de côr beije claro, finos e sedosos, aproveitaveis para encher almofadas ou para estofos mais apreciados do que a sumaiúma. Parece que a sua fibra tambem se pode empregar na tecelagem. E' ainda possivel que tenha as mesmas qualidades de fluctuação que o *Kapok* filamento analogo do poilão ou polon, que se encontra no archipelago e em mais abundancia na Guiné. Como este, poderá empregar-se para cintos e boias de salvação. Em Cabo Verde é quasi que unicamente usado como forragem para as cabras e habita nas zonas de altitude inferior a 400 metros.

O algodoeiro é merecedor de cultura, porque as variedades que se acham espalhadas nas ilhas são de qua-

lidade regular, mas que a cultura poderia facilmente melhorar.

Na ilha de S. Nicolau existem duas especies de algodoeiro, o *arboreum* e *herbuceum*. Dão-se bem em todos os terrenos e atingem o desenvolvimento compativel com a especie, mas as cabras e outros animaes destroem-nos por veses. Na Brava é igualmente bom o desenvolvimento d'esta planta, sobretudo na povoação de S. João Baptista. Parece que se encontra tambem a especie *Sea Island*.

Como para outros productos, é preciso incitar os agricultores a dedicarem-se á plantação do algodoeiro que hade ser um magnifico elemento para enriquecer o quadro das exportações do archipelago.

Nas especies espontaneas entendemos que podem ser mencionadas, entre outras, o La-ca-cão (*Ipomea péscuprae*), Piomo (*Retoma monosperma*), Linguana (*Lonchocarpus sericensis*), Pega cabrito (*Lotus purpurens*), Palha d'agua (*Equisetum ramosissimum*), Cariço (*Aruudo Donax*), Pé de galinha (*Dactyloctenium aegyliacum*), Losna (*Artemisia Gorgonum*), Tortolho (*Euphorbia Tuckeyana*), Palha branca (*Pagnalon melanoleucum*), Unha de gato (*Centaurea melitensis*), Coqueiro (*Cocus nucifera*) e outras que se torna impossivel mencionar.

D'este grupo consideraremos apenas o coqueiro que não sabemos se é realmente espontaneo em Cabo Verde. O que é certo é que se não tem ligado importancia a esta planta, tão util na nossa India, onde se lavra para colher os fructos ou para extração da *sura*.

Nas ilhas de Cabo Verde só aproveitam a polpa dos fructos para consumo. As fibras do pericarpo utilisam-as em pequena quantidade para faserem cordame; as folhas usam-as para coberturas de casas e fabrico de balaios. Embora o fructo não tenha o valor que tem na India e na Africa oriental, vale bem a pena proceder-se á cultura do coqueiro, para o que não faltam os terrenos baixos e salgados, onde ele se dá bem.

Nos tres grupos que temos mencionado poderiamos indicar varias plantas fructiferas como a *larangeira* que se encontra em quasi todas as ilhas, mas é abundante principalmente em S. Thiago, Santo Antão e S. Nicolau. O fructo pôde competir com a laranja da Bahia

com a vantagem de estar a mais perto da Europa. Isso, porém, só se conseguirá quando se cuide do tratamento dos pomares, que bem o merecem, pela excelência do fructo, que, para nós, é de todos o de mais certos resultados para exportação, se houver todo o cuidado no acondicionamento e transporte. A banana e o ananaz não poderão de certo competir com eguaes fructos das ilhas adjacentes.

As ilhas de Cabo Verde produziram algum vinho, mas hoje a uva é unicamente empregada como alimento. Em S. Nicolau ainda em 1824 a 1826 se colheram cerca de 600 pipas de vinho, o qual todo se consumia na própria ilha. Cremos que só duas pipas se exportaram. O *oidium*, destruindo os vinhedos, acabou com o fabrico do vinho, que também se fazia no Fogo com o nome de *mijarella*.

Falando das plantas de Cabo Verde seria improprio não prestar culto á flor, porque alem das belas especies europeias, como a rosa, o geranio, a gardenia e outras, existem plantas malvaceas do genero hibiscus de grandes dimensões, entre as quaes citaremos o cardeal (*Hibiscus rosa sinensis*) e o metamorphose (*Hibiscus mutabilis*) que dão esplendidas flôres, sendo notaveis as da Brava, S. Nicolau e Fogo.

Pelo que respeita a fauna, não temo de citar nem animaes bravios, nem reptis venenosos. A maioria dos vertebrados parece ter sido levada pelos colonos portugueses, havendo por isso quasi os mesmos que em Portugal. O macaco (*cercopithecus sabaicus*) habita apenas em duas ilhas, a de S. Thiago e a Brava; pertence á especie indicada que se encontra no continente africano.

No numero dos reptis figuram apenas alguns lagartos, dos quaes o mais notavel é o *macroscincus coctei*, originario do ilheu Branco, vivendo deervas e não de insectos. É uma especie nova cujo aparecimento n'aquelle ilheu, não póte bem explicar-se. Teria ele feito parte d'algum antigo continente?

Para tornar mais notavel o minusculo ilheu, ainda se encontrou uma ave nova especie a que os naturalistas do *Talisman* chamaram *puffin*.

Os mares do archipelago são muito piscosos e frequentes vezes visitados pela bafeia, para o que, em al-

gumas ilhas, existem estações de pesca d'este util cetaceo. Entre os peixes citaremos o badejo, a dourada, a bonita, o sargo; nomes collidos das 87 especies identificadas pelo Dr. Balthazar Osorio.

No fundo, junto das costas, cresce o coral da mesma especie que o da Sicilia e d'uma outra a que os naturalistas da *Challenger* chamaram *plemocorallium Johnsoni*. A pesca do coral é exercida em navios italianos por pescadores napolitanos.

No quadro geographico indicamos, para cada ilha, sumariamente, as suas produções mais importantes, e para ahí enviamos o leitor. No entanto não podemos deixar de nos referirmos mais a algumas especies, que devem vir a constituir valor de importancia para a economia do archipelago. Está n'este caso o gado e sobre este assumpto cedemos a palavra ao antigo governador da provincia, o nosso presado amigo Sr. Alfredo Barjona de Freitas, extrahando a parte respectiva da sua já citada conferencia na Sociedade de Geografia.

Diz ele referindo-se á população pecuaria.

«Os bois são de notavel mansidão e aptidão para o trabalho, são contudo pequenos e as fêmeas pouco leiteiras. Os cavallos, comquanto abastardados, são notaveis pela rigesa dos cascos, pela sua resistencia, segurança e bons pulmões. São muito apreciados por estas qualidades em S. Thomé e Angola e a produção na provincia não corresponde ao pedido; recreando-se muitos potros do Senegal.

Os suideos são em regra mal conformados. Os caprideos, sendo bonitos, deixam tambem no geral a de-sejar quanto á produção leiteira, que só em Santo Antão é satisfatoria.

Melhorar por seleção e cruzamentos as raças locais, deve ser empenho de todos os creadores, que o governo por sua parte póde e deve auxiliar, fornecendo reprodutores escolhidos e a intelligente direcção zootecnica indispensavel para esse progresso.

Faz-se tanto mais mister d'um veterinario habilitado na provincia, quanto as epizootias causam por vezes importantes prejuisos.

Não basta, porém, melhorar a qualidade do gado; é necessario promover o seu desenvolvimento até ao ponto

em que ele fôr compatível com o progressivo augmento das areas cultivadas.

Para isso é indispensavel crear prados artificiaes que não existem e melhorar os naturaes, quasi por toda a parte estagados pela invasão das hervas ruins. Não está ainda coligida e derteminada a flora forraginosa da provincia, de que, aliás, alguns exemplares vieram ha pouco para serem determinados na Escola Polytechnica; mas tem ella plantas variadas, que o gado come com appetite, e, entre outras, uma mimosacea conhecida com o nome de *Bem de Caiumbra*; uma trepadeira chamada *maranhã*; um *pachyrisus* de bonitas flores azues e brancas e raiz tuberculosa; um *panicum* ⁽¹⁾ (?) a que chamam *jéjé* e muitas outras gramineas: *pega-saia*. ⁽²⁾ *daguilanu*, *barba de bode*, ⁽³⁾ etc.»

Dando-se bem estes pastos nativos e outros que se poderiam introduzir, facil seria o melhoramento dos gados, sobretudo se os indigenas se dessem ao trabalho de cortar as forragens e não de as arrancar, porque assim não deixam que ellas rebentem de novo; bastaria que arrancassem as hervas más para alimento do gado.

O Sr. Barjona, ao contrario de que insinua o Sr. I. Friedlaender, entende que as cabras não traseem os prejuisos, que já Lopes de Lima lhes attribuia, da destruição das plantas, que se deve antes levar á custa das fortes ventanias, estiagens prolongadas e ignorancia dos indigenas sobre as vantagens da arborisação e dos proprietarios, que não procuram vedar as suas fazendas por meio das sebes vivas.

Como para a agricultura continuamos a supôr que é indispensavel em local escolhido sustentar um posto zootechnico, onde os creadores possam, pela observação directa, ver as vantagens do cruzamento e da selecção pela introdução de bons reproductores.

Melhoradas as raças poderia desenvolver-se o fabrico da manteiga de vaca, pelo menos para o consumo local.

O gado suino, que não é o menos abundante, daria

(1) É o *panicum nudiglume*, segundo Pereira Coutinho.

(2) O nome botânico é *Setaria Verticillata*.

(3) " " " *Eleusine Verticillata*.

também origem ao accrescimento da riqueza insular, não só para exportação, como para a industria da conserva.

O gado cavalar, quer importado da Guiné, quer da metropole, poderia multiplicar-se, principalmente na ilha de Santo Antão. Os burros dão-se em quasi todas as ilhas e são rijos, podendo prestar muito bons serviços não só no archipelago como na provincia d'Angola, onde resistem melhor do que o cavallo. As muares, não obstante serem em menor abundancia do que os burros, são apreciadas.

Galinhas e perús criam-se por toda parte e os perús, se houvesse methodo na sua criação, poderiam constituir um bom ramo de negocio, para consumo dos numerosos paquetes que fazem escala por S. Vicente.

Nas diversas ilhas ha muitas aves selvagens e algumas d'ellas, como o abutre africano, prestam serviços á hygiene, fazendo desaparecer os detritos de varia ordem nas pequenas localidades, ou simples casaes, do interior das ilhas.

Uma das industrias que muito conviã desenvolver é a da pesca, dadas as condições especiaes do archipelago, cujos mares, como já disia Valentim Fernandes no celebre manuscrito de Munich, são piscosos e frequentemente visitados pela baleia, pelo que algumas estações em terra se tem estabelecido, como já dissémos, semelhantemente ao que se usa nos Açores. Os baleiros americanos apreciam muito os marinheiros de Cabo Verde, que são optimos arpuadores de baleia, sobretudo os filhos da Brava.

Varias tentativas se tem feito para desenvolver as pescarias em Cabo Verde, não só com o fim de suprir a alimentação dos insulares, o que, nos anos de estiagem e de fome, seria de um extraordinario recurso, como para a seccagem e salga das especies. N'este sentido o Sr. Dr. Moreira Junior, quando gerio distintamente a pasta da Marinha e Ultramar e fundou as escolas profissionais nas colonias portuguezas, dispóz que ao professor da Escola de Pilotagem na Praia, fosse dado o encargo de ministrar instrução sobre os methodos de preparação do peixe pela salga ou seccagem. Esta medida não foi pelos seus successores completada com os meios athenes ao fomento da pesca.

Hoje é de toda a conveniencia seguir sobre este assunto o caminho adoptado pela França, em relação á costa occidental, quando organisou a missão Gruvel para estudo das pescarias d'esta parte da Africa.

Missão identica devemos constituir para estudo da questão e depois ficarmos habilitados a fazer quaesquer concessões para pesca, sem o Estado ser prejudicado e sem que os capitalistas arrisquem improficuamente o seu dinheiro.

Se a pesca do bacalhau no banco d'Arguim e na vizinha costa do Senegal tem o futuro que se calcula, não ha duvida de que as ilhas salineiras de Cabo Verde tem uma nova epoca de prosperidade, como a do tempo em que a industria do sal ali floresceu. Hoje a produção do sal na ilha do Sal atinge a 1.200:000 decalitros. Nos pedregaes da ilha do Sal e nos plainos da Boa Vista, ha vasto campo para a seccagem do peixe e para a sua salga, pois não falta, em qualquer d'elas e junto das fabricas, o sal necessario para uma tal industria, que encontrará mercado em toda a costa do Golfo da Guiné, mormente para a alimentação dos serviçaes das grandes plantações de cacau, café, algodão, etc., que nas diversas colonias se multiplicam.

Parece-nos que um convenio de pesca entre Portugal e a França se impõe cada vez mais, dadas as circumstancias que vimos de apontar: bancos de pesca nas aguas territoriaes francesas, sal e campo de seccagem nas ilhas portuguesas.

Para o desenvolvimento das varias industrias, que em Cabo Verde podem ter logar e para as quaes está provada a aptidão do meio, torna-se necessario abrir nas ilhas as vias de comunicação indispensaveis, para pôr os centros de produção ou fabricis em ligação com os portos do litoral, que devem ter caes ou pontes para carga e descarga rapida e facil; concluir o plano de farolagem do archipelago, para o que pouco falta, devendo dar-se preferencia, desde já, ao farol da costa este da Boa Vista.

O aluminiamento, logo que esteja completo, muito deve contribuir para o desenvolvimento da navegação, quer de longo curso, quer de cabotagem; facilitando as tran-

sações, que esta é chamada a efectuar entre os portos caboverdeanos.

O porto Grande de S. Vicente, uma das primeiras estações carvoeiras do Atlantico, pode e deve ser um magnifico porto comercial, se fizermos d'ele o entreposto para carregamento do café, que se produz de qualidade superior em Santo Antão, Fogo e S. Thiago, onde esta cultura pode atingir um grande desenvolvimento.

Com a abertura do Porto do Tarrafal, na ilha de S. Thiago, ao commercio, a região productiva do concelho de Santa Catharina, tem por ali uma facil saída. Este porto, pela excelente posição em que se encontra, pode servir de centro para o commercio de cabotagem do grupo de Sotavento. Os pequenos *lambotes*, que fazem o serviço costeiro das ilhas, poderiam para ali transportar o café, milho, purgueira, etc., onde os vapores de serviço inter-insular iriam carregar, seguindo depois para S. Vicente.

A ilha Brava, essa pequena Cintia do archipelago, ultimamente tão abandonada, mas tão saluberrima, com os seus dois portos, o do Fajal d'Agua e o da Fuma, o primeiro para navios grandes e o segundo para navios de inferior lotação, era merecedora do estabelecimento de um sanatorio para os funcionarios civis e militares, quer da provincia, quer da Guiné.

A Brava tem indústrias que merecem a maior protecção, como a do fabrico dos objectos de palha -- chapéus, charuteiras, tapetes, etc., a das colchas e a das rendas. Os chapéus chegam a rivalisar com os do Panamá, quando a palha da tamarreira, de que se servem, é bem preparada. Na ilha do Fogo fabricam-se igualmente os chapéus de palha e os outros artigos referidos. Melhorado o processo, poderia introduzir-se o uso do chapéu de palha, modelo caboverdeano, entre a nossa marinha de guerra, tomentando-se d'este modo uma industria colonial de tanto interesse. Em S. Vicente ha uma pequena industria, destinada á produção de aguas gazosas e de limonadas, que em 1912 vendeu cerca de 22.000 litros d'estes productos.

As indústrias rudimentares para o fabrico do sabão, azeite de purgueira, pannos, cestos e balaios, cordame

louça de barro, algum queijo e manteiga, comuns a quasi todas as ilhas agricolas, denunciam apenas aptidões que se poderiam aperfeiçoar. De forma identica se devia proceder a respeito das outras industrias que, conforme dissémos, tanta vantagem ha em que progridam e se desenvolvam.

Pondo em jogo as necessidades do archipelago com a sua força productiva, podemos ter ideia de qual seja o seu movimento comercial e a sua marcha durante os ultimos anos. Mas, como isso seja função, maior ou menor, do valor ou importancia pecuaria das ilhas, vamos primeiramente examinar este ponto, tanto mais que no quadro das exportações a rubrica animaes e seus productos, tem um valor apreciavel, que não é indifferente para o problema economico do archipelago.

Segundo a estatística, sempre tam falha entre nós, a população pecuaria de Cabo Verde em 1912, foi de 77.385 cabeças de gado, contra 102.747 em 1902.

N'esta decada a especificação consta do seguinte quadro, representando o numero de cabeças de gado n'aquelles dois anos:

ESPECIES	N.º DE CABEÇAS EM		VALOR EM 1912	ILHAS QUE POSSUAM MAIOR N.º DE CABEÇAS DE GADO POR ILHAS
	1902	1912		
Bovidea...	8.834	6.650	94.000\$	S. Thiago e Fogo
Asinina...	15.360	10.115	71.000\$	" " "
Capridea...	33.923	35.360	36.000\$	" » St.º Antão
Equidea...	1.689	1.142	38.000\$	" » "
Ovidea...	6.131	4.527	8.000\$	" » Boa Vista
Muar.....	587	727	47.000\$	" » St.º Antão
Suidea...	36.623	18.861	52.000\$	" » S. Nicolau
Total	102.747	77.385	346.000\$	

Se fossemos examinar os demais anos poderíamos concluir que o numero dos bovideos e equideos tem diminuido; o dos asininos esteve estacionario até 1902 mas diminuiu d'então para cá, no que deve ter influido a crise de 1903; o dos caprideos diminuiu até 1898 e cresceu d'ahi em diante; o dos ovideos tem tido flu-

ctuações, mas presentemente decresce; o das muaras tem subido e o dos suideos augmentou até 1902, mas acha-se n'um periodo de decrescimento.

A exportação de animaes e seus productos foi de 26.000\$00 em 1902, e de 16.000\$00 em 1912 de que o maior valor, em média, é successivamente de pelles, couros e animaes vivos. Estes são fornecidos aos navios em transitio.

Se á industria déssemos o desenvolvimento compativel com os recursos de que o archipelago pode obter e a que já fizemos referencia, aquella rubrica teria uma importancia bastante superior, no quadro das exportações, e tornava-se, com certesa, uma das mais belas fontes de receita da provincia.

Entrando agora na analyse do movimento commercial de Cabo Verde, vamos ver qual foi esse movimento nos quinquenios seguintes:

Ano de 1895	movimento	comercial	1651	contos	} 1.º
» » 1896	»	»	1982	»	
» » 1897	»	»	1832	»	
» » 1898	»	»	1753	»	
» » 1899	»	»	1768	»	} 2.º
» » 1905	»	»	1961	»	
» » 1906	»	»	2517	»	
» » 1907	»	»	2592	»	
» » 1908	»	»	2473	»	
» » 1909	»	»	2179	»	

De uma maneira geral, nota-se um augmento sensivel no movimento commercial, principalmente devido á importação de carvão pelo porto grande de S. Vicente e que faz avolumar muito esse movimento. Para termos d'isto uma ideia perfeita, basta ver qual é o valor do carvão importado no 2.º quinquenio.

ANOS	TONELADAS DE 1.000 Kg.	CONTOS	
		VALORES	DIREITOS
1905.....	215.266	847	65
1906.....	331.187	1.301	99
1907.....	390.500	1.537	117
1908.....	291.558	1.169	88
1909.....	256.098	1.008	77
	1.487.909	5.862	446

Deduzido o valor do carvão, que é todo fornecido aos navios em transitó, do valor do movimento comercial, este representa então o valor da vida comercial, propria do archipelago, isto é, a sua importação para consumo e a sua exportação e reexportação, que no mesmo periodo d'anos fica designada, no quadro que segue, em contos:

ANOS	IMPORTAÇÃO SEM CARVÃO	EXPORTAÇÃO	REEXPORTAÇÃO	COMERCIO GERAL
1905.....	754	319	44	1.117
1906.....	786	387	43	1.216
1907.....	803	221	31	1.055
1908.....	927	355	21	1.303
1909.....	906	236	30	1.162
	4.176	1.518	169	5.853

D'onde se vê que a vida economica do caboverdeano tem um grande desequilibro na sua balança commercial, mostrando-nos quanta razão tinhamos, quando atraz disiamos que era uma necessidade imperiosa dar o maior incremento possível ás forças productoras da provincia.

Como dissemos os dois artigos que constituem a principal exportação, são o café e as sementes de purgueira; seguem-se o milho, as pelles de cabra, couros de boi, animaes vivos e sal. Os restantes productos pouca importancia tem no quadro das exportações. Vejamos esses valores, para o mesmo periodo annual, em contos.

GENEROS	1905		1906		1907		1908		1909	
	Toneladas	Valores								
Café	222	66	647	178	256	59	625	154	245	61
Purgueira.....	4.195	99	5.984	136	4.633	105	7.095	152	4.989	117
Milho.....	2.104	60	849	18	647	11	208	8	196	11
Couros de boi...	47	11	22	5	26	5	27	6	23	2
Peltes de cabra...				18		9				9
Animaes vivos...				7		10				7

E' bem pobre o quadro e corrobora quanto expozemos sobre a insignificante produção das ilhas, tão mecedoras de que os poderes publicos por elas olhem com amor e sciencia governativa.

Para vermos a influencia que no commercio provincial vai exercer a metropole, tomemos o ultimo ano acima indicado, em que o archipelago importou 906 contos de productos, entre os quaes figuram 432 de mercadorias nacionaes de que as principaes foram:

Vinhos.....	44	contos
Azeite.....	12	»
Generos alimenticios.....	70	»
Sabão.....	12	»
Tabaco.....	12	»
Productos Ceramicos.....	6	»
Tecidos diversos.....	111	»

Em troca do que a metropole recebeu entre outros os seguintes productos :

Café.....	59 contos
Sementes de Purgueira.....	109 »
Peltes.....	9 »
Couros.....	8 »

e as colonias portuguezas receberam :

Milho.....	9 contos
Animaes vivos.....	7 »
Peixe secco.....	1 »

Sommando os valores d'estes productos achamos a verba ae 202 contos que, para os 236 contos da exportação do anno de 1909, nos mostra a existencia de 34 contos para lançar á conta da exportação para o estrangeiro e para as outras mercadorias de minima importancia, que ainda vieram para a metropole, o que nos demonstra que o geral da exportação de Cabo Verde se destina á mãe patria.

Em 1912 o movimento commercial caboverdeano foi de 2.335 contos, representados por 2.166 contos de importação e 169 contos de exportação, verba bastante reduzida. Mas como as 279.555 toneladas de carvão importado, tiveram o valor de 1.101 contos, fica a importação para consumo em 1.065 contos.

Em 1913 o movimento comercial é representado por 2.150 contos de mercadorias importadas e 354 contos de exportações, o que nos denuncia um melhor ano agricola do que o anterior, devido a maior chuvas.

Se á importação dedusimos o valor das 238.538 toneladas de carvão para os depositos de S. Vicente, na importancia de 939 contos, teremos 1.211 contos de mercadorias importadas para consumo dos caboverdeanos.

A importação de produtos idos de Portugal foi de 546 contos contra o que recebemos de Cabo Verde 279

contos de mercadorias exportadas. Se a estas juntarmos as que foram para as colonias portuguezas no valor de 60 contos, ficam apenas 15 contos de exportação para os demais países.

É licito, portanto, concluir que as transações de Cabo Verde são quasi exclusivamente com a metropole, cujo commercio com isso auferê importantes vantagens de que a bandeira nacional partilha.

A ilha que mais importou foi a de S. Vicente, não só por causa do carvão, mas tambem porque a população da cidade de Mindello é tres vezes maior do que a da cidade da Praia e por que ainda reexporta para as ilhas visinhas. Deduzindo o valor do carvão importado, essa importação foi de 490 contos, entre os quaes figuram 57 contos de milho para occorrer ao deficit da produção insular, que nos anos de crise sempre se dá.

Na ilha de S. Thiago a importação foi de 308 contos pela Praia, 28 contos pelo Tarrafal e 2 contos pela Ribeira da Barca. A terceira ilha que mais importou foi a do Fogo, que figura com 81 contos, seguindo-se-lhe a Brava com 51 contos. As demais ilhas não mencionamos por terem cada uma de per si menor importação, do que as anteriores.

No que respeita á exportação, foi a ilha de S. Thiago a que mais productos exportou, o que não nos deve admirar, porque é sem duvida a ilha onde a agricultura está mais desenvolvida. Por isso a alfandega da Praia accusa 98 contos de exportação ou seja mais do dobro do total dos valores enviados para fóra ao archipelago. A ilha de S. Vicente exportou valores na importancia de 33 contos, mas não devem attribuir-se a produção própria, representam apenas generos recebidos das outras ilhas em transitto livre. É por este motivo que figura como tendo exportado café que a ilha não produz, mas que lhe vem de Santo Antão.

A ilha do Fogo e a de Santo Antão, para não falarmos das outras ilhas agricolas, exportaram respectivamente generos nos valores de 14 e de 12 contos.

As estações aduaneiras do archipelago tiveram de rendimentos em 1912 e 1913 o que se descreve:

	1912	1913
Direitos de importação.....	180 contos	214 contos
» » exportação.....	10 »	14 »
» » carvão.....	84 »	72 »
Imposto da aguardente.....	3 »	2 »
» » tonelagem.....	5 »	4 »
» » sêlo.....	7 »	7 »
Emolumentos sanitarios.....	3 »	4 »
Outros rendimentos.....	1 »	2 »
Total.....	293 »	319 »

No ano anterior foi de 289 contos o mesmo rendimento, o que mostra um acrescimo de 4 contos em 1912 e de 30 contos em 1913 provenientes dos direitos aduaneiros.

Semelhantermente ao que fizemos para 1909, não deixa de ter importancia examinarmos quaes foram os principaes productos que os caboverdeanos importaram e os que em troca exportaram no referido ano de 1912, excluindo-se o carvão.

PRINCIPAL IMPORTAÇÃO		PRINCIPAL EXPORTAÇÃO	
MERCADORIAS	VALORES (CONTOS)	MERCADORIAS	VALORES (CONTOS)
Tecidos :			
D'algodão cru e branqueado	76	Café.....	47
" lindo ou estamp.	171	Sementes de purgueira	76
De outras qualidades	36	Animaes vivos.....	7
Milho.....	57	Couros de boi.....	7
Farinha, batatas, cebolas, bolacha e bacalhau.....	114	Pelles de cabra.....	7
Arroz.....	82	Milho.....	7
Outros generos alimenticios	43	Aguardente.....	3
Vinho comum.....	43	Fructas verdes.....	2
Vinho licoroso.....	3	Peixe secco.....	6
Outras bebidas.....	7		
Assucar.....	46		
Tabaco.....	42		
Metaes.....	34		
Embarcações.....	25		
Azeite.....	18		
Sabão.....	17		
Petroleo.....	13		
Calçado.....	11		
Productos ceramicos.....	11		
Chapens.....	6		
Legumes.....	13		
Machinas agricolas.....	7		
Animaes vivos.....	3		

Em 1913 a importação geral foi de 2.150 contos e a exportação 354 contos, de que as principaes mercadorias foram as do quadro seguinte :

PRINCIPAL IMPORTAÇÃO		PRINCIPAL EXPORTAÇÃO	
MERCADORIAS	VALORES (CONTOS)	MERCADORIAS	VALORES (CONTOS)
Tecidos diversos.	292	Café.....	139
Milho.....	108	Sementes de purgueira.....	121
Generos alimenticios.	181	Animaes vivos.	7
Arroz.	72	Couros e pelles.....	11
Favinhas.	112	Milho.....	8
Assucar.....	43	Aguardente.....	3
Tabaco.....	47	Sal.....	3
Vinhos e cervejas.....	89	Peixe secco e salgado.....	2
Ferro em bruto e em obra.....	34		

Deduzindo da importação geral o valor de 939 contos, que representa o carvão importado pelos depositos de S. Vicente, teremos a verba de 1.211 contos valor das mercadorias importadas para consumo do archipelago e cujas rubricas constam do quadro anterior, na sua maioria.

A diminuição no valor do carvão relativamente ao ano de 1912 deve attribuir-se principalmente a que os vapores vindo do sul só tomam em S. Vicente o combustivel necessario para chegarem a Las Palmas, onde por outro lado os vapores vindos do norte se abastecem, por ali encontrarem o carvão mais barato.

Actualmente os paquetes da *Royal Mail* só tocam no Porto Grande para seus postaes e os da *Pacific Steam* raras vezes tomam ali carvão. Pode dizer-se que os vapores que da America do Norte se dirigem para a Australia, Japão e China, são os unicos que recebem em S. Vicente as maiores quantidades de carvão. Os paquetes alemães, italianos e francezes, estes sobretudo, tem deixado de tocar em S. Vicente para irem tomar carvão a Dakar e ás Canarias.

Se a concessão recentemente feita á casa Blandy, da illa da Madeira, para o estabelecimento de um grande deposito de carvão, junto ao Morro de Fortim d'El-Rei com uma ponte acostavel para vapores não trazer nova vida ao serviço carvoeiro em S. Vicente, o decresci-

mento do seu porto, mais se acentuará se outras medidas não forem tomadas pelo governo.

O rendimento das duas alfândegas, S. Vicente e Praia, com as respectivas delegações aduaneiras, elevou-se em 1913 a 320 contos, ou sejam mais 27 contos do que no ano anterior. Os direitos do carvão foram de 71 contos.

Do que temos visto, pelos precedentes quadros, nota-se, com magua, quanto é exígua a produção d'esta interessante provincia, cujo estado de inercia é preciso excitar por meio de sensatas medidas de fomento e por uma instrução profissional e agricola, adaptada ás condições do archipelago.

Para isso é urgente começar pelo principio, digamos assim, isto é, pelo levantamento das cartas geograficas das diversas ilhas, como por diferentes veses e iniciativa nossa, tem sido proposto superiormente. Depois d'isto devem estudar-se por peritos competentes as condições hidrologicas das ilhas, como complemento do reconhecimento feito em 1912 pelo Sr. Immanuel Friedlaender e que, apesar de incompleto, muita luz veio lançar sobre a questão dos mananciaes d'agua em Cabo Verde e que é urgentissimo aproveitar d'esde já, para occorrer ás crises agricolas, repetidas e perigosas.

O melhoramento dos processos culturaes, pelo exemplo dado nas plantações modelo, que ha a pôr em pratica pelo Estado e tudo o mais que em outro lugar referimos, deve, com certesa, faser com que as produções e recursos do archipelago, venham traser-lhe o equilibrio á sua balança comercial, inteiramente depauperada.

A pesca, de que tantos recursos a provincia pode tirar, em anos de crise agricola, é outra industria que largos lucros pode dar, empregando grande numero de braços e alimentando as classes pobres, principalmente nas epochas em que as estiagens prolongadas tantas victimas humanas faserem.

Não insistimos sobre este ponto por já acima ter sido discutido.

Tratando de um archipelago, nada mais natural do que ver qual tenha sido a influencia que no movimento comercial exerce a navegação, não só a de longo curso como a de pequena cabotagem, porque, sobre as forças

economicas da provincia, o movimento maritimo representa um importante papel.

A navegação mercante que frequenta os portos de Cabo Verde é quasi toda de vapor. Os navios de vela são em geral os de pequena cabotagem, mas em todo o caso o seu numero regula por um quinto do numero dos navios de vapor; quanto a tonelagem dos navios veleiros ella é 100 vezes menor do que a dos de vapor.

Em 1908 o numero de navios entrados nos portos do archipelago foi de 1.963 com a capacidade geral de 5.538,456 toneladas, de que a quasi totalidade pertence ao porto Grande de S. Vicente, facto que se repete sempre como vamos ver, applicando-o ao ano de 1912 em que o movimento maritimo por entradas e sahidas de navios foi o seguinte.

Numero de navios entrados 3.698 com a capacidade de 6.553,989 toneladas, tripulados por 104.892 individuos e conduzindo 130.801 passageiros em transito e 11.537 que desembarcaram. Esses navios descarregaram 309.243,813 toneladas de mercadorias.

O numero de navios sahidos foi de 3.673 com a arqueação de 6.543.753 toneladas e tripulados por 104.681 individuos, conduzindo 130.801 passageiros em transito e tendo embarcado n'esses navios 11.298 passageiros. As mercadorias embarcadas foram de 13.408,673 toneladas. Ao porto Grande de S. Vicente couberam 1.696 navios entrados com a capacidade de 6.136.784 toneladas; o que dá para todos os outros portos do archipelago 2.002 navios com 417.205 toneladas, ficando assim demonstrada a hegemonia do porto de S. Vicente em relação ao movimento maritimo caboverdeano. Effectivamente é isso devido á importancia da posição geographica da ilha de S. Vicente e da sua estação carvoeira. Nas demais ilhas o movimento de navios é principalmente devido á cabotagem.

O movimento geral dos portos em 1913 por entradas foi de 3.822 navios com a arqueação de 5.747.334 toneladas, tripulados por 97.141 individuos, conduzindo 70.141 passageiros em transito e 13.166 que desembarcaram. As mercadorias desembarcadas foram de 414,289,803 toneladas no valorde 2.600 contos. As sahidas foram de 3.809 navios de tonelagem total 5.730.573,

tripulados por 97.019 indivíduos e onde embarcaram 15.218 passageiros e 19.160,433 toneladas de mercadorias do valor de 860 contos.

Para ainda confirmar-mos a importância do porto Grande, basta dizer que o numero de navios entrados foi 1.433 com a arqueação total 5.169.446 toneladas, levando para o porto 386.354,800 toneladas, de mercadorias valendo 1212 contos.

O porto de S. Vicente, apreciado pela tonelagem annual dos navios que o frequentam, é igual senão superior ao de Lisboa, seguindo-se-lhe o do Funchal, Lourenço Marques, Ponta Delgada e Leixões, que são sem duvida alguma os principais portos portuguezes em movimento marítimo.

A provincia de Cabo Verde, apesar de se manter sem deficit tem uma vida arrastada, quando é certo que as medidas de fomento e maior iniciativa dos agricultores, poderiam dar-lhe um bem estar analogo ao das Canárias, cuja navegação cresce em uma progressão superior á de Cabo Verde, ilhas que podem produzir não só os generos que se dão nas Canárias, mas outros, como o café que ali se não dá.

A receita que em Cabo Verde se retira do carvão, embora se não procure incitar a concorrência de navios a vapor, é a mais importante das diversas rubricas do quadro dos rendimentos provinciaes. Se ella desaparecesse por qualquer circumstancia, mantendo-se as demais receitas, a provincia teria um deficit importante para a sua administração.

O quadro seguinte dá ideia das receitas e despesas effectuadas no quinquennio economico indicado.

RECEITA EM CONTOS	ANNOS					
	1908-09	1909-10	1910-11	1911-12	1912-13	1913-14
Contribuição e impostos directos.....	147	142	136	143	148	136
Impostos indirectos.....	236	249	242	270	248	264
Proprio, nacionais e diversos rendimentos.....	23	26	24	26	28	38
Rendimentos com applicação especial.....	0,4	0,4	0,3	10	8	1 * 34
Total da receita.....	406,4	417,4	402,3	449	432	474
DESPESA						
Administração Geral.....	112	109	106	133	108	143
» de Fazenda.....	63	52	53	62	71	63
» » Justiça.....	17	16	15	20	18	19
» Ecclesiastica.....	15	10	10	13	15	13
» Militar.....	119	122	109	119	113	106
» de Marinha.....	23	23	22	25	26	29
Encargos Gerais.....	19	19	18	21	22	25
Diversas Despezas.....	32	36	43	23	34	23
Exercicios findos.....	2	1	0,3	2	1	2
Despezas Extraordinarias.....	9	10	21	14	21	51
Total da despesa.....	401	398	398,3	432	429	474
Saldos.....	5,4	19,4	4	17	3	-

* Subvenção da metropole.

Se calculassemos a despesa media n'estes seis anos e vissemos as percentagens das despesas medias parcelares, encontraríamos que as despesas militares são de cerca de 28% e as da administração geral de cerca de 27% o que para o total da despesa effectuada é bastante avultado, sobretudo na parte militar, muito embora ali se incluam os serviços da saúde que, no nosso ultramar ainda estão sob o regimen militar e mal se comprehende a razão d'isso, principalmente em Cabo Verde, onde a administração tem o character civil.

GEOGRAPHIA POLITICA

Como as ilhas de Cabo Verde eram deshabitadas ao tempo da sua descoberta, foi necessario promover a sua colonisação, que se fez com casaes das tribus *balantas*, *papeis*, *bijagoz*, alguns *felupes e jalofos*. Os nossos conterraneos e os colonos idos da Guiné, onde já traficavamos, foram os progenitores dos actuaes caboverdeanos, em que se intercalaram alguns indivíduos da familia judaica, de que ainda existem representantes em todo o archipelago.

Na parte historica nos referimos á colonisação de Cabo Verde de uma forma generica e sufficientemente lucida, para nos abstermos agora de o fazermos, tanto mais que para Cabo Verde nunca houve uma corrente de emigração portugueza, e a não ser a remessa de alguns colonos e de funcionarios europeus, a dos militares, a de raros commerciantes e a dos condenados, durante muitos anos a mais importante de todas e hoje felizmente abolida, nunca se promoveu o desenvolvimento da população que se fez, como vimos, pelo elemento africano. A mistura d'esses elementos foi o traço de união das duas raças. Os brancos cruzaram-se com os africanos e de selecção em selecção se foi favorecendo o cruzamento dos menos escuros com os mais claros, até que pela successão das gerações se approximaram do typo branco. Os caboverdeanos têm, em geral, traços physionomicos regulares, nariz direito e saliente, cabellos ligeiramente crespos e o angulo facial muito aberto. Os homens são altos, as

mulheres são elegantes, bonitas e de uma significativa morbidez no olhar. De ilha para ilha observa-se grande diferença na população, proveniente, sem dúvida, da desigual mistura dos sangues, da diversidade do clima e da altitude, da influencia da civilização europeia e da occupação principal dos seus habitantes.

Com estes elementos ethnicos se formou a população das ilhas de Cabo Verde, que não podemos dizer que se tenha desenvolvido, pois em 1900 contavam-se no arquipelago 147.424 habitantes e em 1912 o recenseamento acusa 143.929 habitantes, dos quaes 66.045 são varões e 77.884 são fêmeas.

Segundo as raças, podemos contar 1.799 brancos, 51.509 pretos e 87.621 mixtos, que representam a influencia do elemento colonizador europeu sobre o africano, constituindo a grande maioria da população caboverdeana, com as características acima apontadas.

Mas em Cabo Verde notam-se grandes flutuações na população, devidas ás séccas que, trazendo a fome, trazem a morte que diminua a população em numero avultado de individuos, sobretudo nas ilhas de menores recursos agricolas e de maior pobreza; embora a essas flutuações se dê qualquer correctivo para imperfeição do recenseamento, ou, por outro lado, para o movimento de entradas ou sahidas de emigrantes caboverdeanos.

Não deve portanto admirar que em 1913 se tenha encontrado a população de facto, na occasião do recenseamento, na totalidade de 147.751 habitantes de que 67.706 são varões e 80.048 são fêmeas; mostrando em relação ao ano anterior um acrescimo de 3825 individuos, sendo 1661 do sexo masculino e 2.164 do feminino.

Para mostrar a flutuação da população caboverdeana apresentamos o seguinte mapa comparativo, desde o ano de 1900, em que os recenseamentos offerecem mais garantias.

ILHAS	1900	1905	1910	1912	1913
S. Thiago.....	64.913	52.561	56.082	56.855	59.222
Fogo.....	17.620	20.207	17.882	17.744	17.800
Brava.....	9.223	9.215	8.976	9.041	9.207
Maio.....	1.916	1.511	1.835	1.836	1.867
Santo Antão.....	29.888	30.853	33.838	33.700	33.724
S. Vicente.....	8.780	8.430	10.086	9.929	10.491
S. Nicolau.....	11.958	9.135	19.163	11.477	12.041
Sal.....	483	579	510	620	579
Boa Vista.....	2.613	2.500	2.591	2.727	2.833
Total.....	147.424	135.190	142.552	143.929	147.764

OBSERVAÇÕES.

Em 1903-004 houve uma crise de fome d'onde resultou a diminuição de população que se nota em 1905.

A população acha-se distribuída por 2 cidades, 5 vilas e 463 aldeas, com o numero total de 33.144 fogos.

A ilha mais populosa é a de S. Thiago com 59.222 habitantes; e a de menor população é a do Sal com 579 habitantes; mas a de maior densidade de população é a Brava com 164,411 habitantes por km.²; numeros referidos a 1913.

A emigração dos homens validos do archipelago traz como resultado existirem 117,9⁰⁰/₀ de fêmeas, percentagem que na ilha Brava é de 129,9.

Uma prova evidente de que ao atraso da população se deve a rotina e grande falta de iniciativa para aperfeiçoamento dos processos agricolas, consiste no grande numero de analfabetos, que se eleva a 118.645. Os que sabem ler e escrever são apenas 23.465 e os que mal sabem ler são unicamente 1819 individuos. Ha portanto em Cabo Verde 82,4⁰⁰/₀ de analfabetos, que são a desgraça do archipelago, superior á das estiaagens. E' por isso que dissemos ser necessario augmentar o numero de escolas e tornar a sua frequencia obrigatoria.

Na ilha de S. Nicolau, onde se notam algumas iniciativas, existem 8.083 individuos que sabem ler e es-

crever, para uma população de 11.477 habitantes. Sem duvida este resultado é devido á influencia do seminario que ali tem funcionado, derramando a instrução.

Não são curtas as vidas em Cabo Verde, pois se registam bastantes individuos de mais de 80 anos, sobretudo na ilha de S. Nicolau e no concelho de Santa Catarina da ilha de S. Thiago.

Nos 51.509 individuos de raça negra que habitam o archipelago, figuram os representantes das tribus da Guiné, cujos caracteres foram mais ou menos modificando-se pela ação do clima maritimo e de altitude ou montanhoso. No grupo mixto devemos distinguir os mais escuros, que são o produto remoto do cruzamento das tribus guineenses com os familiares dos antigos donatarios e diretos descendentes, e os mais claros representando o cruzamento dos anteriores com o ramo europeu.

Aos cruzamentos com o ramo europeu, á influencia dos nossos colonos, ao funcionalismo e em grande parte a ação religiosa que tanto imperou no archipelago, deve o caboverdeano o acatamento ao catholicismo, mais ou menos nominal, mas por vezes exagerado até ás praticas da superstição e do fanatismo. Acredita em feitiçeiros e em almas do outro mundo, ou espiritos maus. A isso attribue as doenças e outros acontecimentos, cuja explicação racional põe em duvida.

Os habitantes de Cabo Verde dedicam-se na sua maioria á agricultura, de que tiram recursos para a sua alimentação e para negocio ou para fabrico de artigos de uso comum: sabão, panos de algodão, tinta de anil, curtimento de pelles e barcos.

A base da alimentação do povo caboverdeano é o milho que, em anos de chuvas abundantes, chega a dar 400 sementes em algumas ilhas.

O milho, como alimento, é acompanhado por uma substancia gorda e preparado de varias maneiras:

Pilado ao de leve para lhe tirar a camada cortical e depois cosido com toucinho e carne de porco ou de vaca, fêijão branco e couve migada, constitue a *cachupa*, alimento vulgar mas que muitas vezes deixa de conter a carne.

O milho descascado, tirado o farelo e triturado, co-

sido, dá um prato superior ao arroz. Toma o nome de *xarem*.

A farinha de milho, cosinhada em vapor d'água a ferver é o *cuscú* e quando amassada com água, melão e depois frita, forma um prato agradável a que chamam *batauga*.

O grão de milho torrado, é o *parentem*; se depois é moído, feito em papas com café, ou leite fresco ou azedo, constitue a *camoca*.

A farinha de milho amassada com banana madura e formando uma especie de pão, que se assa sobre as cinzas, dá um bolo a que se chama *fongo*.

Além do milho, contam-se entre as plantas alimentares; o feijão, a mandioca, batatas, bananas, papaya, cana n'assucar, laranja e a abobora. São estes os seus principais alimentos a que devemos acrescentar o leite azedo, que comem com o feijão ou abobora cozida, peixe, carne de porco e poucas vezes a de vacca.

A mandioca é muito empregada em Santo Antão, como alimento popular. Comem a assada nas brasas ou cozida e também em *farinha de pau* á moda do Brazil. A bananeira é igualmente muito apreciada pelo poder nutritivo do seu fructo, que é outro recurso alimentar do caboverdeano. No mesmo caso estão a laranja e a papaya, que muito se empregam e são extremamente agradaveis ao paladar do povo.

Todos estes alimentos são mais ou menos acompanhados do competente copo de aguardente de fabrico local e de grande consumo.

Não se conhece entre o povo o conforto da casa. Esta é em geral construída de pedra e barro. As paredes não são caiadas, a cobertura é de colmo ou de folhas de bananeira; poucas são cobertas de telha ou de madeira e raras as que tenham vidraças nas janellas, as quaes bem como as portas estão sempre abertas durante o dia. Interiormente são isentas de divisões, de sorte que não ha recato algum; quando muito uma esteira de caniço, é divisão, usada.

E' claro que nas casas dos individuos abastados as modificações são sensiveis, embora não se chegue, senão raramente, ao conforto usual das casas europeias.

As casas e as ruas são pouco hygienicas e ha um desprezo absoluto pela sanidade publica.

O vestuario dos homens que dispõem de meios, aproxima-se do usado na metropole. Nos dias festivos chegam mesmo a apresentar-se de sobre casaca, calça branca, chapéu de feltro ou de palha, ou boret. A jaqueta traz-se de ordinario desabotoada sem colete.

O chapéu de palha é de fabrico local e a jaléca é de zuarte azul e ás vezes de pano.

Os homens e as mulheres andam ordinariamente descalços, mas calçam-se nos dias festivos para a entrada no templo ou á chegada á vila.

As mulheres vestem camisas de algodão afogadas ou abertas, com ou sem mangas ao punho. Quasi sempre são bordadas ou enfeitadas. Usam saias de chita, que substitue o pano apertado na cintura; sobre os hombros põem um chaile. Antigamente em vez do chaile era o classico pano de *tambú*, geralmente de algodão tinto em anil, de grandes barras e fundo azul escuro ás riscas brancas ou azues mais claras, a que davam o nome de *galan*. Adornam-se com brincos vulgares ou arrecadas de filigrana e colares de contas no pescoço; na cabeça põem um lenço de côr com barras, de seda azul ou amarela, com as pontas para traz, passando por baixo das outras pontas, que vêm amarrar na frente, ficando cobertas com elegancia e deixando uma parte do cabelo a descoberto.

Quando têm filhos, enquanto os criam, levam-os no *bambúdo*, isto é, ás cavaleiras sobre os rins, apertados e seguros contra o tronco por um pano de algodão tecido, a que chamam pano de *bambúru*, preso á cintura das mãos, ficando da creança apenas visivel a cabeça e os pés.

As viúvas trajam de preto ou azul ferrete em tecido de lã ou d'algodão; cobrem a cabeça com um lenço preto, que lhes tapa a testa e as orelhas, ou enlão embiocam-se n'um pano preto, que apenas lhes deixa ver os olhos. Cortam o cabelo e só ao fim de um ano de viuvez é que tiram o bioco, chamando a isto, *tirar capello*.

Alguns dias antes do designado para o casamento, começam os visinhos e amigos dos noivos a levar molhos de lenha para a casa, onde se deve festejar o acto.

Apresentam-se em ranchos, empunhando ramos e bandeiras, quasi sempre formadas de lenços de cores vivas, e cantando em honra dos nupciantes. Na vespera do casamento é que chegam os parentes e os padrinhos trazendo os seus presentes, que consistem em cabras, porcos, galinhas, mandioca, milho, fructos, leite e aguardente é claro. Passam a noite bebendo, comendo, cantando e dançando, sempre com grande animação. Na manhã do dia do recebimento, enfeitam as janelas e portas da casa com ramos de crua saccharina, de café e de laranja, entremeados com bandeiras formadas de lenços de cores brilhantes, para animar o tom verde da rainaria.

No quarto nupcial arma-se o leito, enfeitando-o com cortinados de cobertas, ou de lenções e engrinaldado de festões e arcos com flores, d'onde pendem bonecos, frutas, bolos de milho, ovos, um vidro de leite, mel e aguardente. Ao leito assim enfeitado dão o nome de *lotdo*.

A noiva, trajando como dissemos e tem sido vestida por determinadas mulheres peritas no assunto, é ornada com objectos de ouro, que as amigas emprestam com muito prazer e assim é conduzida para a igreja.

O banquete tem logar á noite com grande folia.

Debaixo do travesseiro dos noivos, metteu fitas vermelhas e azues e alguns allinetes. Se a virgindade da noiva está illeza, o que é certo, mas que a moralidade publica exige que se saiba, o noivo para o annunciar, era costume disparar, pela calada da noite, alguns tiros de espingarda.

Sendo assim, no dia seguinte, a madrinha, tirando debaixo do travesseiro as fitas e os allinetes, faz diversos laços, para distribuir pelas amigas da noiva, pondo-lhos ao peito, com grande contentamento d'estas, por que é signal de que em breve vão ter a consagração do tiro de espingarda, dado pelo seu futuro esposo.

O cortejo, em marcha para a igreja, é acompanhado de tocadores de viola e rebeca enfeitadas com laços de fitas de cores.

O casamento, o baptisado e outras festas, são pretextos para folguedos e danças. Poucos povos haverá tão amigos d'estas folias, como os de Cabo Verde.

Os bailes são festas comuns todas as ilhas.

A orchestra é composta de rebeca e viola, acompanhadas do bater forte do compasso com o pé no chão.

A porta estreita da habitação em que o baile tem lugar, acumula-se o povo, quando não pode já invadir a sala, e então entõa phrases e bate palmas, em homenagem a este ou aquele par dançante com que mais sympathisa.

E' o que se chama um *batuque*, nome por que as danças com musica indigena são conhecidas na costa da Africa portugüesa.

Para o *batuque*, diz Paula e Brito, nos seus apontamentos para a gramatica do creoulo de S. Thiago, reune-se um grupo de individuos de ambos os sexos, quer de pé, quer sentados, dispostos em circulo, no centro do qual está o tocador de viola. Os circumstantes, batendo palmas, ou batendo nas pernas os compassos de musica cantam: olé lé, lé, lé, etc. Apoz o que o cantador ergue mais alto a voz e os demais calam-se, mas finda a cantiga, repete-se em coro o que o trovador cantou e assim vae decorrendo o *batuque*, revesando-se os cantadores.

Estes *batuques*, quando a aguardente nativa vae fazendo os seus effeitos, descabem no berreiro infernal. Por vezes entõo o cantador salta para o meio dos circumstantes, o tocador retira-se para o lado e começa a dança do *torno*, que consiste em dar movimentos lascivos ao corpo com velocidade crescente.

Os cantares nos *batuques* são semelhantes as modinhas portugüesas, o seu merecimento depende da habilidade de trovador e até da sua popularidade: mas ha versos que são mais vulgares e por isso cantados em todos os *batuques*. Alguns são como proverbios, por exemplo:

Têpu nona arnégu pinha
Têpu pinha árnegu nona
olé, lé, etc.

Quer dizer:

No tempo da nona não se faz caso da pinha
No tempo da pinha não se faz caso da nona
olé, etc,

Faltando o pretexto de um baptisado a valer para haver festa, faz-se o baptisado da boneca, em que figuram muitas creanças, mas em que os adultos tem o principal papel.

O baptisado da boneca é um arremedo do verdadeiro baptisado. Para esta festa não faltam os amigos que de longe trazem a alegria, concorrendo ao jantar, seguido de prolongado baile.

As danças prediletas do povo são a *coladeira*, a *taca* e o *landum*. A primeira é licenciosa na forma e um tanto libertina na intercepção. A *taca* é uma dança sapateada differindo n'isso do *landum*.

As som da musica apropriada, os pares commecam a mover-se n'um balanceamento languido e morno no commeco, mas que vae agitando-se com ardor crescente. Todo o corpo se move, acompanhando os movimentos das pernas. Tal é o tom geral das danças, que só na coladeira tem movimentos de corpo verdadeiramente licenciosos e por isso não é usado em todas as casas.

Nas classes mais civilizadas dançam-se as *mornas* que são características e originaes de Cabo Verde e que estão sendo imitadas agora na Europa, juntamente com o *tango argentino* tambem em moda.

As *mornas* são por vezes cantadas. A letra d'esta musica é sempre inspirada em certos acontecimentos publicos ou de carater particular. Como as nossas canções ou *modas*, resistem aos tempos, estando sempre em voga as que mais agradaram, outras, porem, que não lograram impressionar a imaginação popular, desaparecem em pouco tempo.

A *morna* é typica e simples, traduz um mixto de sentimentalismo e morbidez. Os passos d'estas danças são faceis e graciosos, não tendo os exageros coreograficos que na Europa lhe tem querido introduzir.

Os caboverdeanos são pacificos, um tanto indolentes, amigos de folguedos como vinhos. Julgam-se cathollicos por serem baptisados e írem ás festas d'egreja, mas não passam de idolatras, com seus visus de feitiçaria, acreditando por isso em feitiçeiros e tendo superstições varias.

Para elles toda a molestia resulta de *maus olhados* de quebranto ou feitiço, a que denominam *rabádo* ou

fétamol. Além de destruírem a sua ação recorrem aos benzedores e curandeiros.

Depois do parto, por exemplo é costume guardar o recém-nascido para não ser devorado pelos feiticeiros. Chamam a isso, em circulo, *gardá feiticeira*. Durante a noite que já se vê, é tambem de festa, todos ficam de vigilla á creancinha por causa dos feiticeiros, que são avidos dos recém-nascidos. Os homens amam-se de paus, espadas e outras armas, para acometerem o feiticeiro. Se durante a velada sentem qualquer ruido, tratam logo de: *sconjurá feiticeiro pa cá bén comé minino*.

Para mostrarmos o grau de superstição, basta dizer que na ilha do Fogo, toda a doença que não ceda á força medicatriz da natureza, ou ás panacéas indigenas, provém de *malifícios, feitiçaria ou mau olhado*.

A fértil imaginação dos curandeiros não vae além da seguinte classificação nosologica: *doenças do fogo, flato, hemorroidas e catharros*. Para curarem as primeiras usam a sangria na occasião de preamear, porque vindo a vasante o sangue corre com facilidade, depois tomam semicupios de agua fria e o mal está debelado.

No caso da doença ser capitulada de *flato*, é preciso comer mandioca, temperada com manteiga de vacca, ovos passados por agua e frangão cozido.

O hemorroidal é tratado com semicupios de agua morna em que deitam malva e fedegoso. O catharro cura-se com purgantes de batata indigena (jalapa) e sênne.

Não nos devemos admirar de que os indigenas de Cabo Verde constituissem uma terapeutica sua, porque isso resultou da necessidade que tinham de combaterem os seus males, isolados como estavam de profissionais, que soubessem a arte de curar.

Não obstante essa terapeutica e apesar da longevidade dos habitantes, por vezes notavel, em algumas ilhas de Cabo Verde, é certo que lá se morre como em toda a parte e não é menos curiosa, de que a do casamento. a cerimonia de enterro.

N'ella se reflectem costumes do nosso povo. o que não admira.

Quando morre algum individuo, é costume antigo irem os amigos, parentes e vizinhos para casa do morto como carpideiras, fazendo o que chamam *guisa*.

Imaginem-se 20 ou 30 pessoas encorporando-se no prestito fanebre e acompanhando dois homens, transportando aos hombros um cadaver amarrado a dois toscos paus, levando em frente o grupo das carpideiras gritando fortemente e fazendo trejeitos varios. Atraz do corpo seguem os homens, taciturnos e caídos.

Pelo estondear da *guisa* se pode apreciar o grau de riqueza do morto ou da sua familia, que fica em carpites durante oito ou mais dias. É este o tempo do nojo a que chamam *esteira*. O cadaver é depositado em uma sala, onde todos os parentes e amigos do morto o rodeiam, gritando e girando-lhe em volta, ao mesmo tempo que lhe elogiam as qualidades e lhe mandam saudades.

Enquanto dura a *esteira*, choram as horas determinadas, comem e bebem grandemente, em harmonia com as posses da familia e sua categoria.

Os dialéctos dos negros da Guiné, os vocabulos estropeados da lingua portuguesa e mesmo da francesa e da inglesa, constituem a linguagem chamada o *creoulo* de Cabo Verde.

Esta linguagem modifica-se de ilha, para ilha, mas é principalmente nos dois grupos insulares, barlavento e sotavento, que a divergencia mais se faz notar, embora haja muitissimos pontos de contacto.

Uma das characteristics d'essa divergencia consiste nos termos *nhô* e *bocê*, o primeiro dos quaes nas ilhas de sotavento e o segundo nas de barlavento, traduzem todos os tratamentos superiores ao da segunda pessoa do singular que, em ambos os grupos, se exprime por *bô*. Mas a forma de tratamento *bocê* não indica apenas a formula cerimoniosa, significa tambem em algumas das ilhas o pronome possessivo da terceira pessoa do singular, o que por varias vezes tem sido interpretado pelos que não conhecem bem o crioulo, nem esta particularidade, por uma forma offensiva, como na frase *bocê burro*, *bocê cavallo*, isto é, o seu burro, o seu cavallo.

O *creoulo* pronuncia-se velozmente com terminações guturaes e os *Nhôs* (homens) e as *Nhânhas* ou *Nharas* (senhoras) falam o sempre entre si, mesmo que saibam o portuguez puro, *limpo*, como lá dizem. São sobretudo as senhoras que mais falam o *creoulo*.

Segundo refere Lopes de Lima, para se falar o

creoulo, suprimem-se os *rr* finais ao infinito dos verbos precedido dos pronomes *a mim* (eu), ou *bo* (tu ou vós), ou *ere* (elle) e dos signaes *ta* para indicar o presente e *jam* para o preterito. Por exemplo:

Eu chamo==*A mim ta chemá.*
 Eu posso==*A mim ta podè*
 Tu cantaste==*A bo jam cantá.*
 Eu não quero==*A mim ca querè.*

Cá, significa, não
Flá, » diser
Papiá » falar
Cheo » muito

Assim, podemos formar a frase:

Nhò ta flá de mantenhas cheo pra Nhánha = O Senhor manda muitos cumprimentos á Senhora; pois que *Flá de mantenhas* significa mandar cumprimentos.

Com estes exemplos não pretendemos mais do que dar um palido reflexo do que, n'esta parte, seja a dialectologia portugueza colonial, cujo estudo se pode fazer sobre os trabalhos dos illustres philologos Srs. Adolfo Coelho, Leite de Vasconcellos, Hugo Schuchardt e outros que pelos seus escritos têm contribuido para o melhor conhecimento dos creoulos portuguezes.

Administração --- Desde 1892 que a provincia de Cabo Verde se rege por um diploma especial, distincto do decreto organico das provincias ultramaridas de 1 de dezembro de 1869, com que Rebello da Silva dotou a nossa administração colonial, o que ainda consideramos um diploma completo e de subida honra para aquelle notavel estadista colonial.

Os preceitos do decreto de 1892 resumem-se de um modo geral como passamos a indicar, uma vez que as novas «Leis Organicas das Provincias Ultramarinas,» aprovadas pelo congresso, em 1914, ainda não estão em execução, por as provincias não terem elaborado os respectivos regulamentos essenciaes para poderem entrar em pleno vigor.

O archipelago de Cabo Verde constitue uma provin-

cia ultramarina, com um só distrito administrativo. A sua gerencia é confiada a uma autoridade superior, que toma o nome de governador de provincia, com honras de general de divisão.

Divide-se administrativamente em sete concellos de primeira classe e em dois de segunda. Os concellos dividem-se em parochias.

A divisão por concelhos e freguesias consta do seguinte quadro:

Divisão administrativa

	Elas	Sedes	Freguezias
Concelhos de 1.ª classe	Santo Antão	V.ª Maria Pia	N.ª S.ª do Rosario. Crucifixo. S. Pedro Apostolo. St.º Antonio das Pombas. S. João Baptista.
	S. Vicente	Mindelto	N.ª S.ª do Rosario.
	S. Nicolau	Ribeira Brava	N.ª S.ª do Rosario. N.ª S.ª da Lapa.
	S. Thiago (parte sul e Maio) — Concelho da Praia	Praia	N.ª S.ª da Luz. N.ª S.ª da Graça. S. Nicolau Tolentino. S. Thiago Maior. S. Lourenço dos Orgãos. S. Salvador do Mundo. S. João Baptista. Santissimo Nome de Jesus N.ª S.ª da Luz (Ilha do Maio).
	S. Thiago (parte norte) — Conc. de St.ª Cath.ª	Mangue do Tarrafal	St.ª Catharina. S. Miguel. St.º Amaro Abbade.
	Fogo	S. Filippe	N.ª S.ª da Conceição. S. Lourenço. N.ª S.ª da Ajuda. St.ª Catharina.
	Brava	Povoação	S. João Baptista. N.ª S.ª do Monte.
Concelhos de 2.ª classe	Sal	St.ª Maria	N.ª S.ª das Dões.
	Boa Vista	Sal-Rei	St.ª Izabel. S. João Baptista.

Em cada um dos concelhos, quem em geral toma o nome da ilha a que pertence, ha um administrador effectivo e outro substituto os quaes são nomeados, em portaria pelo governador, a quem ficam immediatamente subordinados. Nos concelhos funcionam camaras municipaes de cinco vereadores para os de primeira classe e de tres para os de segunda, que pelos seus presidentes se correspondem com o governador, por intermedio do administrador de concelho.

Nas freguezias constituem-se juntas de parochia, compostas de cinco vogaes, quando a freguezia tiver mais de 1.000 habitantes, e de tres nas de menor numero de habitantes. O parochia é o presidente da junta, os outros vogaes são de eleição.

As eleições, tanto para vereadores municipaes como para vogaes da junta parochial, são feitas no ultimo ano do triennio do exercicio e têm lugar no mez de novembro.

Em cada parochia ha um regedor nomeado pelo governador, sob proposta do administrador do concelho.

Junto do governador ha um conselho de governo e um conselho de provincia. Do primeiro fazem parte o governador, presidente; o bispo da diocése ou na sua ausencia a autoridade superior eclesiastica da capital; o secretario geral do governo; o juiz de direito da comarca de sotavento; o chefe do serviço de saúde; o delegado do ministerio publico; o inspector de fazenda e o official do exercito da maior patente em serviço na Praia; o director das obras publicas; o presidente da camara municipal e dois dos quarenta maiores contribuintes do concelho da Praia.

Do conselho de provincia é presidente o secretario geral, e vogaes, dois representantes, escolhidos em lista triplíce, sendo um pela camara da Praia e outro pela camara de S. Vicente. Serve de ministerio publico o delegado da comarca de sotavento e de secretario, sem voto, um empregado da secretaria do governo.

Fazenda — Para a execução do serviço de fazenda existe uma repartição superior de fazenda, cuja direção compete a um inspector de 2.^a classe dependente da Direção Geral de Fazenda das Colónias, que funciona no

Ministerio das Colonias, onde estão, centralizados os respectivos serviços.

A repartição superior de fazenda provincial incumbem a fiscalização das despesas e a distribuição, lançamento e cobrança das receitas, organisando e documentando as contas geraes da provincia, para subirem á revisão da direcção geral e apreciação do Conselho Superior da A. F. do Estado em conformidade com o decreto de 14 de setembro de 1900 e respectivo regulamento de 3 de outubro de 1901, por onde se rege o serviço de fazenda do ultramar.

A repartição superior de fazenda de Cabo Verde tem a sua sede na cidade da Praia e n'ella existe anexo o cofre central, de que são clavicularios, o governador da provincia, o inspector de fazenda e o thesoureiro geral. Esta disposição regulamentar, é comum a todas as repartições de fazenda das colonias.

Justiça — Para os effeitos da administração da justiça estava a provincia dividida em duas comarcas, correspondentes aos dois grupos insulares, barlavento e sotavento, mas o desenvolvimento da população da cidade de Mindello obrigou o legislador, por decreto de 4 de junho de 1901, a dividir a comarca de barlavento em duas; uma a de St.^o Antão com a sede em Maria Pia, abrangendo toda a ilha e a outra tendo por sede o Mindello e comprehendendo a ilha de S. Vicente e as de S. Nicolau, Boa Vista e Sal.

A comarca de sotavento subsiste, com a sede na cidade da Praia e jurisdição sobre S. Thiago e as demais ilhas de sotavento.

Os tribunais de 1.^a instancia de Cabo Verde, são subordinados á Relação de Lisboa para onde recorrem.

Divisão eclesiastica — A instituição do bispado de Cabo Verde vem de longa data, como se deve ter visto na parte historica, é por isso ainda hoje uma diocese da provincia eclesiastica Lisbonense. A sede do bispado é na villa da Ribeira Brava, na ilha de S. Nicolau, onde existe o seminario.

Exercito — Os serviços militares, comquanto careçam de uma immediata e completa revisão, ainda obedecem á lei de 1895, em virtude da qual o governador, como comandante superior de todas forças militares da

provincia, reúne as atribuições e a competência dos generaes, comandantes das divisões militares territoriaes do exercito da metropole e tem junto de si um quartel general, com a seguinte composição: Chefe do estado Maior; secretaria militar; conselho de guerra permanente; chefe do serviço de saúde, e, actualmente, pela lei de 10 de julho de 1912, deve entender-se que lhe está adjunto o chefe do serviço da marinha colonial.

A secretaria militar tem duas repartições e um archivo geral. A 1.ª repartição divide-se em duas secções; a 1.ª das quaes trata de tudo que respeita ao pessoal da guarnição, assumptos de justiça, requisições de material de guerra, ordem á força armada, e escripturação dos registos e correspondencia. A 2.ª secção trata de tudo que interesse ás operações militares, levantamento de plantas, reconhecimentos e estatística. Não ha, porém, pessoal privativo para cada uma das secções. A 2.ª repartição trata da contabilidade, administração da fazenda militar e respectiva escripturação.

A guarnição militar da provincia, em conformidade com o decreto de 14 de novembro de 1901, compõe-se de 1 companhia indigena de artilheria de guarnição; 1 companhia europea de infantaria; 1 corpo de policia militar; 1 banda de musica formada por indigenas.

A artilheria, comandada por officiaes e sargentos europeos, tem um effectivo minimo de 65 praças, de que fazem parte 1 capitão comandante, 2 subalternos, 1 primeiro sargento 2 segundos, todos da arma de artilheria.

O effectivo minimo da companhia de infantaria é de 82 praças, das quaes 4 são sargentos e 3 officiaes.

O corpo de policia, destinado á guarnição da cidade da Praia, tem o effectivo minimo de 77 praças; é commandado por 1 capitão de infantaria ou do quadro do ultramar, havendo dois subalternos e 4 sargentos. Na cidade de Mindello o corpo de policia civil tem 1 commissario, que é o administrador de concelho, 1 comandante do corpo 1 escrivão e 58 praças.

O total da guarnição de Cabo Verde, no seu effectivo minimo é pois de 282 praças.

Alem da policia civica organisou-se, em obediencia ao determinado pelo decreto de 6 de agosto de 1904, a policia rural da ilha de S. Thiago, que se compõe de

um pelotão de policia a cavallo com 1 comandante e 34 praças de pret, distribuidas pelas circumscrições de policia rural em que a ilha se dividiu.

Obras publicas — O quadro do serviço das obras publicas compõe-se de um engenheiro director, dois conductores de 1.^a classe e tres de 2.^a aos quaes compete o desempenho dos serviços respectivos, taes como os de estradas, pontes, construções civis do Estado, drenagem e dissecação de pantanos, abastecimento d'aguas, hydraulica, construção de faroes e de caes d'embarque e desembarque, etc.

Por decreto de 23 de outubro de 1913 tomaram-se algumas providencias, tendentes a melhorar a agricultura e a pecuaria no archipelago, para o que se mandou proceder ao estado dos terrenos baldios, determinando-se-lhes as applicações, vedando-os com redes ou arame farpado, ou por meio de plantas do genero agave ou Furcraia, sobretudo quando pertençam ao Estado, medida util pelos resultados industriaes, que se podem retirar da fibra dessas plantas.

Os terrenos do Estado são reservados para viveiros de plantas, prados e para a arboricultura.

Mais uma vez resurge, por este diploma, a *Junta de Melhoramentos da Agricultura*, com séde na Praia e delegação nos concelhos do archipelago, tendo por fim promover, por todos os meios, o desenvolvimento da agricultura e da arborisação. Esta junta está em intima ligação com a repartição existente de Agricultura e Arborisação.

Oxalá esta junta, como as suas antigas predecessoras, possa seguir desassombradamente na sua missão, que bem necessaria é.

A Repartição de Agricultura e Arborisação, para a promoção e effectivação dos serviços inherentes, é dirigida por um engenheiro silvicultor ou engenheiro agronomo e tem dois agricultorês diplomados, um preparador e o respectivo pessoal d'escrituração. Para os serviços pecuarios ha um veterinario e o pessoal necessario.

Afandegas — Com o prurido de reformas, que tanto caracteriza a administração portuguesa, foi posto de parte o decreto de 28 de junho de 1902 e reorganizado o serviço aduaneiro da provincia de Cabo Verde por de-

creto de 28 de junho de 1909, que manteve o circulo aduaneiro da provincia, comprehendendo as alfandegas do Mindello e da Praia e as delegações da Ponta do Sol, Preguiça, St.^a Maria e Sal-Rei pertencentes á alfandega do Mindello, e as de Tarrafal (Mangue), Porto Inglez, S. Filipe, Furna, pertencentes á alfandega da Praia e os postos de despacho do Paúl, Ribeira da Barca, Pedra Badejo e Fajal d'Agua.

Instrução Publica — Alem das escolas primarias espalhadas pelas diversas povoações do archipelago, existe na ilha de S. Nicolau o seminario, que se trata de converter em um lyceu ou melhor será n'uma escola d'artes e officios.

O nosso presado amigo Dx. Moreira Junior, quando tão notavelmente gerio a pasta da Marinha e Ultramar, creou, pelo decreto de 18 de janeiro de 1906, o ensino profissional nas nossas colonias, dispondo para as ilhas de Cabo Verde as escolas de aprendizagem destinadas a habilitar, praticamente, profissionais da arte maritima e da pesca; operarios carpinteiros, pedreiros, canteiros, serralheiros, ferreiros, calafates, fundidores, etc. e ainda officiaes de sapateiro, alfaiate, etc.

O inspector das escolas é o secretario geral do governo, que tem 60 dias por ano para inspecionar as escolas do archipelago.

Em cada freguesia das ilhas existe de ordinario uma escola primaria, para um ou ambos os sexos.

Das escolas praticas de aprendizagem, a que nos acabamos de referir, é director o das obras publicas e da escola de pilotagem é como vimos o delegado maritimo ou o capitão dos portos, quando funciona em S. Vicente.

Para o ensino profissional de operarios de construção ha 2 mestres para um quadro de 16 aprendizes, sendo 8 de cada especialidade.

Para o ensino de artifices seralheiros ferreiros, existe 1 mestre e 6 aprendizes.

A primeira escola que funcionou foi a elementar de pilotagem, regida pelo official da armada, exercendo as funções de delegado maritimo na Praia. Este ensino está hoje na capitania dos portos na cidade do Mindello. O professor de pilotagem deve tambem reger um curso pratico sobre pesca e salga ou seccagem de peixe.

Serviços marítimos — Os serviços de marinha estão a cargo da capitania dos portos de Cabo Verde e regem-se pelo decreto de 24 de novembro de 1905 com as modificações da lei de 10 de julho de 1912. O capitão dos portos é o chefe dos serviços de marinha do archipelago, tendo na Praia um official de marinha como seu immediato delegado, visto que a séde da capitania é em Mindello. Em todos os portos principaes das ilhas ha os patrões môres e nos outros simples cabos de mar, que são os representantes da autoridade maritima.

Da capitania dos portos de Cabo Verde dependem: os navios da marinha colonial, desde que os haja, os observatorios meteorologicos, os faroes, as pescas, os semaforos, os levantamentos hydrograficos e as officinas navacs.

Serviço de saude — Para execução dos serviços de saude e hygiene das povoações, existe a administração de saude e o corpo medico, dirigido por o chefe de serviço de saude tenente coronel medico, e mais um major medico sub-chefe, que destaca para a Guiné, 8 capitães medicos e 5 tenentes. Além disto ha a companhia de saude, comandada por um capitão, tendo por subalerno 1 alferes com 16 praças.

Ha dois hospitaes civis e militares: um na Praia e outro no Mindello, com os respectivos laboratorios.

Em 1911, como satisfação á justa ambição dos coloniaes portuguezes, tantas vezes enunciada, desde o Congresso Colonial Nacional, até ao patriótico estudo dos *Problemas Coloniaes*, pela Sociedade de Geografia de Lisboa, aprovou o Congresso as propostas do sr. Lisboa de Lima, para as novas leis organicas da administração civil e financeira das colonias portuguezas, que, pelos dois diplomas, ficam constituindo organismos administrativos e financeiros autonomos, sob a superintendencia e fiscalisação dos poderes da metropole, em conformidade com as bases annexas ás duas leis reguladoras de taes serviços.

Cada Colonia, no prazo de um ano, enviará ao governo da metropole a carta organica, elaborada segundo as bases da respectiva lei, para ser publicada, ouvido o conselho colonial.

Felizmente a nova lei não alterou a divisão provincial do territorio ultramarino; mantem para Cabo Verde

a categoria de governador de provincia, com as honras de general comandante de divisão e de vice-almirante comandante em chefe. É o representante da soberania nacional e o chefe do Poder executivo e tem as attribuições que a lei lhe marca, com audiencia do Conselho do Governo de que é presidente. Este conselho tem, além de competencia consultiva, funções deliberativas, segundo os casos, sobre a administração da colonia.

Em relação a Cabo Verde, a divisão territorial não tem de ser modificada, dado o grau de relativa civilização dos naturaes, devendo portanto conservar-se a divisão por concelhos, os quaes podem repartir-se em bairros, freguesias ou localidades organisadas administrativamente.

Continua a haver as camaras, as comissões municipais e juntas locais, que podem ser de eleição ou nomeação.

O governador não pode, nem mesmo com o voto do conselho do governo, alterar as leis organicas da colonia, nem estatuir contra os direitos civis e politicos dos cidadãos; modificar os limites da colonia, alienar a propriedade ou o uso de alguma parte do seu territorio em favor do estrangeiro, declarar a guerra ou concluir a paz; fazer concessões com direitos de soberania; modificar, protelar ou desatender as decisões dos tribunales civis, militares, e administrativos; alterar a organização do Poder judicial; suspender juizes de exercicio ou de vencimento; perdoar, minorar ou comutar penas e conceder amnistias, excepto aos indigenas segundo o respectivos codigos.

Todos os demais actos de governo, com audiencia ou deliberação do conselho de governo, o governador pode promulgar, tendo por isso uma larga força autonómica para desassombradamente gerir a colonia. Oxalá, para taes cargos se escolham as verdadeiras competencias e que nas colonias se encontrem também competencias para formarem os conselhos de governo. São esses os nossos melhores desejos e esperanças.

BIBLIOGRAPHIA

Nomes ou titulos de algumas obras consagradas especialmente ás ilhas de Cabo Verde ou em que haja largas referencias a este archipelago.

—Primo volume delle navigationi et viaggi Racolto gia da Gio. Battista Ramusio, etc. Venetia, 1550.

—Memoires pour servir a l'histoire des Indes Orientales, contenant une description des illes du Cap Vert par un membre de la Compagnie des Indes. Paris, 1702.

—P. Ant.º Cordeiro, Historia insulana das ilhas a Portugal sujeitas no oceano Occidental. In-fol. Lisboa, 1717.

—A Voyage to and from the Island of Borneo, ... also a description of the islands of Canary, Cap Vert, Java, Madeira... by Capt Daniel Beeckmann. London, 1718.

—J. da Silva Feijó. Ensaio economico sobre as ilhas de Cabo Verde, em 1797. Inserto na coleção intitulada: Memorias economicas, etc. Tom. V.

—J. A. Pussich (ant. governador das ilhas de C. Verde) Memoria escrita em 1822 e reimpressa em 1837.

—O Panorama. V. Tomos III, IV e VIII. Lisboa 1837 a 1844.

—Chorographia Cabo Verdiana, por J. Carlos de Chelmicij e F. A. Warnhagen, 2 vols. Lisboa, 1841- 1843.

—Cape Verd, the Cape Verd islands by a voyager. Colonial Magazine. Fasciculo de setembro, 1844.

—Lopes de Lima. Ensaio sobre a estatistica das Possessões Portuguezas. Livro 1.º Lisboa, 1844.

—O Mac. Carthy—Artigo do fasciculo 32 e 33 do «Univers Pittoresque. 1848.

—Beiträge zur Flora der Cap Verdischen Inseln, por J. A. Schmidt Heidelberg! 1852.

—Relatorio sobre o vulcão da Ilha do Fogo, por Feilx de

Brito Capello — Boletim Official da Provincia de Cabo Verde 1856
 paginas 951.

— Systema Caboverdeano, por Freitas e Costa—Lisboa, 1890.

— Madeira, Cabo Verde e Guiné, por João Augusto Martins—Lisboa 1891.

— Roteiro do Archipelago de Cabo Verde, por Christiano José de Senna Barcellos—Lisboa 1892.

— Estudos sobre as Provincias Ultramarinas, por João de Andrade Corvo—3 volumes—Lisboa.

— Geographie Universelle, par Elizeé Reclus. Tom XII.

— Fundeadouros da canhoneira *Mandoozy* nos principaes portos de Cabo Verde, por Abel Fontoura da Costa—Lisboa 1902.

— As Colonias Portuguezas, por Ernesto J. de G. e Vasconcellos, 2.ª edição—Lisboa, 1903.

— Considerações sobre a Provincia de Cabo Verde, por Antonio Alfredo Barjona de Freitas—Lisboa 1905.

— Noticia da Flora das Ilhas de Cabo Verde—I-Fogo e Brava, por Alfredo da Costa e Andrade—Praia, 1908.

— Subsídios para a Historia de Cabo Verde e Guiné, por Christiano J. de Senna Barcellos, 5 volumes Publicados pela Academia das Sciencias—Lisboa, 1899 a 1911.

— Subsídios para o conhecimento das Ilhas de Cabo Verde por Inmanuel Friedlaender. Trad. portuguesa de Garcia Guereiro—Lisboa, 1914.

— Herbarii Gorgonei Universitatis Olisiponensis Catalogus, por Antonio Xavier Pereira Coutinho—Vol. I—Lisboa, 1914.

— La Main d'Oeuvre aux Iles de Cabo Verde, por Francisco de Paula Cid—Lisboa, 1914.

— Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa—Vidé as cinco primeiras series.

— Revista Portuguesa Colonial e Maritima—Lisboa. Livraria Fern—Vidé os seus 9 volumes.

— Diogo Gomes—As relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, versão do latim por Gabriel Pereira. V. Boletim da S. G. L. serie 17.ª n.º 5.

— Dialectos Creoulos Portuguezes de Africa, por J. Leite de Vasconcellos. Separata do Rev. Lusit. vol. V fasc. 4.

— Chronicas de Valentin Fernandes, na Revista Portuguesa Colonial Maritima vol. 6.º, 1899-1900.

— Balthazar Osorio—Memorias do Museu Bocage—II Peixes colhidos nas visinhanças do archipelago de Cabo Verde—Lisboa, 1911.

—Dr. Cornelius Doelter—Die Vulcane der Capverden Inseln und ihre Producte. Graz, 1882

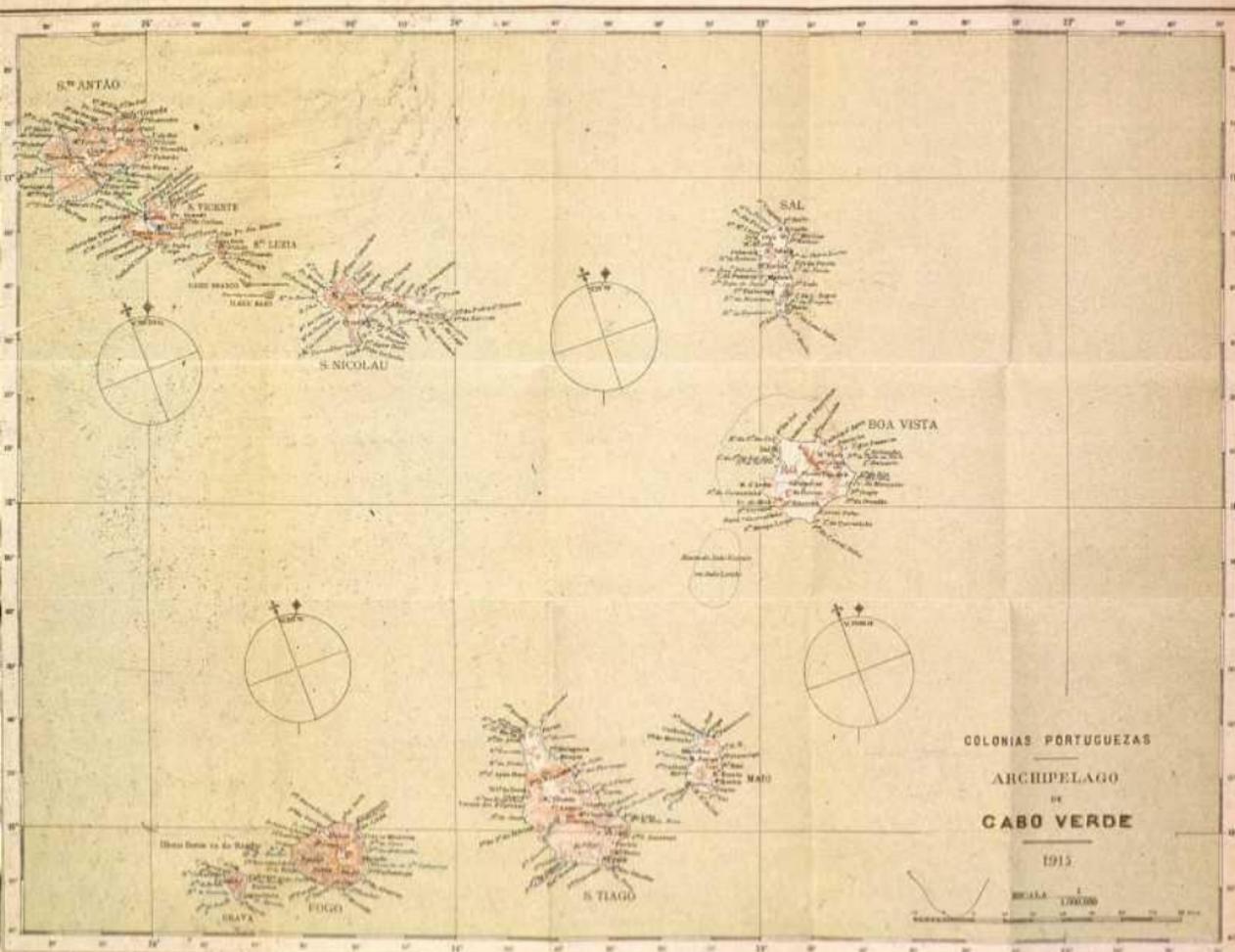
—Dr. Walter Bergt—Cartografia Contemporanea das ilhas de Cabo Verde, trad. portuguesa—original publicado em Leipzig.

—Estatística Geral da Provincia de Cabo Verde—Ano de 1913 e anteriores. Publicação do governo provincial—Praia 1914.

INDICE

	Paginas
Prefacio.....	1
Resumo Historico.....	3
Geografia Fisica:	
Situação.....	43
Superfície.....	44
Nome.....	44
Aspecto e litoral.....	45
Geologia.....	50
» A ilha do Maio.....	51
» S. Thiago.....	52
» A ilha do Fogo.....	53
» A Brava.....	53
» Ilha de Santo Anião.....	53
» A ilha de S. Vicente.....	54
» Na ilha de S. Nicolau.....	55
» A ilha da Boa Vista.....	55
» A ilha do Sal.....	56
Orografia.....	56
Hidrografia.....	64
Clima.....	66
Geografia Economica:	
Flora.....	71
Fauna.....	80
População Pecuaria.....	86

	Paginas
Movimento comercial.....	87
» marítimo.....	95
Receita e despesa.....	97
Geografia Política:	
Colonisação e população.....	99
Alimentação.....	102
Habitação.....	103
Vestuario.....	104
Casamentos.....	104
Danças.....	105
Doenças e superstições.....	107
Funeraes.....	108
Dialectos.....	109
Administração.....	110
Divisão concelhia.....	112
Fazenda.....	113
Justiça.....	114
Divisão Ecclesiastica.....	114
Exercito.....	114
Obras Publicas.....	116
Alfandegas.....	116
Instrução Publica.....	117
Serviços Maritimos.....	117
Serviço de saude.....	118
Cartas organicas das colonias.....	118
Bibliographia.....	121



S. ANTÃO

S. VICENTE

S. LEIA

S. NICOLAU

SAL

BOA VISTA

S. TIAGO

FOGO

GRAÇA

COLONIAS PORTUGUEZAS

ARCHIPELAGO

DE

CABO VERDE

1915

ESCALA 1:200,000